

Relação das pessoas que conduzem
 Bericht der Personen, Befehret von
 Hamburg para São-Francisco a bordo
 durch nach (R. O. Lobdanz) durch das Schiff Uruguay de (son)

todas as pessoas de que é capitão
 englischen Leuten, Capitain Kier e consignatario
 und Geleitgeber (de) 188

N.º	Nome	Idade	Sexo	Religião	Profissão	Estado	Nacão	Lugar de nascimento e último domicílio	Destino	Observações
1	Julius Knorr	22	M		Arbeiter		Deutschl.	Hamburg		
2	Oh	23	M							5 Vol.
3	Heinrich Göttsche	44	M				Preussen	Schleswig		
4	Friedrich	40	M		Frau					
5	Heinrich Efferth	18	M		Särtner					21 "
6	Lena	16	F		bedig					
7	Tora Göttsche	9	F		Kind					
8	Jürgen Tomadik	29	M		Landarbeiter		Preussen	Bartheld		11 "
9	Paul Bruchmann	44	M				Deutschl.	Hamburg		4 "
10	Ernst	21	M							5 "
11	Heinrich Krumm	40	M		Frau			Halle		3 "
12	Heinrich Krumm	17	M		Arbeiter			H. Krumm		2 "
13	Johanna Krumm	18	F					Altenwerder		2 "
14	Adolf Karl	44	M					Hamburg		7 "
15	Heinrich Krumm	35	M					Haindorf		3 "
16	Theresia	33	F							9 "
17	Ernst Fock	29	M		Frau			Reinbeck		9 "
18	Ernst	7	M		Tochter					1 "
19	Henrich	7	M							1 "
20	Ernst Krumm	22	M		Landarbeiter		Westpreussen	Lück		1 "
21	Karl Krumm	42	M				Preussen	Hamburg		
22	Johanna	53	F		Frau					
23	Frau	11	F		John					
24	Friedrich	11	M		Tochter					16 "
25	Friedrich	9	M		John					
26	Friedrich	7	M		Tochter					
27	Ernst	7	M		John					
28	Paul Schumann	44	M		Arbeiter					3 "
29	Carl Schupp	44	M							8 "
30	Ernst Schupp	23	M							1 "
31	Ernst Schupp	27	M				Preussen	Angerburg		1 "
32	Ernst Schupp	43	M				Preussen	Branden		15 "
33	Ernst Schupp	21	M				Preussen	Hamburg		2 "
34	Ernst Schupp	36	M				Preussen	Lipsig		2 "
35	Ernst Schupp	22	M				Preussen	Erbenitz		2 "
36	Ernst Schupp	44	M				Preussen	Erbenitz		
37	Ernst Schupp	39	M		Frau					
38	Ernst Schupp	10	M		John					13 "
39	Ernst Schupp	9	M		Tochter					
40	Ernst Schupp	5	M							
41	Ernst Schupp	2	M							
42	Ernst Schupp	21	M		Landarbeiter		Preussen	St. Wollrad		4 "
43	Ernst Schupp	42	M				Preussen	Branden		
44	Ernst Schupp	36	M		Frau					8 "
45	Ernst Schupp	5	M		John					
46	Ernst Schupp	36	M		Frau		Preussen	Halle		
47	Ernst Schupp	16	M		bedig					
48	Ernst Schupp	19	M		John					
49	Ernst Schupp	11	M		John					
50	Ernst Schupp	9	M		Tochter					
51	Ernst Schupp	8	M							
52	Ernst Schupp	6	M							
53	Ernst Schupp	5	M							
54	Ernst Schupp	27	M		Arbeiter			Hannover		1 "

São - Francisco

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville

Vol. XIX, nº 35
 1º trimestre de 2026
 Edição comemorativa ao aniversário do AHJ - 54 anos
 ISSN 14133434

Sumário

Editorial	
AHJ - 54 anos - edição comemorativa3	
<i>Giane Maria de Souza</i>	
Pesquisadores e o AHJ	
Luzes, Bandas e Archotes: A Celebração da Vitória Catarinense na Joinville de 1909 5	
<i>Patrik Roger Pinheiro</i>	
História Institucional	
Alma e corpo de Joinville12	
<i>Apolinário Ternes</i>	
Uma trajetória profissional e seus encantos! 17	
<i>Helena Remina Richlin</i>	
Parcerias Acadêmicas	
O Arquivo Histórico de Joinville na construção de práticas de ensino, pesquisa e extensão28	
<i>Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes</i>	
Difusão Científica	
Dois manuscritos para revisar a história da colônia Dona Francisca (Joinville). 43	
<i>Luiz Mateus Ferreira</i>	
<i>A cidade e seus textos, a cidade como texto: a poesia joinvilense no acervo do AHJ. 62</i>	
<i>Clóvis Gruner</i>	
<i>O “misterioso” álbum 3. 1. 8. 36. 7: descrição e identificação de uma fonte histórica sobre a Segunda Guerra Mundial 79</i>	
<i>Wilson de Oliveira Neto</i>	
Educação Patrimonial	
Atendimentos escolares93	
Difusão Cultural	
Exposição Aniversários de Joinville 96	
Convescote 98	
Estatística dos atendimentos do AHJ 102	
Por dentro do acervo 106	
Aconteceu em Joinville 108	
Expediente 110	

Editorial

AHJ - 54 anos - edição comemorativa



Giane Maria de Souza [1]

Em 2026, o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) comemora 54 anos de existência, em data alusiva à publicação da lei nº 1182, de 20 de março de 1972, que o instituiu. A instituição caminha para um século de história com um trabalho reconhecido nacionalmente e com parcerias comunitárias e acadêmicas sólidas no estado de Santa Catarina.

Em tempos de II Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ), o AHJ ratifica sua função de arquivo público ao zelar pelo acesso, transparência e promoção da cidadania, atuar para a democratização do conhecimento por meio da pesquisa científica, extensão, educação e difusão cultural.

Neste contexto, o Boletim do AHJ, nº 35, apresenta uma edição comemorativa com autores, pesquisadores, ex-gestores e profissionais que atuaram e atuam no AHJ, demonstrando que existe uma produção científica qualificada a partir do seu acervo. Destacam-se algumas seções, sobretudo, a seção **Pesquisadores e o AHJ** que divulga o texto *Luzes, Bandas e Archotes: A Celebração da Vitória Catarinense na Joinville de 1909*, de Patrik Roger Pinheiro, servidor da Câmara de Vereadores de Joinville.

Na seção **História Institucional**, publica-se o texto *Alma e corpo de Joinville*, do Apolinário Ternes, ex-diretor do AHJ, e o artigo *Uma trajetória profissional e seus encantos!*, de Helena Remina Richlin, ex-tradutora do AHJ.

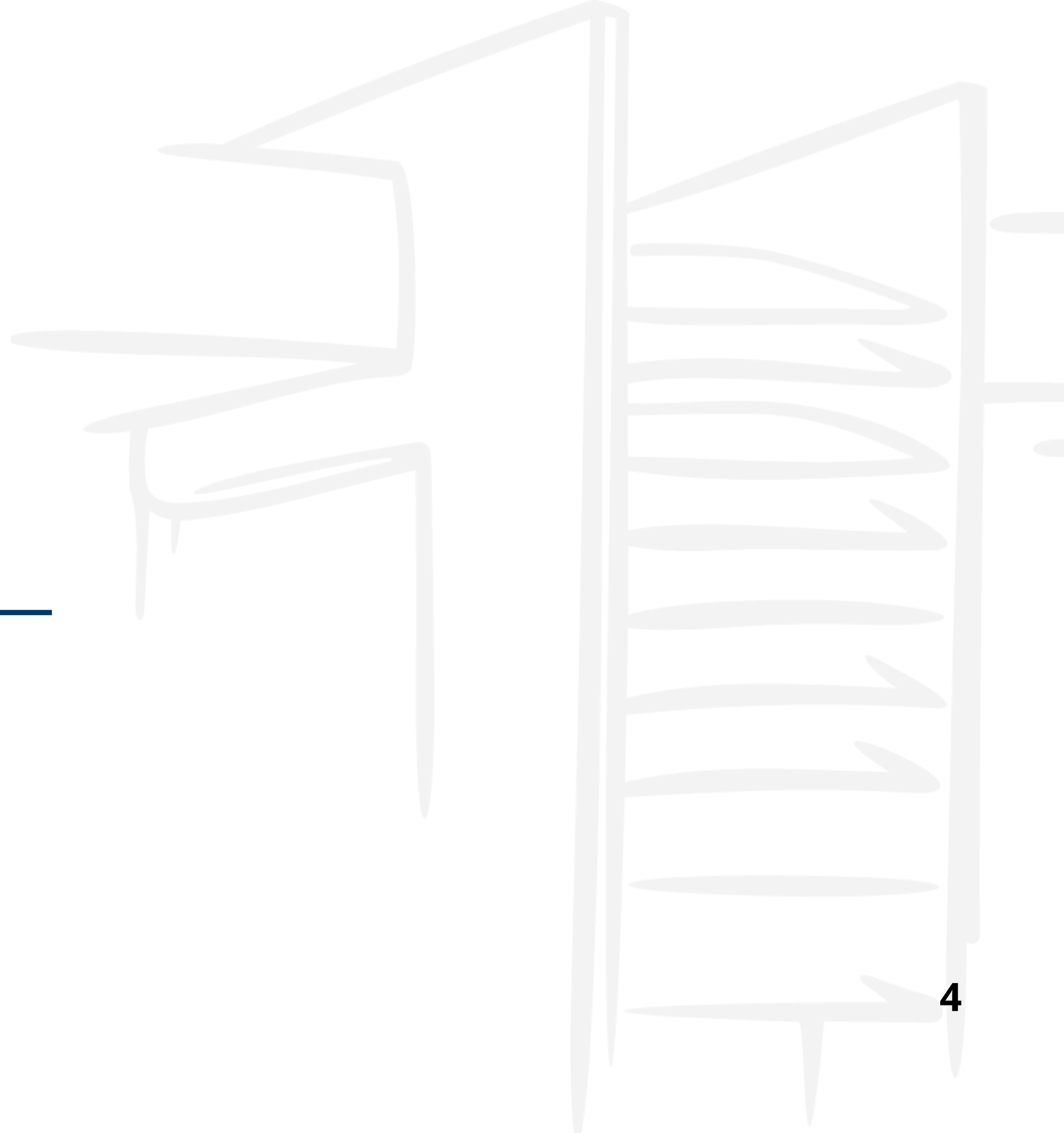
A seção **Parcerias Acadêmicas** publica o artigo *O Arquivo Histórico de Joinville na construção de práticas de ensino e extensão*, de Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, professora aposentada da Universidade da Região de Joinville (Univille).

Na seção **Difusão Científica** publica-se o artigo *Dois manuscritos para revisar a história da colônia Dona Francisca (Joinville)*, de Luiz Mateus Ferreira, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ainda nesta seção, apresenta-se o artigo *A cidade e seus textos, a cidade como texto: a poesia joinvilense no acervo do AHJ*, de Clóvis Gruner, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e o texto *O “misterioso” Álbum 3.1.8.36.7: descrição e identificação de uma fonte histórica sobre a Segunda Guerra Mundial de Wilson de Oliveira Neto*, professor da Univille.

Todos os trabalhos publicados no Boletim do AHJ, são imprescindíveis para ampliar os debates sobre a história de Joinville e sobre o papel do AHJ enquanto instituição arquivística, científica e cultural. As demais seções registram vivências e experiências realizadas no AHJ por conta do aniversário de 175 anos de Joinville, bem como dos atendimentos comunitários e escolares realizados no último trimestre. Além do que, o acervo do AHJ é uma fonte inesgotável para reflexões sobre a sociedade. Boa leitura!

[1] Doutora em História pela UFSC. Especialista Cultural - AHJ, Secult, PMJ.

Pesquisadores e o AHJ



Luzes, bandas e archotes: a celebração da vitória catarinense na Joinville de 1909



Patrik Roger Pinheiro [*]

Desde o século 19, Joinville sofria os reflexos da insegurança jurídica causada pela indefinida questão de limites entre os estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná.

Já em 1904, por meio da Ação Civil Originária 7, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia se pronunciado a favor de Santa Catarina, mas a decisão não estava gerando efeitos práticos. O Paraná opôs embargos, contrapostos pelo Visconde de Ouro Preto, o advogado da causa catarinense. No fim de dezembro 1909, o STF novamente decidiu a favor de Santa Catarina, sentença que culminou com festividades pelas ruas e uma reunião especial da Câmara de Joinville. (Wehling et al., 2013).

[*] historiador (registro 181/SC) e coordenador do Programa Memória CVJ, da Câmara de Vereadores de Joinville.

Decisão do STF chega à Joinville

Figura 1 - Mapa Produzido pelo Governo de Santa Catarina, em 1907. Segundo decisão do STF, os limites eram os rios Iguazu e Rio Negro.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

24 de dezembro

No fim de dezembro de 1909, os dois estados sulinos estavam em expectativa. O STF estava julgando os embargos interpostos pelo Paraná na questão de limites, mas em 24 de dezembro uma bomba cairia sobre a causa paranaense: por sete votos contra dois, o Paraná foi novamente derrotado na justiça.

Se por um lado foi triste a notícia para o estado vizinho, como ela foi recebida em Joinville? Desde o dia 22 de dezembro, o jornal *Commercio* de Joinville espalhava boletins, gerando ansiosa espera, avisando a população que a importante decisão estava prestes a sair.

Comentou tal jornal, na sua edição de 1º de janeiro de 1910, que no derradeiro dia 24, ali pelas 17 horas, pessoas de diversas camadas da sociedade passavam em frente à redação do jornal querendo saber se o veredito já havia sido emitido. Às 19 horas, a população começou a se concentrar em três pontos: Em frente a impressão do mencionado jornal, a casa de Abdon Baptista e a estação telegráfica, pontos que julgavam estarem entre os primeiros a receber a informação.

Justamente naquele momento as linhas telegráficas ao sul da Capital Federal estavam mudas, restabelecendo-se a comunicação ali pelas 19h30, quando veio o primeiro vestígio de que tudo fora bem para a causa catarinense. A cidade recebeu inicialmente um telegrama com uma única palavra: Parabéns.

Uma confirmação mais detalhada veio depois: *“Commercio – Por sete votos contra dous [sic] foram desprezados os embargos do Paraná.”* Do jornal, da casa de Abdon e do Clube Joinville o foguetório tratou de celebrar as novas, enquanto boletins eram impressos e levados à população. Na frente do Clube Joinville, Abdon, vice-governador e presidente daquele clube, discursou, historiando sobre o litígio e aclamando os defensores da causa catarinense, em especial ao já falecido Conselheiro Mafra, autor de um bem elaborado dossiê, chamado de *“Exposição Histórico-Jurídica”* sobre questão de limites. Ignacio Bastos, representando o superintendente Oscar Schneider, também tomou a palavra e congratulou-se com seus ouvintes, dizendo que a justiça fora feita ao estado catarinense.

Depois disso, o cortejo formado passou a circular pelas ruas centrais, acompanhado pela banda musical 28 de Setembro. Passaram pela rua do Meio (XV de Novembro), entraram na rua Cachoeira (Princesa Isabel), voltaram pela do Príncipe, pegaram a rua do Porto (9 de Março) e foram em direção à rua Allemã (Visconde de Taunay) onde percorrem seu trecho inicial. Dali voltaram pela rua Ludovico (Engenheiro Niemeyer) [1] e foram em direção à rua do Mercado [2], voltando pela Rua São Pedro (Ministro Calógeras), do Príncipe e chegando, por fim, na rua Conselheiro Mafra (correspondente à atual Rua Abdon Baptista). Ali, recebeu o paladino da causa catarinense, na rua que então o homenageava, uma prolongada salva de palmas. Por todo o trajeto, vivas eram bradados à República, ao presidente Nilo Peçanha, ao governador Lauro Müller, ao já desaparecido defensor maior da causa catarinense, Conselheiro Mafra, aos demais defensores, incluindo Ouro Preto, e ao Supremo Tribunal Federal.

[1] Possivelmente indo pela atual rua Itajaí, contornando e voltando pela rua Ministro Calógeras

[2] A rua Engenheiro Niemeyer não era cortada pela avenida Juscelino Kubitschek, de modo que era um retorno natural da Visconde de Taunay para a rua do Príncipe.

25 de dezembro

O *Commercio* de Joinville, na mesma edição de 1º de janeiro de 1910, relatou que no dia 25 de dezembro um novo boletim, patrocinado pelo superintendente Schneider, convidava os joinvilenses a embandeirar as fachadas das casas e iluminá-las à noite, na medida do possível. O superintendente também convocou várias associações e duas bandas musicais para formarem uma *marche aux flambeaux* — uma procissão iluminada.

Às 19 horas, a Câmara Municipal promoveu uma Reunião Especial. O presidente Tavares Sobrinho, ladeado na mesa pelo vice-governador Abdon Baptista, pelo Juiz de Direito e pelo Superintendente Municipal, procedeu à leitura dos inúmeros telegramas recebidos e daqueles que seriam enviados em resposta.

Figura 2 - A Gazeta de Joinville comenta a Questão de Limites. (Edição de 8 de janeiro de 1910)



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Na ocasião, o superintendente [3] reforçou o convite para que os presentes tomassem parte na procissão agendada para logo após a reunião. O evento contou com a presença do Corpo de Bombeiros e da Sociedade Ginástica, devidamente uniformizados e portando archotes. As bandas Guarany e 28 de Setembro ditaram o tom musical da marcha.

Em ruidosa alegria, uma multidão portando balões venezianos acompanhou o cortejo, soltando foguetes e proferindo incontáveis aclamações. A empresa Luz & Força, fornecedora de energia, instalou lâmpadas mais potentes nos postes da Intendência, situada na rua do Príncipe (atual Praça Nereu Ramos). Dali, o préstito marchou pelas ruas centrais, realizando paradas estratégicas em frente às redações dos jornais da época. Diante do *Commercio* de Joinville, ouviram o discurso do redator-chefe, Dr. Arthur Costa.

Na sequência, a parada ocorreu em frente ao *Joinvillenser Zeitung* e à *Gazeta de Joinville* — periódicos em alemão e português, respectivamente —, onde o proprietário Eduardo Schwartz dirigiu-se ao público. Por fim, diante do prédio do *Kolonie Zeitung*, Otto Boehm foi representado por Tavares Sobrinho, que voltou a discorrer sobre os serviços prestados pelas figuras centrais dessa vitória jurídica.

A marcha encerrou-se onde havia começado: diante do prédio do Conselho Municipal. Durante a celebração, houve o cuidado deliberado de não mencionar os paranaenses para evitar provocações. Segundo o *Commercio* de Joinville, o Paraná não foi melindrado.

A festa foi linda e as manifestações, genuínas. Entretanto, isso não alterou a realidade imediata do litígio. A decisão do STF não gerou efeitos práticos definitivos, visto que o estado vizinho não a acatou e a Corte não dispunha de meios para executar a sentença de imediato. O Paraná sustentava estar amparado no direito de posse (*uti possidetis*), argumentando que não cabia ao Supremo emanar tal sentença, sendo a decisão de competência do Poder Legislativo Federal. Ainda assim, conforme registrou a *Gazeta de Joinville* em 15 de janeiro de 1910, a decisão pró-Santa Catarina foi lastimada de um lado e celebrada de outro.

[3] O cargo de superintendente correspondia ao de atual prefeito.

Referências

COMMERCIO DE JOINVILLE. Joinville, 1 jan. 1910.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 15 jan. 1910.

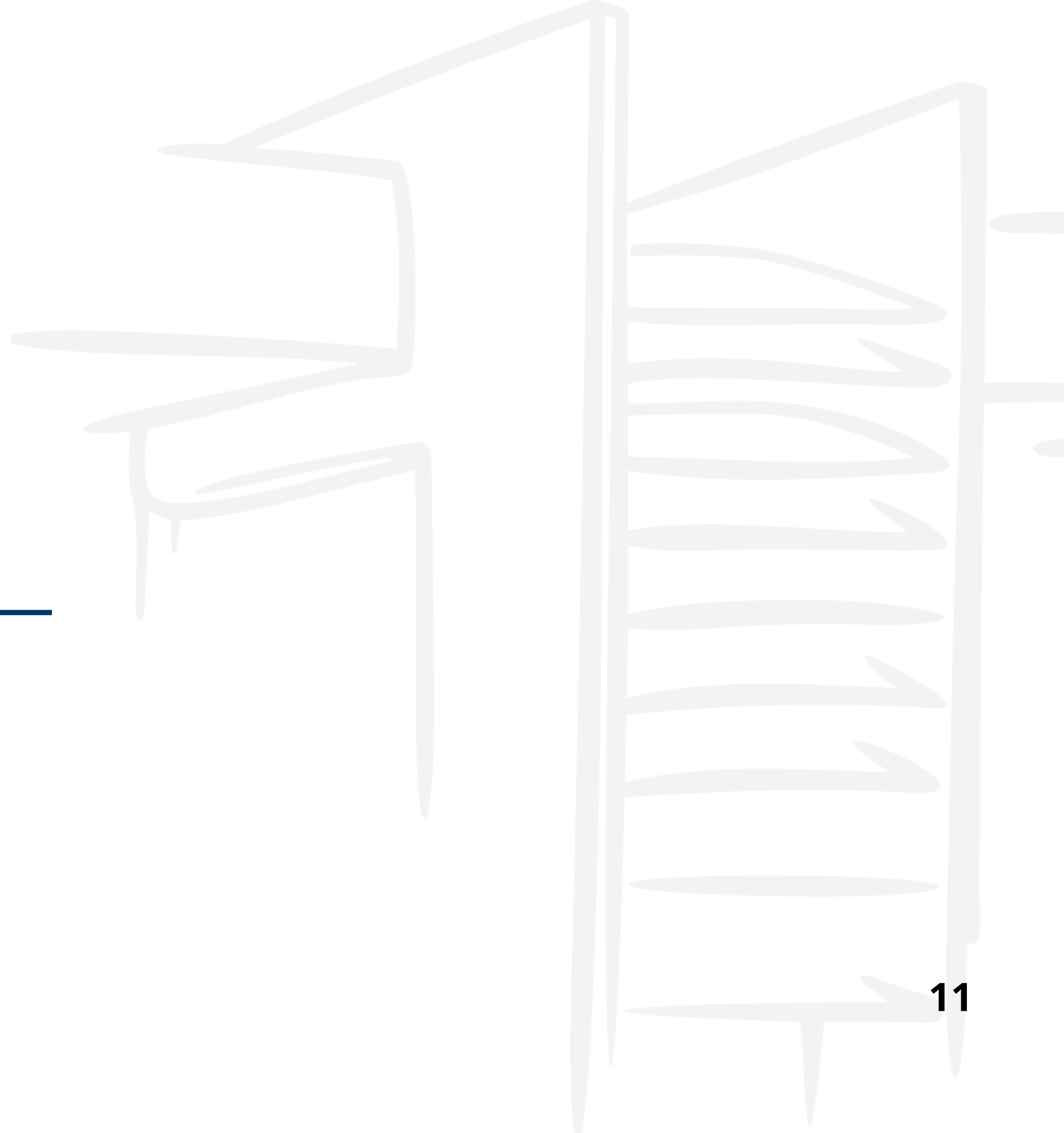
MAFRA, Antonio Dias. **Aconteceu nos Ervais**: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – Região Sul do Vale do Rio Negro. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2008.

WEHLING, Arno et al. **Cem anos de Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

Acompanhe o trabalho do historiador Patrik Roger Pinheiro pelo site da Memória Câmara Vereadores de Joinville

Link: <https://memoria.camara.joinville.br>

História Institucional



Alma e corpo de Joinville



Apolinário Ternes [*]

A caminho de dois séculos de existência, Joinville tem no seu Arquivo Histórico uma de suas instituições mais representativas e legítimas. A exemplo de outros poderes, como o Legislativo e o Executivo, que simbolizam o poder político da cidade, também o Arquivo simboliza uma das mais autênticas raízes de cidadania e orgulho dos joinvilenses.

Ao lado do Corpo de Bombeiros Voluntários, criado no dia 13 de julho de 1892; da imprensa, representada pelo Kolonie Zeitung, de 1862, ou de A Notícia, de 1923, o Arquivo – de 1972 – é uma preciosidade física e espiritual – que interpreta com sua existência um dos valores mais essenciais de nossa ‘joinvilidade’, para usar expressão que busca traduzir a essência de nossa representação como unidade territorial autônoma, desde a emancipação, aos 17 anos de fundação, em março de 1868.

[*] Apolinário Ternes é autor de 30 livros sobre a história de Joinville, de Santa Catarina e de empresas e instituições da região norte do Estado. Joinvilense, nascido em 1949, o autor é jornalista desde 1968 e mantém artigos semanais em A Notícia há três décadas. Publica obras regularmente desde o ano de 1975. Sobre Joinville, destacam-se os títulos História de Joinville, uma abordagem crítica (1981); História econômica de Joinville (1986) e Joinville, a construção da cidade (1993). Exerceu o cargo de editorialista no jornal A Notícia no período de 1979 a 2007. Nos anos de 2002-2004, foi diretor do jornal em Florianópolis.

Formado em História e Direito, é Mestre em Educação e Cultura. Foi diretor do Arquivo Histórico e da Biblioteca Pública de Joinville, integrou o Conselho Estadual e Municipal de Cultura e é membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, pelo qual foi homenageado com a Comenda Joaquim Manoel de Almeida Coelho, em 2005. No mesmo ano recebeu o título de Cidadão Benemérito de Joinville e a Medalha Anita Garibaldi, do governo de Santa Catarina.

Reunindo um dos mais ricos acervos sobre as raízes da cidade e de sua continuidade ao longo de 172 anos, a criação do Arquivo, em 1972, no governo do médico Harald Karmann, resultou da mobilização de inúmeros joinvilenses, liderados pelo historiador Adolfo Bernardo Schneider, grande inspirador e promotor obstinado da importância de reunir a memória da cidade num só lugar. Adolfo Bernardo Schneider, oriundo de uma das famílias mais importantes da Joinville do século 20, se notabilizou não apenas pela criação do Arquivo, mas esteve presente em muitas outras mobilizações comunitárias das quais nasceriam o Museu Nacional de Imigração e Colonização, a Casa da Cultura, a Academia Joinvilense de Letras, a Casa da Memória e o Arquivo Histórico. Foi, merecidamente, seu primeiro diretor, no período em que inicialmente esteve abrigado no prédio da biblioteca pública, esta criada no ano de 1951, pelo prefeito Rolf Colin e sob a inspiração do militar Alire Carneiro. Adolfo Bernardo Schneider foi diretor da biblioteca e do arquivo entre os anos de 1973 a 1977, sendo responsável direto na reunião de documentos, jornais, fotografias, livros e arquivos de tudo que, sob sua orientação, entendia devesse ser preservado como fonte histórica. Nem tudo, contudo, permaneceu no grande salão de relíquias apaixonadamente reunidas pelo historiador, pois a organização dos diferentes acervos ao longo das últimas quatro décadas, acabou por impor seleções mais rigorosas, sob padrões acadêmicos mais atualizados.

A luta de Schneider, contudo, não deve jamais ser subestimada. Partiu dele de forma artesanal o cuidado com a memória de Joinville. No ano de 1964, no momento em que solitariamente cuidava da longa e difícil jornada de instituir o respeito pela memória da cidade, o Brasil caía na armadilha de regime militar que durou duas décadas e deixou marcas de chumbo e brasa na história recente do país. Schneider participava então da comissão do museu nacional, instalada desde 1957 no antigo Palácio dos Príncipes, construído em 1873 para acolher o Príncipe de Joinville e Dona Francisca que, afinal, cancelaram a visita e nunca estiveram na colônia. Schneider denunciou a transferência de notável acervo da memória Joinvilense reunida por décadas nas instalações do palácio dos príncipes, para lugar desconhecido, possivelmente sob o abrigo de Carlos Ficker.

A Fundação Tupy instituiu em 1963/64 um concurso com o objetivo de premiar o autor escolhido com a edição de livro sobre a história de Joinville, até ali não contemplada pela publicação de obra com conteúdo específico. Para participar do concurso era de vital importância a consulta daqueles arquivos e estes não estavam mais na sede do museu. Tinham sido transferidos para a residência do historiador Carlos Ficker, interessado no concurso e igualmente apaixonado pela história de Joinville. A denúncia de Schneider foi ruidosa e danosa e provocou irreconciliável inimizade entre os dois intelectuais. Carlos Ficker cuidou de, segundo ele, preservar os documentos e evitar a dispersão do inegável conjunto documental em diferentes lotes e cuidadores. Juntou tudo – até mesmo a coleção completa do jornal *Kolonie Zeitung*, de 80 anos de vida – e o acervo permaneceu reunido na posse apenas de Carlos Ficker. Este ganhou o concurso e, em 1965, saiu a publicação da monumental obra *História de Joinville*. Feita com a meticulosidade dos antiquários da Europa do século 19. É um clássico da história de Joinville. E o é desde o primeiro dia de publicação, pois os clássicos já nascem clássicos, explicar porque é que é difícil e alimenta a indústria do livro desde o nascimento da Bíblia, ou do Antigo Testamento, por volta do século 7 ou 6 antes de Cristo.

Schneider sofria, então, a primeira derrota em sua vitoriosa jornada em defesa da história da cidade. O episódio teve desdobramentos furiosos e ruidosos através da imprensa e somente em 1977, no governo Luiz Henrique da Silveira o acervo – já denominado acervo Ficker – seria recuperado pela prefeitura e pago o valor estipulado pelos herdeiros do historiador. O acervo seria transferido do interior de Minas Gerais, onde permanecia estocado num depósito no Município de Camanducaia. Naquele ano de 1977 tínhamos sido conduzidos pelo prefeito ao cargo de diretor do Arquivo e fomos pessoalmente, a bordo da cabine de um caminhão de carroceria blindada e cuidamos da transferência a Joinville de todo o conjunto de milhares de documentos, jornais, mapas, fotografias, livros de atas e contabilidade do Domínio Dona Francisca. O conjunto documental, na avaliação deste historiador, representava no ano de 1977/78, cerca de 80% do material reunido no Arquivo no período de existência da instituição.

Com o 'acervo Ficker' em Joinville, mesmo afastado do Arquivo, Adolfo Bernardo Schneider voltou à luta, sendo um dos mais ardorosos defensores da construção de uma sede própria à instituição. Escrevendo entusiasmados artigos para o jornal A Notícia, iniciou um novo período de mobilização de Joinville em torno do Arquivo, ao qual se juntaram inúmeros outros artigos de intelectuais como a professora Raquel Santiago, Elly Herkenhoff, Zelândia dos Anjos, Miraci Deretti, vereadores e lideranças políticas. Enfim, o prefeito Wittich Freitag entendeu a importância da obra e conseguiu uma linha de recursos junto ao governo alemão e a sede própria do Arquivo, ao lado da Casa da Cultura, foi solenemente inaugurada no ano de 1986. Esteve presente o ministro da cultura, Celso Furtado. Estava na direção da instituição a professora Raquel Santiago, responsável pela transferência e primeira organização das coleções documentais reunidas na instituição. De 1989 a 1992, voltamos à direção do Arquivo na gestão do prefeito Luiz Gomes, tendo na presidência da Fundação Cultural e da Secretaria de Educação o empresário Moacir Thomazi.

Desde lá o Arquivo vem se organizando sempre mais e melhor, na formatação de novos fundos documentais, na manutenção e restauração de documentos, plantas e mapas, na boa e científica preservação de seus preciosos conjuntos e na formação e consolidação de equipes especializadas em suas diferentes seções e setores específicos. É um trabalho silencioso e profissional, dando ao Arquivo presença entre as mais organizadas e ricas instituições de preservação da memória e da história em caráter municipal no Brasil.

Meio século de participação cívica da população em diferentes momentos, como se tentou expor nas linhas acima. Desde a reunião de documentos, fotos, mapas, plantas e livros sobre a história de Joinville, até a criação de áreas técnicas e departamentais, além do permanente serviço de atendimento à população nos mais diferentes serviços, especialmente os relacionados às pesquisas sobre as origens de imigrantes que chegaram ainda no século 19 a Joinville. A destacar, o notável trabalho da pesquisadora e tradutora Tereza Böbel e da historiadora Raquel Santiago na publicação de dois volumes preciosíssimos contendo as relações dos imigrantes em praticamente todos os navios que cruzaram o Atlântico até São Francisco do Sul entre os anos de 1851 a 1900.

Ao longo das últimas cinco décadas, o Arquivo exerceu papel único e insubstituível nos cuidados da memória da cidade. Saiu de um amontado de papéis e revistas junto à biblioteca pública para ocupar uma sede construída especialmente para abrigar um arquivo histórico – um dos raros existentes no país em sede própria. Organizou-se técnica e profissionalmente, montou equipes especializadas e cumpre todos os dias o silencioso e quase religioso trabalho de preservar o patrimônio imaterial e material de Joinville. Tem seu Boletim regularmente publicado na mídia eletrônica, reunindo informações, notícias e artigos vinculados à essência de sua natureza. Trata-se, como já tive a oportunidade de me referir em recente pronunciamento, de um templo de silêncio no burburinho da cidade que se transformou rapidamente de colônia alemã em centro industrial de expressão nacional.

O Arquivo Histórico alcança o seu primeiro meio século de existência sob o comando do historiador Dilney Cunha, igualmente dedicado aos assuntos da história de Joinville, dando continuidade aos sempre difíceis e pouco seguros caminhos da cultura e da preservação da memória e da história. Trabalho e missão que se tornam ainda mais decisivos num país que tem 500 anos de trajetória pouco brilhante na área e sempre primou pelo descuido, desmemoria e irresponsabilidade nos assuntos da cultura e do progresso civilizatório. Uma de suas mais arrojadas almas, das muitas de que se consubstanciam numa cidade, o Arquivo Histórico está ao lado de muitas outras instituições que conduziram a colônia Dona Francisca ao pódio das cidades vitoriosas do país, ainda na década de 1970. E tem a essencial e imprescindível missão de zelar e cultivar o amor pela cidade nos seus hoje mais de 600 mil habitantes, descendentes diretos ou não do primeiro núcleo de 118 colonizadores que chegaram a São Francisco do Sul a bordo da barca Colon em março de 1851, vindos do porto alemão de Hamburgo. O Arquivo, portanto, se materializou em alma e corpo da cidade, uma instituição exemplar que honra e contribui na edificação da história e na preservação de nossa identidade. Nos cuidados delicados e elevados da alma coletiva de Joinville.

Uma trajetória profissional e seus encantos!



Helena Remina Richlin [*]

Após concluir a graduação em Letras pela Univille (1996), era hora de tomar um rumo na vida profissional, o que coincidiu com a abertura do concurso público oferecido pela Fundação Cultural de Joinville (Edital 001/96), entre outros, para o cargo de tradutor(a), que me presenteou com a oportunidade de enfrentar os desafios proporcionados pela grafia manuscrita em língua alemã, sem esquecer, claro, dos impressos em gótico, como se convencionou denominar esta grafia angulosa de outrora, utilizada até 1945, que é recorrente e abundante no acervo em língua alemã que se descortinava à minha frente!

[*] Graduada em Letras (1996), com: Especialização em “Organização e Recepção de Texto” (1997), Noções de Tradução (1998), *Máster en Traducción de Textos con Fines Específicos, Interpretación y Doblaje de las Lenguas Española y Alemana, especialización en Traducción al Alemán de Textos Periodísticos Españoles* (2005), Ead en *Escrituras antiguas: Paleografía de la Edad Media y Moderna* (2014), Preparação e revisão: o trabalho com o texto (2016), Tecnologias de tradução (2016-2017) e Prática de preparação de textos (2023).

Por interesse pessoal, ainda antes da graduação, me interessei em aprender a ler essas grafias, pois, como descendente de tradutor juramentado(!) e de professor(!), desejava ter a mesma desenvoltura que aprendera a desenvolver com relação à leitura da letra latina, o que me daria a oportunidade de, por mim mesma, conseguir ler livros, jornais, cartas, diários, memórias, e tudo mais que tivesse sido produzido/publicado durante este período, o que me deu a chance de, ao longo de praticamente dezoito anos, poder contribuir com parte da identificação, catalogação, transcrição/transliteração e/ou tradução, da documentação produzida em língua alemã, a fim de proporcionar o acesso dos(as) pesquisadores(as) interessados(as) nos mais diversos documentos reunidos junto ao acervo do Arquivo Histórico de Joinville – carinhosamente também chamado de AHJ – que, até então, se deparavam, ou com a barreira provocada pela falta de domínio da língua estrangeira, ou ainda, desanimavam ao longo de suas pesquisas, ao se depararem com os mais diversos manuscritos, até aí “ilegíveis” para muitos, e que ainda estavam esperando pelo momento em que seriam transcritos e/ou traduzidos, já que se trata de volume considerável, que requer dedicação meticulosa, respeitando a técnica e o ritmo que o trabalho sistemático que a paleografia requer.

Seria mais uma integrante desta equipe, que já contava com os valorosos trabalhos, que vinham sendo desenvolvidos, incansavelmente, tanto por Elly Herkenhoff (*in memoriam*), quanto por Maria Thereza Böbel (*in memoriam*), que a tempos estavam tentando encontrar a melhor forma de disponibilizar as informações dos imigrantes trazidos pela Associação Colonizadora de 1849 em Hamburgo, relacionados em cada lista de navio disponível no acervo do AHJ, datadas de 1851 a 1902, com base em seus originais, produzidos em alemão gótico, et al, manuscrito, de modo a facilitar a pesquisa de cidadãos e/ou genealogistas, descendentes ou não de algum dos imigrantes ali relacionados, ao mesmo tempo que estavam preocupadas com o constante manuseio e a necessidade de preservação destes originais, para que tivessem vida-longa e boa preservação, que hoje também já se encontram disponibilizadas para pesquisa pelo familysearch.org em parceria com o ancestry.com e o Arquivo Estadual de Hamburgo [*Staatsarchiv Hamburg*] [1], enquanto que, as listas que fazem parte do acervo do AHJ, com destino a Dona

[1] ARQUIVO ESTADUAL DE HAMBURGO [Staatsarchiv Hamburg]. Disponível em: <https://www.hamburg.de/bkm/familienforschung/4307636/tipps-fuer-die-familienforschung/>. Acesso em: fev. de 2023. Em um trabalho de parceria com o Ancestry e o FamilySearch, o Arquivo de Hamburgo está disponibilizando as listas de passageiros de seu acervo, para que estejam disponíveis aos genealogistas e pesquisadores nas plataformas que permitem criar árvores genealógicas.

Francisca, muitas vezes também Hansa e Blumenau, trazem suas respectivas transcrições/traduições divulgadas no site da Prefeitura Municipal de Joinville [2], e/ou podem ser consultadas pessoalmente, nas dependências do Arquivo Histórico de Joinville, intituladas: LISTAGEM INFORMATIZADA DOS IMIGRANTES: 1851 – 1891 / 1897 – 1902. Ilustração 1: Barca Colon – reprodução fotográfica Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Tabela 1: Navios que chegaram em 1851 à então Colônia Dona Francisca [3]

Ano	Identificação		Datas	
	Navio	Capitão	Saída	Chegada
1851	Colon	C. Hassel	04-08/11	09/03
1851	Emma e Louise	J. J. Vierecke	01/05	12/07
1851	Gloriosa	W. F. Toosbuy	19/07	28/09
1851	Neptun	J. D. Toosbuy	13/10	12/12

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Mas não só de Listas de Imigrantes “se respira” no AHJ! Há outros tantos documentos manuscritos produzidos em letra gótica, fraktur, antiga, sütterlin, ou seja lá qual a denominação que melhor se encaixa a cada uma, de acordo com o desenho gráfico que apresentam e a época em que foram utilizadas por seus inúmeros escrivãos/escrivãs, cada qual com a grafia que lhes é própria, e também dos impressos compostos pelos tipógrafos, que certo dia, a necessidade de algum pesquisador, em saber o ano exato da elevação de Joinville a município me levou a ter contato com um conjunto documental formado por Relatórios produzidos pela Associação Colonizadora de 1849 em Hamburgo - ACH [4], numerados em ordem

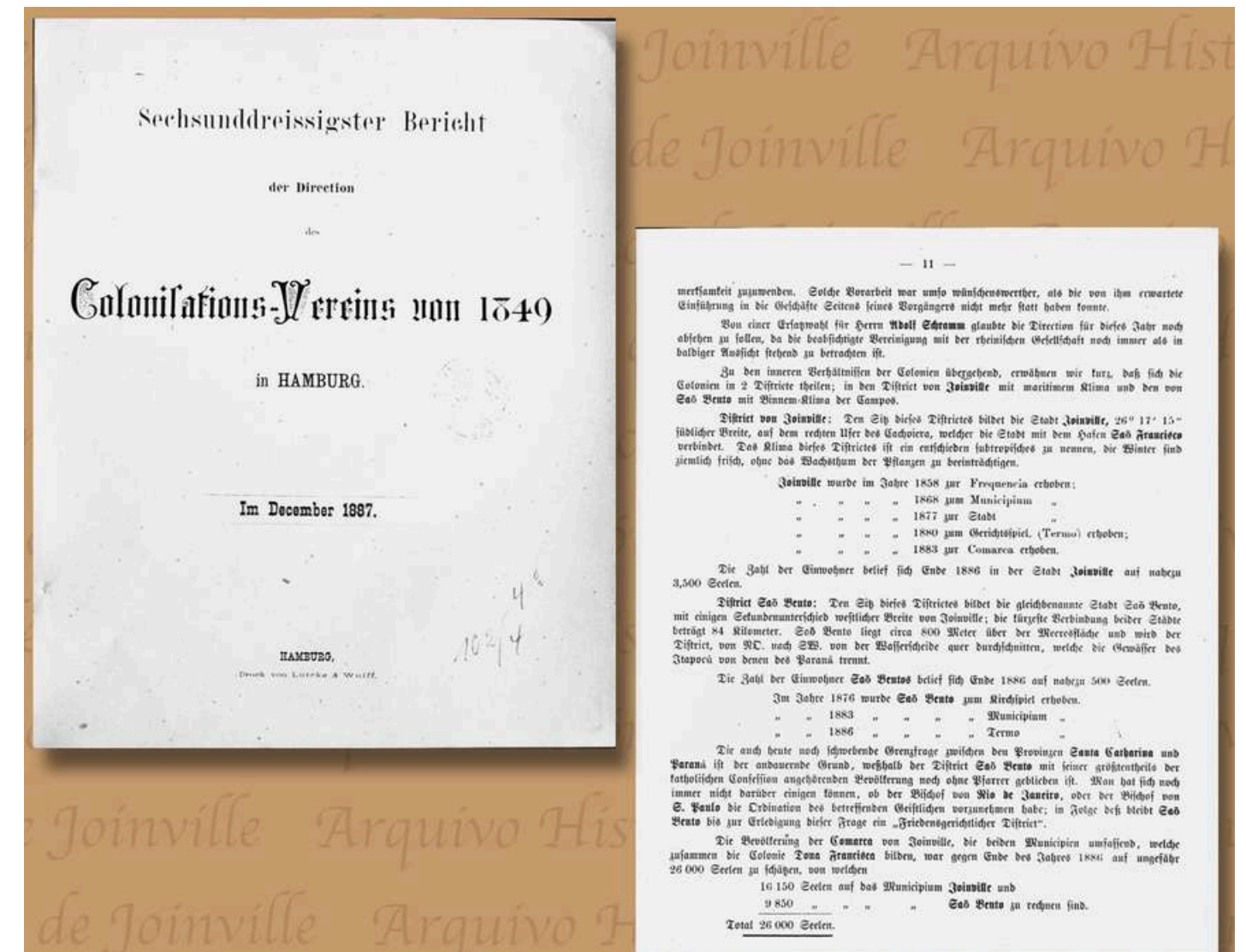
[2] As listas de imigrantes citadas neste artigo também podem ser consultadas pelo site da PMJ, disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Listas-de-imigrantes-de-Joinville-de-1851-a-1891-e-de-1897-a-1902.pdf>. Acesso em: fev. de 2023.

[3] A tabela 1 traz um recorte meramente informativo, referente ao ano de 1851, extraído de uma planilha que relaciona as informações pertinentes a todas as listas de navio que fazem parte do acervo do Arquivo Histórico de Joinville, tanto em suporte papel, quanto em suporte microfilme.

[4] ASSOCIAÇÃO COLONIZADORA DE 1849 EM HAMBURGO. Relatórios da Direção de 1887. Joinville: AHJ. A Ilustração 2 refere-se a uma reprodução fotográfica da capa e de um trecho, localizado na página 11 do original em microfilme, do 36º Relatório da Associação Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Druck von Lütcke & Wulf, dezembro de 1887, feita por ocasião de uma exposição realizada no AHJ em 2002; a ilustração 3, imediatamente a seguir, reproduz o mesmo trecho mencionado acima, traduzido, no qual se menciona as elevações a freguesia (1858), município (1868), cidade (1877), termo (1880) e comarca (1883) do então chamado Distrito de Joinville. Traduzido por Helena Remina Richlin. AHJ.

crescente, assim como seus respectivos anexos, que trata de maneira minuciosa a respeito de todos os aspectos administrativos e sociais, nos quais, de algum modo, estavam envolvidos, não só a Associação Colonizadora em seu papel de “âncora” financeira, mas também a Colônia Dona Francisca e o Governo Imperial Brasileiro, que unidos, ou não, compunham o rico cenário de relações internas e externas daquele conjunto de morgos de terra, situado na Província de Santa Catarina, sul do Brasil, cujo corpo administrativo tinha por obrigação, não só zelar pelo bem-estar de todos os imigrantes atraídos para esta porção de terra, mas também de, anualmente, enviar ao Governo do Rio de Janeiro um relatório detalhado sobre o desenvolvimento conquistado pela então colônia, que, depois de passar ainda pelos corpos administrativos do Rio de Janeiro e, posteriormente, pelo de Hamburgo, vem resultar neste conjunto documental que hora se apresenta cuidadosa e sistematicamente traduzido, disponibilizado para pesquisa no AHJ, propiciando os mais diversos aprofundamentos. Os originais destes relatórios, publicados em alemão, também podem ser encontrados no Arquivo Estadual de Hamburgo [Staatsarchiv Hamburg], da mesma forma que as listas de imigrantes acima mencionadas, que acabaram incorporando o acervo do AHJ graças aos esforços de outro incansável, Adolfo Bernardo Schneider (*in memoriam*).

Ilustração 2: 36º Relatório da ACH – reprodução fotográfica
Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Ilustração 3: 36º Relatório da ACH – Trecho referente à elevação para Município

Passando às condições internas da colônia, mencionamos brevemente, que as colônias se dividem em 2 distritos; o de **Joinville** com um clima marítimo e o de **São Bento** com um clima de interior dos campos.

O **Distrito de Joinville**: a sede deste distrito é o Município de **Joinville**, 26°17'15" latitude sul, à margem direita do Cachoeira, o qual une a cidade com o porto de **São Francisco**. O clima deste distrito, decididamente, pode ser chamado de sub-tropical, os invernos são bastante frescos, sem prejudicar o crescimento das plantas.

Em 1858, **Joinville** foi elevada a freguesia;

Em 1868, **Joinville** foi elevada a município;

Em 1877, **Joinville** foi elevada a cidade;

Em 1880, **Joinville** foi elevada a jurisdição (termo);

Em 1883, **Joinville** foi elevada a comarca.

Ao final de 1886 o número de habitantes na cidade de **Joinville** era de quase 3.500 almas.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

De curiosidade em curiosidade, certo dia Afonso Imhof, naquele momento coordenador do AHJ, solicitou ao então setor de tradução do AHJ, que se fizesse um levantamento numérico relacionado à procedência dos imigrantes citados nas respectivas listas, já mencionadas acima, o que resultou em um projeto chamado: LEVANTAMENTO NUMÉRICO DA PROCEDÊNCIA DOS IMIGRANTES DE DONA FRANCISCA/JOINVILLE (RICHLIN, 2000), objetivando demonstrar gráfica e numericamente a procedência dos imigrantes vindos à Dona Francisca / Joinville – entre 1851 – 1891 / 1897 – 1902 –, por meio da elaboração uma série de demonstrativos numéricos, atrelados a gráficos, para dar uma visão geral do número de imigrantes constantes em cada lista de navio, proporcionando a visualização de cada uma das localidades de origem, resultado este que acabei divulgando em meu Blog [5] pessoal: https://traduccionyletragotica.blogspot.com/p/procedencia-dos-imigrantes_4.html, que visa compartilhar curiosidades relacionadas à paleografia, à transcrição e/ou transliteração e à tradução, podendo servir de fonte de pesquisa àqueles que se interessam a respeito da “decifração” das grafias de outrora, muito recorrentes nos registros de nascimento, batismo, casamento e sepultamento, hoje disponibilizados pelas mais diversas plataformas de pesquisa e que acabam embasando as pesquisas genealógicas realizadas mundo afora.

[5] RICHLIN, Helena Remina. Levantamento Numérico da Procedência dos Imigrantes de Dona Francisca. Joinville: AHJ, 2000. Disponível em: https://traduccionyletragotica.blogspot.com/p/procedencia-dos-imigrantes_4.html. Acesso em: fev. de 2023.

Tabela 2: Levantamento da Procedência dos Imigrantes. Disponível em: <https://traduccionyletragotica.blogspot.com/2015/03/grafico-geral-da-procedencia-dos.html>

Países	Quantidade de pessoas
Alemanha	17.125
Áustria	1.092
Bélgica	26
Brasil	214
Chile	10
Dinamarca	330
Espanha	316
Finlândia	3
França	52
Grécia	1
Hungria	50
Inglaterra	5
Itália	34
Iugoslávia	6
Letônia	1
Noruega	69
Países baixos	3
Paraguai	2
Polônia	80
Portugal	10
República Tcheca	2.170
Romênia	2
Rússia	510
Suécia	389
Suíça	871
Turquia	2
USA	6
Total de pessoas	23.379

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

A organização do acervo documental do AHJ, pautado em diretrizes discutidas pela arquivística, levaram a outro projeto: LEVANTAMENTO CATALOGRÁFICO DOS ROLOS DE MICROFILME, TENDO EM VISTA DAR VISIBILIDADE AO CONJUNTO, BEM COMO À COMPLEMENTAÇÃO DE TRABALHOS DE TRADUÇÃO REALIZADOS EM OUTROS MOMENTOS (RICHLIN, 2004), objetivando dar maior visibilidade ao conjunto de microfilmes constantes do acervo do Arquivo Histórico de Joinville, que compõe a **Coleção Memória da Cidade**, através da realização de um levantamento catalográfico prévio. A realização deste trabalho, por sua vez, despertou a necessidade da realização de um trabalho de transcrição/tradução de conteúdos ainda não trabalhados, visando complementar trabalhos já realizados anteriormente pelo setor de tradução do Arquivo Histórico de Joinville, algo a ser desenvolvido paralelamente ao trabalho de catalogação, uma vez que o material encontrado está localizado entre outros fotogramas de conteúdos diversos, e só pode ser trabalhado à medida que aparece, ou que é “provocado” por alguma necessidade específica da instituição ou de alguma pesquisa a ser desenvolvida.

Tabela 3: Coleção Microfilmes – Levantamento dos rolos de microfilme – Acervo do AHJ [6]

Quantidade de rolos	Microfilmes	Período	Temas
001 a 005	Arquivo Central Evangélico	(1839-1952)	Comunidade Evangélica
001	Arquivo Estadual de Bremen	(1847-1924)	Soc. Coloniz. Hanseática
001 a 013	Arquivo Estadual de Hamburgo	(1819-1928)	Colônia Dona Francisca
001	Arquivo Nacional	(1855-1875)	Cartografia
001	Arquivo Principal da Baixa Saxônia	(1828-1932)	Haltenhoff/Niemeyer
001 a 003	Coleção Carlos Ficker	(1830-1970)	Colônia Dona Francisca
001 a 004	Instituto das Relações Exteriores	(1853-1911)	Rodowicz-Oswiecimsky
001 a 002	Igreja Evangélica de Joinville	(1851-1938)	Batismo/casamento/óbito
001 a 004	Sesmarias	(1767-1827)	Seção Administrativa
001 a 003	Príncipe de Joinville	(1818-1848)	Biografia
001 a 004	Ministério das Relações Exteriores	(1852-1944)	Colonização/imigração

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Paralelamente ao mencionado imediatamente acima, também foi realizada a catalogação, a indexação e a organização do acervo de periódicos e de livros que compõem a **Coleção Memória Tipográfica em Língua Estrangeira**, em que, respectivamente, foram realizadas ações junto ao acervo de periódicos em língua estrangeira do Arquivo Histórico de Joinville, sempre pautadas com base na ABNT e no Sistema de Classificação Decimal DEWEY [7], utilizado universalmente em toda e qualquer biblioteca. O objetivo de se realizar a catalogação e a indexação dos periódicos em língua estrangeira do AHJ (Richlin, 2009) surgiu da necessidade de dar visibilidade aos mais diversos temas que podem ser encontrados em cada título existente no acervo, com o propósito de gerar instrumentos de pesquisa que facilitem o acesso dos pesquisadores aos mais diversos assuntos tocantes à historiografia local e, ao mesmo tempo, proporcionar uma visão geral dos títulos disponíveis para a pesquisa na instituição; e ainda, partindo-se do pressuposto de que, também existe uma grande diversidade no tocante ao acervo bibliográfico em língua estrangeira no Arquivo Histórico de Joinville (Richlin, 2004), que vai desde obras raras, em geral do século XIX, até o acervo bibliográfico de apoio e permanente, que revelam o modo de pensar e viver dos antepassados de muitos moradores da cidade de Joinville, considerou-se crucial um estudo pormenorizado deste acervo,

[6] RICHLIN, Helena Remina. Levantamento Catalográfico dos Rolos de Microfilme, tendo em vista dar visibilidade ao conjunto, bem como à complementação de trabalhos de tradução realizados em outros momentos, pelo setor de tradução. Joinville: Coleção Memória da Cidade – AHJ, 2004. A tabela 3 apresenta, de forma resumida, a quantidade de rolos, referente a cada grupo de microfilme disponível para pesquisa no AHJ, o ano inicial e o ano final, com base nas datas encontradas nos documentos neles reproduzidos, bem como alguns dos mais variados temas encontrados neste conjunto.

[7] PRADO, Heloísa de Almeida. “Sistema Decimal de Melvil Dewey”. Cap. XVII. In: “Organize a sua Biblioteca”. p. 128 – 162. E também: <https://vocabularyserver.com/ddc/pt/>. Acesso em: fev. de 2023.

bem como a devida seleção, ordenação, arranjo, classificação, catalogação e preservação deste importante patrimônio público, no intuito de dar acesso às informações que envolvem tão rico acervo, do mesmo modo, obedecendo às diretrizes da ABNT e do Sistema de Classificação Decimal DEWEY. [8]

Tabela 4: Coleção Memória Tipográfica de Língua Estrangeira – Acervo AHJ

Autor	Título	Ano	Tema
AMMON, Wolfgang	Die ersten Jahre als Kolonist	[s.d.]	Colonização
BIERI, Fr.	Deutsches Lehr- und Lesebuch für Brasilien	1913	Cartilha de leitura
FOUQUET, Carlos	Der Deutsche Einwanderer u. seine Nachkommen	1974	Imigração
RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor	Die Colonie Dona Francisca in Südbrasilien ⁰⁹	1853	Dona Francisca
HEITMANN, Ernst	Illustrierte Briefmacken Zeitung	(1874-1908)	Selos – Jornal Ilustado
DÖRFFEL, O.	Kolonie-Zeitung	(1862-1942)	Dona Francisca
INSTITUTO Hans Staden	Staden Jahrbuch ¹⁰	1956	Genealogia

Fonte: ArquivoHistórico de Joinville

Todas estas “frentes de trabalho”, desenvolvidas de forma paralela ou conjunta, de alguma maneira, contribuíram para o aperfeiçoamento da técnica necessária para que eu me aventurasse pelo mundo da paleografia e me encantasse pela beleza dos mais diversos manuscritos que tive/tenho a oportunidade de “decifrar” ao longo de vinte e tantos anos de atuação profissional, ou, nos momentos em que as grafias não se mostravam “tão generosas”, mergulhasse no estudo exaustivo de cada letra ali traçada, baseada nos Abecedários disponíveis [11] e/ou elaborando meus próprios glossários para cada “ilegível” que estivesse a me “desafiar” (rsrsrs), sempre “perseguindo” o objetivo de desvendar cada palavra que fosse possível transcrever, evitando ao máximo trocá-las pelo usual “ilegível”, a fim de oferecer ao pesquisador a possibilidade de desvendar todo o conteúdo que o documento pesquisado lhe disponibiliza, para que tenha a oportunidade de alcançar os objetivos desejados no resultado da pesquisa à qual dedica seu tempo!

[8] CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A Sistematização de Arquivos Públicos (Organizador). Ed. Unicamp, São Paulo, 1991.

[9] RICHLIN, Helena Remina. Organização do Acervo Bibliográfico em Língua Estrangeira, tanto obras raras, quanto acervo permanente e de apoio. Joinville: Coleção Memória Tipográfica em Língua Estrangeira – AHJ, 2004. As quatro linhas iniciais da tabela 4 representam um recorte do conjunto de livros que enriquecem o acervo do AHJ, apenas como amostragem de autores, títulos, períodos de publicação e temas tratados, já que fica inviável reproduzir toda a relação catalogada em espaço reduzido.

[10] RICHLIN, Helena Remina. Organização do Acervo de Periódicos em Língua Estrangeira. Joinville: Coleção Memória Tipográfica em Língua Estrangeira – AHJ, 2009. As três últimas linhas da tabela 4 representam alguns dos periódicos que enriquecem o acervo do AHJ, apenas como amostragem de autores, títulos, períodos de publicação e temas tratados, já que fica inviável reproduzir toda a relação catalogada em espaço reduzido.

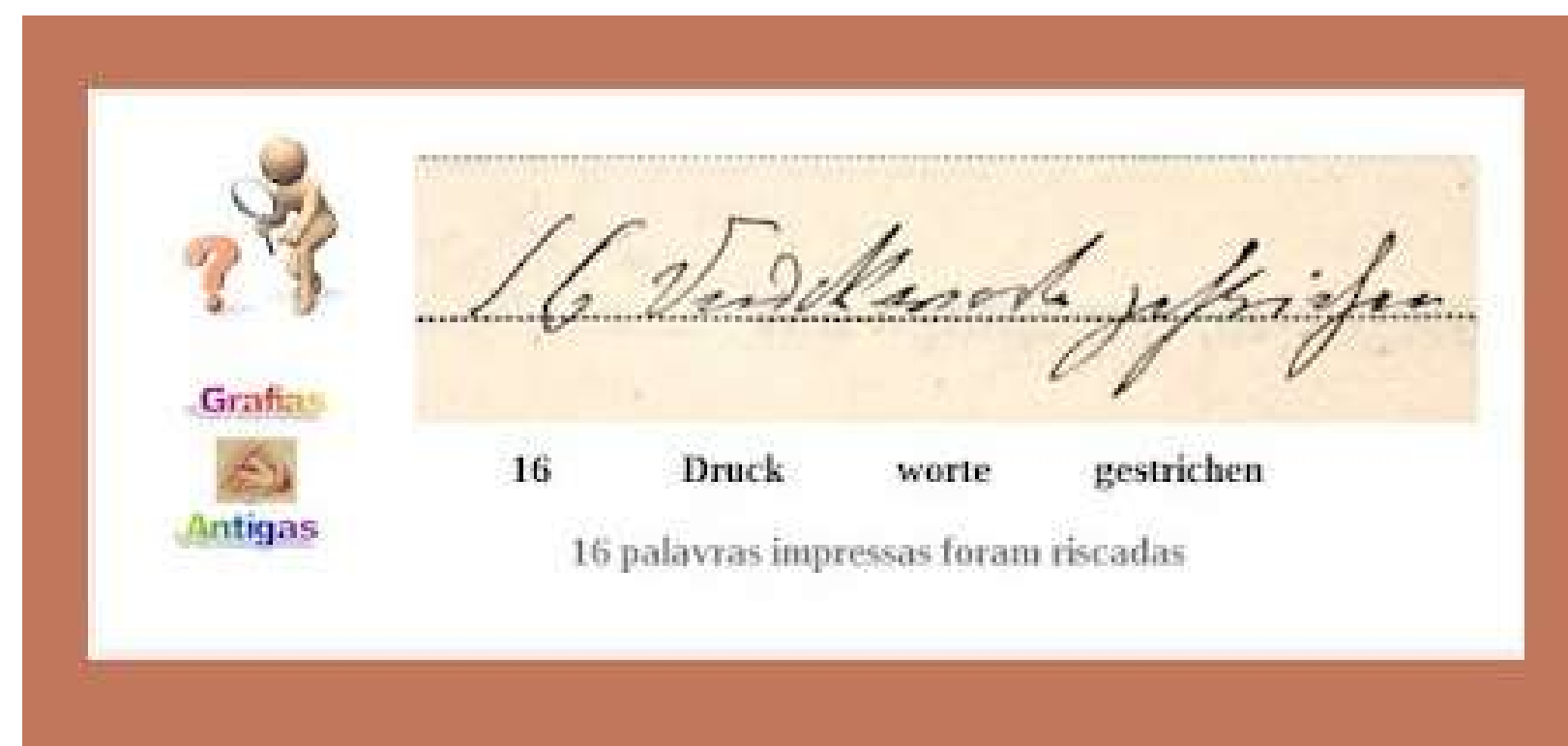
[11] RICHLIN, Helena Remina. Letra Gótica, Fraktur, Antíqua, Sütterlin... Joinville: Blog Pessoal: traduccionyletragotica, 2014. Disponível em: <https://traduccionyletragotica.blogspot.com/2014/10/letra-gotica.html>. Acesso em: fev. 2023.

Ilustração 5: Autora trabalhando



Fonte: ArquivoHistórico de Joinville

Ilustração 6: Exemplo de grafia manuscrita.



Fonte: ArquivoHistórico de Joinville

Referências

ARQUIVO ESTADUAL DE HAMBURGO [Staatsarchiv Hamburg]. Disponível em: <https://www.hamburg.de/bkm/familienforschung/4307636/tipps-fuer-die-familienforschung/>. Acesso em: fev. de 2023.

ASSOCIAÇÃO COLONIZADORA DE 1849 EM HAMBURGO. **Relatórios da Direção de 1887**. Joinville: AHJ.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A Sistematização de Arquivos Públicos (Organizador)**. Ed. Unicamp, São Paulo, 1991.

PRADO, Heloísa de Almeida. “Sistema Decimal de Melvil Dewey”. Cap. XVII. In: **“Organize a sua Biblioteca”**. p. 128 – 162. E também: <https://vocabularyserver.com/ddc/pt/>. Acesso em: fev. de 2023.: <https://traduccionyletragotica.blogspot.com/2014/10/letra-gotica.html>. Acesso em: fev. 2023.

RICHLIN, Helena Remina. **Levantamento Numérico da Procedência dos Imigrantes de Dona Francisca**. Joinville: AHJ, 2000. Disponível em: https://traduccionyletragotica.blogspot.com/p/procedencia-dos-imigrantes_4.html. Acesso em: fev. de 2023.

RICHLIN, Helena Remina. **Levantamento Catalográfico dos Rolos de Microfilme, tendo em vista dar visibilidade ao conjunto, bem como à complementação de trabalhos de tradução realizados em outros momentos, pelo setor de tradução**. Joinville: Coleção Memória da Cidade – AHJ, 2004.

RICHLIN, Helena Remina. **Organização do Acervo Bibliográfico em Língua Estrangeira, tanto obras raras, quanto acervo permanente e de apoio**. Joinville: Coleção Memória Tipográfica em Língua Estrangeira – AHJ, 2004.

RICHLIN, Helena Remina. **Organização do Acervo de Periódicos em Língua Estrangeira**. Joinville: Coleção Memória Tipográfica em Língua Estrangeira – AHJ, 2009.

RICHLIN, Helena Remina. Letra Gótica, Fraktur, Antíqua, Sütterlin... Joinville: Blog Pessoal: traduccionyletragotica, 2014. Disponível em: <https://traduccionyletragotica.blogspot.com/2014/10/letra-gotica.html>. Acesso em: fev. 2023.

Parcerias acadêmicas

O Arquivo Histórico de Joinville na construção de práticas de ensino, pesquisa e extensão



Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes [*]

Preâmbulo

Minha relação com o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), remonta ao início da década de 1980, quando, recém-chegada de São Paulo a Joinville, procurava conhecer a cidade em que passei a morar. Ao visitar a Biblioteca Pública, descobri que o Arquivo Histórico da cidade estava localizado em uma sala naquele mesmo prédio. Fui conduzida ao Arquivo por uma funcionária que me permitiu conhecer, rapidamente, o local, que visivelmente se mostrava pequeno para o volume de documentos empilhados sobre algumas mesas. Segundo fui informada, o material estava sendo preparado para a mudança para um prédio novo, então em construção.

Poucos anos depois, em 1986, com o novo prédio do AHJ já inaugurado, eu iniciava minha carreira como professora da então Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), atual Universidade da Região de Joinville (Univille), no mesmo ano em que havia defendido meu mestrado e procurava um tema local para desenvolver minha tese de doutorado. Para isso, logicamente, voltei ao AHJ para fazer uma primeira sondagem na documentação.

[*] Licenciada, Bacharel, Mestre e Doutora em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP e pós-doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. Professora titular da Universidade da Região de Joinville- Univille de 1986 até o início de 2022, quando se aposentou. Atuou nos cursos de História, Medicina, Sistemas de Informação e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.

Ainda lembro bem da estranheza com que todos me olharam naquele primeiro dia que procurava conhecer o acervo da Instituição... Eu me senti “a forasteira”, alguém que se metia em algo que não lhe pertencia quando, ao dizer que pretendia pesquisar um tema, preferencialmente relacionado ao século XIX... ocorreu o seguinte diálogo com uma funcionária que me atendia:

- “mas você lê alemão?”

- “Não”! Respondi já bem assustada..., sensação que piorou quando veio o novo comentário: - “Ah, então não vai ter nada aqui para você pesquisar!”

Foi realmente um desânimo total aquele primeiro contato com a Instituição. Porém, essa primeira impressão, apesar de marcante, logo ficou para trás e até hoje dou muita risada quando lembro dela. A partir daquele dia o Arquivo se tornou um dos locais que eu mais frequentava na cidade e onde, aos poucos, fui conhecendo pessoas maravilhosas, muito competentes e com características muito diferentes daquelas do primeiro encontro; algumas das quais tenho amizade até hoje.

A minha formação foi muito direcionada para a pesquisa: bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado em História. Mesmo a licenciatura me foi apresentada com uma ligação muito forte com a pesquisa e a extensão. Aprendi que a História se faz com muita pesquisa e ela é sempre passível de revisão à medida em que a ciência avança. Sempre gostei de trabalhar com documentos e entendo a História como uma construção do historiador (Le Goff, 1992) e, por isso, diferentes visões de um mesmo fato são possíveis, desde que embasadas em documentação que também podem ser de diferentes espécies. Não concebia um historiador ou um professor de história que não entendesse como a História é construída, pois só assim seria possível analisar a documentação que lhe viesse às mãos ou interpretar o que ensinaria e, nesse sentido, o AHJ era uma peça-chave tanto na minha prática docente como na pesquisa.

Esse preâmbulo, de um artigo escrito na primeira pessoa, já que se trata de um relato de minhas experiências com o AHJ, possibilita entender como meus projetos de ensino, pesquisa e extensão, inicialmente em História e depois também em Patrimônio Cultural, foram constituídos e entrelaçados ao AHJ que, em 2022, completou seu cinquentenário.

Projetos de ensino na graduação

Desde os primeiros anos que estive vinculada ao curso de História da Furj lectionei as disciplinas de Introdução ao Estudo da História e de Metodologia da Pesquisa Histórica, dentre várias outras, mas essas foram as que mais envolvimento tiveram com o AHJ. Essa ligação se deu desde 1986 quando os alunos já desenvolviam pesquisas individuais sobre a História regional. No ano seguinte, uma experiência de pesquisa e extensão me envolvia ainda mais ao AHJ, na época dirigido pela historiadora Raquel S.Thiago que também era professora do departamento de História da Furj, como é possível constatar no texto da Figura 1.

Figura 1 – Trabalho conjunto Curso de História e Arquivo Histórico, 1987



Fonte: S.THIAGO, Raquel. Pesquisa integra Furj e Arquivo Histórico de Joinville. Espaço Cultural Aberto, abr./maio 1987. Acervo da autora

Esse projeto conjunto, que mais tarde propiciou uma série de outras pesquisas sobre o tema, tinha como objetivo a montagem de uma exposição e tornava possível uma experiência de pesquisa aos estudantes do curso de História, por meio da temática do ensino em Joinville.

A disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica buscava proporcionar o conhecimento sobre os métodos da História a partir da prática da pesquisa, iniciando com a elaboração de um projeto, seguido pelo desenvolvimento da pesquisa documental e o relatório final. Essa proposta foi aprimorada ao longo dos anos, mas nunca renunciei à experiência individual da pesquisa pelos alunos, futuros professores de História, por isso a parceria com o AHJ continuou por toda minha trajetória no ensino superior.

Da mesma forma, os projetos de ensino na disciplina de Introdução ao Estudo da História, no primeiro ano do curso, estavam direcionados à compreensão do que é História e como ela pode ser construída. A partir desse objetivo, as discussões passavam pelo conhecimento dos diferentes tipos de fontes históricas (Le Goff; Nora, 1986), onde elas poderiam ser encontradas e como foram constituídas enquanto documentos históricos ao longo do tempo (Le Goff, 1992). Essa proposta iniciava com a visita ao AHJ onde os estudantes podiam conhecer a instituição e parte de seu acervo. Era um momento que encantava os alunos (ou pelo menos grande parte deles), pois podiam ver documentos de diferentes tipologias, ouvir um pouco sobre a história da cidade e conhecer o trabalho de profissionais que compunham o quadro do AHJ. Em sala de aula o trabalho continuava com longas discussões a partir do livro *QUE É HISTÓRIA?* de Edward Carr (1987), que também ficou na memória de muitos estudantes...

Nas décadas de 1980 e 1990, as discussões evidenciaram a importância da História Nova e o famoso trinômio dos Novos Problemas (Le Goff; Nora, 1979), Novas Abordagens (Le Goff; Nora, 1976) e Novos Objetos (Le Goff; Nora, 1986), a ampliação dos horizontes dos historiadores, a abertura para novas fontes e aí se encaixavam os museus, a História das Mentalidades e a História Oral. Posteriormente, a evidência recaía sobre a Nova História Cultural com suas novas temáticas e ênfase à História da Cultura Material e Imaterial.

Sempre acreditei nas atividades extraclasse para deixar as aulas mais prazerosas, as aulas de campo e as aulas práticas eram (e ainda são), a meu ver, a melhor maneira de tornar o aprendizado mais voltado aos interesses dos discentes. Assim, a apresentação das fontes históricas para a disciplina de Introdução ao Estudo da História e a prática da pesquisa em Metodologia da Pesquisa Histórica e depois também em História do Brasil Império, passaram a acontecer todos os anos no AHJ, onde sempre fui muito bem recebida, mesmo fora do horário de expediente. O AHJ era aberto especialmente para atender aos nossos alunos, que tinham como perfil serem trabalhadores e estudarem à noite. O corpo técnico do AHJ, formado, em sua maioria, por egressos da Furj/Univille, se dividia, trocando seus horários de trabalho para nos atender no período noturno.

Conforme a disponibilidade dos funcionários dos diferentes museus da cidade, as aulas aconteciam também no Museu Nacional de Imigração e Colonização, no Museu Arqueológico de Sambaqui, no Museu de Arte e ou no Cemitério dos Imigrantes, geralmente aos sábados pela manhã.

A partir de 1996, além das aulas e de minhas pesquisas individuais, teve início o Programa de Iniciação Científica da Univille e, minha primeira orientação foi o trabalho de Sandra Godinho Pereira, do curso de História, com o tema “O confronto entre índios e colonos na Colônia Dona Francisca: 1851-1900”, que foi também o primeiro trabalho de Iniciação Científica da Univille [1]. Pesquisa realizada no acervo do AHJ e com a elaboração de entrevistas orais com pessoas que tinham tido contato com indígenas na Serra Dona Francisca.

Desde então foram 67 orientações de iniciação científica, a maioria dependente da documentação do AHJ, sendo que muitas foram ampliadas, posteriormente, para trabalhos de mestrado ou doutorado.

Uma atividade marcante desenvolvida com os alunos da graduação e que também contou com pesquisa desenvolvida em grande parte no acervo do AHJ, foi aquela que resultou no Tombamento do prédio do antigo Cine Palácio, na Rua XV de Novembro (Figura 2).

[1] As primeiras pesquisas de Iniciação Científica da Univille foram lançadas em uma brochura em 1999 – no primeiro Caderno de Iniciação Científica -contendo três pesquisas do Curso de História, realizadas em 1996 e 1997, incluindo a pesquisa em questão.

Figura 2 - Cerimônia de Tombamento do Edifício do antigo Cine Palácio, 9 de março de 2002



Fonte: Foto Luis Carlos Guedes, 2002. Acervo pessoal Sandra P. L. de Camargo Guedes

Tudo iniciou nas aulas de Introdução ao Estudo da História, em 2001, quando estudávamos o patrimônio cultural da cidade e os discentes foram estimulados a escolher um imóvel de Joinville que, na visão deles, deveria ser preservado. Após discussões e defesas de um e outro, a turma escolheu o prédio do antigo Cine Palácio, localizado na Rua XV de Novembro, no centro da cidade e que, na época, estava sendo utilizado como um templo religioso. Posteriormente foi feita uma pesquisa de campo para ver se a população de Joinville também desejava que aquele prédio fosse preservado.

Confirmado o interesse de muitas pessoas pela preservação daquele imóvel, a próxima etapa foi a pesquisa documental sobre o edifício e sua história. A turma de estudantes foi dividida em equipes para buscar documentos em diferentes lugares como no AHJ, em cartórios, acervos particulares e depoimentos orais. Procurava-se mostrar aos estudantes que os documentos históricos encontram-se em toda parte. Foram pesquisados jornais, atas, fotografias e plantas, a partir dos quais redigimos um documento que descrevia e ilustrava diversas fases da história daquele imóvel.

Em conjunto, a turma do primeiro ano decidiu continuar o processo até alcançarmos o tombamento do prédio e todos saímos em busca do aval da população a favor daquele tombamento. O abaixo assinado chegou perto de 2 mil assinaturas.

O texto com a pesquisa histórica foi anexado ao abaixo assinado e encaminhado para o Ministério Público, que acatou nosso pedido e encaminhou o processo para as instâncias responsáveis. Na época, a ação da Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural de Joinville (Comphaan) era pouco conhecida e o município ainda não tinha tombado nenhum imóvel, a cidade só contava com poucos tombamentos federais e outros estaduais.

Durante o ano de 2002 completei a pesquisa realizada pelos alunos, conferi todas as fontes levantadas e redigi um livro que saiu publicado no início de 2003 (Guedes et.al, 2003) juntamente com uma exposição e a cerimônia de Tombamento Municipal que contou com a presença do Prefeito e do Governador no dia do aniversário da cidade, em 9 de março, na frente do prédio tombado (Figura 2). O tombamento do prédio do Cine Palácio foi o primeiro efetivado pelo município.

Projetos de ensino na pós-graduação

A partir de 2008, o AHJ também passou a fazer parte de alguns projetos de ensino nas disciplinas que ministrei no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS/Univille), principalmente em Patrimônio Cultural e Cidadania que, como o próprio nome diz, buscava discutir as relações existentes entre o patrimônio cultural e a cidadania e essa discussão perpassava pelo papel dos arquivos e museus na preservação, conservação e difusão do patrimônio cultural. Tratava-se de uma proposta diferente daquela direcionada aos alunos de graduação em História, até porque o referido curso é interdisciplinar e grande parte dos estudantes é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

A diversidade de formações trouxe um novo desafio, que era o de estimular aqueles estudantes que, em grande parte, desconheciam um Arquivo Histórico, não eram de Joinville e conheciam pouco ou nada sobre a ciência histórica, para a pesquisa histórica voltada ao Patrimônio Cultural. Esse desafio foi aos poucos superado e, a cada nova turma, experiências diferentes foram propostas, ora com o Arquivo Histórico, ora com municípios vizinhos, ora com os sambaquis...

Um dos projetos de ensino aplicado no mestrado em várias ocasiões, além da parceria com o AHJ, teve a ajuda da Coordenadoria de Patrimônio Cultural (CPC), da então Fundação Cultural de Joinville (FCJ), atual Secretaria de Cultura e Turismo (Secult).

Como, na época, eu fazia parte da Comphaan [2], vivenciava as dificuldades relacionadas à pesquisa necessária para o preenchimento de dados nas fichas das centenas de imóveis que estavam listados como de interesse de preservação. Assim, juntamente com professores parceiros [3], propusemos um projeto de ensino no qual os estudantes de mestrado teriam como desafio colaborar na pesquisa para o preenchimento de algumas dessas fichas unindo, mais uma vez, a teoria à prática. Tratava-se de uma experiência ímpar para estudantes de um mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, já que poderiam, por meio de suas formações diferenciadas, das pesquisas e das leituras desenvolvidas no curso, colaborar com um problema real do município.

Devido ao pouco tempo de duração das disciplinas, dois meses em média, esse trabalho era feito em equipes. O projeto iniciava com a formação de grupos multidisciplinares de mestrandos. Assim tínhamos, por exemplo, historiador, arquiteto, advogado, professor, bibliotecário, designer, dentre outros, trabalhando juntos, atribuindo uma variedade de olhares para o mesmo objeto.

Com as equipes formadas e o objeto de análise, previamente selecionado pela CPC, escolhido, iniciavam as orientações dos professores e as pesquisas propriamente ditas.

O caminho inicial era a revisão bibliográfica e uma aula de campo no AHJ que ajudava os iniciantes em pesquisa documental a compreenderem o funcionamento de um arquivo e sua importância para a preservação da memória de uma cidade. Essa aula, assim como ocorria com a graduação, era cuidadosamente preparada em conjunto com os profissionais do AHJ que continuavam a nos atender em horário diferenciado e com grande parte da equipe de profissionais presentes. As figuras 3 a 7 ilustram as diferentes fases dessas aulas práticas: a) recepção e apresentação do AHJ e sua estrutura; b) visita às dependências do Arquivo com discussões acerca de preservação e conservação documental, e c) prática de pesquisa documental.

Assim, vê-se na Figura 3, em uma das aulas da Turma 2013 do MPCS/Univille, no AHJ, a apresentação da Instituição por João Carlos Christoff, arquivista, e Judith Steinbach, Educadora. A Figura 4 mostra o então coordenador do AHJ, Dilney Cunha, com a historiadora Terezinha Fernandes da Roza e a arquivista Luiza Morgana Klueger de Souza, apresentando a história da instituição, o quadro de arranjo e a estrutura funcional do AHJ à Turma de 2018 do MPCS/Univille

[2] Fui representante do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, na Comphaan, de 2008 a 2018.

[3] Os professores que participaram, em diferentes momentos, desse projeto foram: Janine Gomes da Silva (2008 a 2010), Dione da Rocha Bandeira (2011), Rodrigo Bastos (2011), Patrícia de Oliveira Areas (2012 a 2018) e Luana de Carvalho Silva Gusso (2015 a 2018), com as quais divido a experiência aqui citada.

Figuras 3 e 4 – Apresentações do Arquivo Histórico de Joinville para as turmas do MPC/Univille de 2013 e 2018



Fonte: Fotos de Sandra P.L. de Camargo Guedes, 2013 e 2018. Acervo Particular.

A segunda parte da aula consistia na visita às dependências do AHJ quando profissionais mostravam e discutiam as especificidades de cada setor, evidenciando características da preservação do documento. Na Figura 5, Elisangela da Silva, conservadora da então FCJ apresentava os resultados de sua dissertação de mestrado que tratou de um caso de contaminação fúngica, ocorrido no próprio AHJ (Silva, 2012).

A Figura 6 mostra a historiadora Terezinha Fernandes da Rosa apresentando os cuidados com preservação e restauro de documentos à Turma de 2017 do MPC/Univille.

Figura 5 – Elisangela Silva apresentando uma das salas do AHJ e questões de conservação do acervo, 2013

Figura 5 – Elisangela Silva apresentando uma das salas do AHJ e questões de conservação do acervo, 2013



Fonte: Fotos de Sandra P.L. de Camargo Guedes, 2013. Acervo Particular



Fonte: Fotos de Sandra P.L. de Camargo Guedes, 2013. Acervo Particular.

A última parte da aula era destinada à prática da pesquisa, quando os estudantes tinham acesso a alguns documentos. Esses documentos eram previamente separados pela equipe do AHJ a partir de uma listagem fornecida pelas professoras da disciplina e que poderiam ser de interesse para a pesquisa de cada uma das equipes. A Figura 7 ilustra um dos momentos de pesquisa documental por uma das equipes do MPC/Univille 2018.

Figura 7 – Equipe de mestrandos analisando documentos no AHJ, 2018



Fonte: Acervo pessoal Sandra P. L. de Camargo Guedes, 2018

Por ocasião das pesquisas relacionadas aos imóveis constantes da lista de interesse de preservação, as pesquisas documentais continuavam após a aula que acontecia com a turma toda. Muitas vezes, ocorria nas dependências da CPC onde os estudantes recebiam orientações da equipe de profissionais daquele setor e voltavam ao AHJ onde plantas, fotografias, relatórios, dentre outros documentos, eram analisados e seus resultados inseridos nas fichas de cada imóvel.

Além dessas práticas ocorridas a partir da lista de imóveis de interesse de preservação, em algumas ocasiões o objeto de pesquisa foi a Cultura Imaterial. Destacam-se as pesquisas voltadas ao Tiro Esportivo e ao Kênia Clube de Joinville [4]. As pesquisas relativas a esses dois elementos da cultura joinvilense resultaram em abaixo assinados e dossiês que foram levados para a Comphaan e deram o início a seus processos de registro como patrimônio imaterial de Joinville [5].

[4] Essa experiência ocorreu em 2015 conjuntamente com as professoras Patrícia O. Areas e Luana S.Gusso.

[5] O Kênia Clube de Joinville foi reconhecido como Patrimônio Imaterial de Joinville pela Portaria 120/2022 de 9 de novembro de 2022 e o Tiro ao Alvo Esportivo e Sociedades filiadas à Associação Joinvilense de Tiro ao Alvo – AJTA, pela Portaria 176/2022 de 16 de dezembro de 2022.

Projetos de pesquisa

Não foi apenas em projetos de ensino e extensão que o Arquivo Histórico de Joinville esteve envolvido em minhas práticas profissionais, mas teve um destaque fundamental em pesquisas individuais, em grupos e naquelas que orientei não só na iniciação científica, mas também durante os 14 anos que lecionei no Mestrado e depois Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade [6]. Seria impossível falar de todas aqui, mas posso citar algumas.

Um primeiro exemplo pode ser o da minha pesquisa para o doutorado, que versou sobre o Hospital Municipal São José (HMSJ), que propiciou a doação de uma série de documentos daquela instituição centenária para o acervo do AHJ. Em uma de minhas visitas ao HMSJ, acompanhada de uma funcionária daquela instituição, encontramos três livros de registros de pacientes, do início do século XX, que estavam armazenados em um armário localizado sob uma escada da parte antiga do Hospital.

Os livros, revestidos de capa dura e bem grandes e grossos, estavam datados de 1913 a 1918, 1918 a 1927 e 1927 a 1935 [7]. Como os livros não eram mais utilizados no dia a dia do Hospital, em uma reunião com o então Diretor Superintendente do Hospital, Dr. Ronald Fiuza, e depois com a direção do Arquivo Histórico, a cargo de Apolinário Ternes, ficou acertada a doação daqueles livros para o acervo do AHJ, local onde seriam adequadamente acondicionados e cuja pesquisa passaria a ser acessível, não só a mim, mas a qualquer outro pesquisador que viesse a se interessar por temas que envolvessem aqueles registros. Tive o privilégio de trabalhar com aqueles documentos em uma das cabines então existentes para pesquisadores no AHJ [8].

Foram vários os documentos do AHJ utilizados em minha tese: Atas da Câmara e do Conselho Municipal, Livros de Correspondências, Códigos de Posturas, Decretos-Lei, Relatórios de Superintendentes, Resoluções, jornais, dentre outros documentos referentes ao período de 1851 até 1971. Essa pesquisa, além da tese, resultou no livro *Instituição e Sociedade* (Guedes, 1996); no capítulo “Colônia Dona Francisca: A vida... O Medo...A morte”, publicado no livro *Histórias de (I)Migrantes* (Guedes, 2000, 2005 e 2023), e serviu como base para diversos artigos sobre a história da cidade e também para o livro *Hospital Público é isso mesmo!*, publicado em 2003 (Guedes; Findlay, 2003).

[6] Foram perto de cem orientações entre iniciação científica, mestrado, doutorado e pós doutorado, sem contar as orientações realizadas aos projetos individuais de alunos de graduação que também muito utilizaram os documentos sob guarda do AHJ.

[7] O livro que deveria ser o primeiro a registrar os internados naquele prédio do Hospital, cuja inauguração é de 1906, não foi encontrado.

[8] A falta de local destinado aos técnicos do AHJ transformou, anos depois, aquelas cabines, originalmente feitas para pesquisadores, em salas de trabalho.

Desenvolvi várias outras pesquisas no acervo do AHJ que, juntamente com documentos existentes em outros arquivos e ou com documentação oral, permitiram a publicação de diversos trabalhos sobre a cidade (Guedes, Oliveira Neto e Olska, 2008; Guedes, 2010; Guedes e Bandeira, 2019, dentre outros). Saliento a importância da sua hemeroteca, em excelente estado de conservação, que foi utilizada inúmeras vezes em meus trabalhos de pesquisa e de meus orientandos, assim como a coleção de mapas e fotografias, que proporcionam infindáveis possibilidades de análise.

Considerações finais

Como é possível perceber, o Arquivo Histórico de Joinville teve uma importância muito grande para a minha carreira de professora e pesquisadora durante mais de trinta anos, mas, para além dessa ligação que pode, a princípio, parecer pessoal, estão outros professores, meus parceiros de aulas e pesquisas e, principalmente, a formação de centenas de estudantes que hoje são professores ou profissionais da cultura que passaram pelos bancos da Univille, Universidade que tive o prazer de trabalhar por mais de 36 anos na graduação e pós-graduação.

Devo ainda salientar que, para além do trabalho protocolar desenvolvido pelo Arquivo Histórico de Joinville, aquele que a Instituição foi criada para desenvolver, a maior parte das atividades citadas neste texto não teriam acontecido se essa instituição não fosse contemplada com um corpo funcional extremamente competente, comprometido e dedicado a ponto de tirar horas de seu descanso para atender a mim e meus alunos, em inúmeras ocasiões, muitas vezes até às 22:30h, sempre com gentileza, e demonstrando extremo prazer no que faziam. Não me atrevo a citar nomes aqui, pois poderia esquecer de alguém, mas dedico este pequeno texto a todos e todas que passaram pelo AHJ ou ainda estão lá e deixaram sua marca em tudo o que fizeram ou ajudaram a fazer.

Referências

- CARR, Edward H. **Que é História?** 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GUEDES, Sandra P. L. C.; Acadêmicos do Primeiro ano de História/2001. **Cine Palácio**. Joinville: Editora da Univille, 2003.
- _____, Sandra P. L. C. **Esporte e Lazer em Joinville**: memórias da Associação Atlética Tupy. Joinville: Editora da Univille, 2010.
- _____, Sandra P. L. C.; FINDLAY, Eleide A. G. **Hospital Público é assim mesmo!** Representações sociais sobre um hospital público no final do século XX. Joinville: Editora UNIVILLE, 2003.
- _____, Sandra P. L. C. (Org.) **Histórias de (I)Migrantes**. O cotidiano de uma cidade. Joinville: Editora da Univille, 2000 e 2005.
- _____, Sandra P. L. C. (Org.) **Histórias de (I)Migrantes**. O cotidiano de uma cidade. Joinville: Editora da Univille, 2023. Disponível em [Historia_imigrantes_2023x_1.pdf](#)
- _____, Sandra P. L. C. **Instituição e Sociedade**: a trajetória do Hospital São José de Joinville 1852-1971. Joinville: Movimento & Arte, 1996.
- _____, Sandra P. L. C. ; OLIVEIRA NETO, W. ; OLSKA, Marilia G. . **O Exército e a Cidade**. Joinville: Editora UNIVILLE, 2008.
- _____, Sandra P. L. C.; BANDEIRA, Dione R. Rita. Joinville: Editora Univille, 2019. Disponível em https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirect/1664821/LV-Rita-online_1.pdf
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.
- _____, & NORA, Pierre. **História**: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____. História: **Novos Objetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- _____. História: **Novos Problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVA, Elisangela da. **A ocorrência de agentes fúngicos em acervos em suporte de papel**. Estudo de caso: Arquivo Histórico de Joinville. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

Difusão científica



Dois manuscritos para revisar a história da colônia Dona Francisca (Joinville) [*]



Luiz Mateus Ferreira [**]

Introdução

Comecei minhas pesquisas no acervo do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) há quase dez anos. Entre 2014 e 2018, examinei, selecionei e analisei uma volumosa documentação primária com o objetivo inicial de avaliar questões relacionadas à distribuição da propriedade da terra na colônia Dona Francisca. O volume e a riqueza dos dados contidos nos documentos disponíveis no AHJ provocaram-me questionamentos e inquietações que resultaram na reformulação e ampliação do escopo do meu projeto inicial de pesquisa. Os resultados da minha investigação foram apresentados em 2019, na tese de doutorado intitulada “Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920”. Essa tese apresenta evidências que questionam algumas interpretações clássicas da história da formação socioeconômica do Brasil e de Santa Catarina. O primeiro questionamento diz respeito ao perfil do colono europeu e à colonização do sul do país no século XIX. Em geral, a historiografia distingue a colonização da região sul do Brasil como espontânea, enfatizando o fato de os imigrantes chegarem com algum recurso para adquirir um lote de terra [1]. Entretanto, no caso da colônia Dona Francisca, sua colonização foi fortemente subsidiada pelo governo brasileiro (Ferreira, 2019).

[*] Este texto é uma versão adaptada do artigo originalmente publicado na revista *História Unisinos*, 25(3):567-576, setembro/dezembro, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4013/hist.2021.253.15>

[**] Economista, doutor em história econômica, professor do departamento de economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) – Rua do Catete, nº. 166 – Mariana – Minas Gerais. E-mail: luiz.ferreira@ufop.edu.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/4230254022480143>

[1] Por exemplo, ver Carneiro (1950), Petrone (1982), Prado Jr. (2006).

A tese ainda apresenta evidências que contestam um pensamento bastante difundido na historiografia: o de que a colônia Dona Francisca foi, desde o início, um empreendimento modelo, bem sucedido, independente de grandes favores do governo brasileiro por ser um negócio privado, organizado e dirigido por uma importante sociedade de empresários alemães. Essa sociedade, segundo alguns estudiosos, não apenas planejou minuciosamente a colonização das terras de Dona Francisca, como se preocupou em garantir todo apoio e segurança necessários ao estabelecimento e prosperidade dos colonos (Ficker, 1965; Ternes, 1981; Miltemberg, 1852; Schramm, 1964; Oberacker JR., 1965). Apolinário Ternes, por exemplo, enfatiza a preocupação e comprometimento do “empresário e político alemão” Christian Mathias Schröder, que, segundo Ternes (1981, p. 35), “planejou, organizou e executou um dos mais ambiciosos projetos de emigração e de colonização da América Latina através da implantação da Colônia Dona Francisca”. Ainda conforme Ternes (1981), devido ao “senso de organização” dos empresários alemães e o respeito da

Sociedade Colonizadora de Hamburgo pelos direitos dos colonos, “não apenas se planejava com antecedência a colonização, como se cuidava de todos os detalhes, objetivando-se garantir o apoio e segurança para os imigrantes” (Ternes, 1981, p. 93). Para esse autor, constituiu-se, nas terras de Dona Francisca, um “empreendimento modelar”, uma “colônia bem organizada”, uma “pequena Alemanha” em terras brasileiras (Ternes, 1981, p. 86, 119).

Da mesma forma, em seu estudo sobre a “Colônia Alemã Dona Francisca”, Percy Ernst Schramm afirma: “Se alguma vez houve uma colonização alemã, que ocorreu conscientemente, com cautela e benevolência, em maior escala e em proporção aos meios disponíveis para o investimento pretendido, é este o caso” (Schramm, 1964, p. 316). Também Miltenberg escreveu: “nunca houve um empreendimento tão cuidadosamente preparado, cautelosamente iniciado e conscienciosamente dirigido como a Colônia Dona Francisca, a pérola do Brasil” (Miltemberg, 1852, p. 16).

Não obstante, a partir de um conjunto variado de documentos primários disponíveis no AHJ, Ferreira (2019) demonstra a precariedade da colonização inicial da Dona Francisca, as dificuldades causadas pela falta de planejamento da colonização e que, não fosse o apoio financeiro do governo brasileiro, a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo (SCH) não teria sido capaz de manter a colonização das terras de Dona Francisca. Convém observar, a SCH foi uma empresa privada especificamente constituída para colonizar e comercializar as terras de Dona Francisca. Entretanto, conforme demonstrou Ferreira (2020), apesar de ser uma empresa privada, com interesses comerciais específicos, a SCH naufragaria poucos anos depois da sua fundação não fosse o auxílio financeiro do governo imperial brasileiro. Essa conclusão foi reforçada com a recente publicação de dois importantes manuscritos (Ferreira, 2021). O primeiro manuscrito é o pró-memória encaminhado ao conselheiro de Estado e senador do Brasil Pedro de Araújo Lima (Visconde de Olinda). Nesse documento, o diretor gerente da SCH, Friedrich Gültzow, detalhou ao governo brasileiro as dificuldades financeiras da empresa colonizadora e solicitou auxílio do governo para continuar investindo na colonização das terras de Dona Francisca, salientando que a falta de apoio do governo brasileiro à SCH causaria embaraços à colonização do Brasil, uma vez que o fracasso da colônia Dona Francisca teria repercussão negativa na Europa.

O segundo manuscrito, originalmente redigido em francês, é a carta do príncipe de Joinville ao conselheiro e mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, encaminhada meses depois do envio do referido pró-memória. Nessa missiva, o príncipe de Joinville solicitou que D. Pedro II, seu cunhado, evitasse o naufrágio da colônia Dona Francisca, onde, conforme Joinville (1855), ele havia investido grande soma de dinheiro.

Curiosamente, esses dois importantes documentos da história da colônia Dona Francisca não estão disponíveis no AHJ. Logo, a publicação da transcrição desses dois manuscritos complementa o acervo do AHJ e, assim, contribui para uma eventual revisão da história de Joinville, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização de língua alemã do Brasil no século XIX. Convém observar, apesar da relevância da colônia Dona Francisca no contexto da colonização brasileira no século XIX, e da importância de Joinville na formação socioeconômica catarinense, a experiência de colonização da Dona Francisca ainda é pouco conhecida, sendo, em geral, discutida a partir das interpretações tradicionais de pesquisadores, cronistas e historiadores locais que, com interesses específicos, selecionaram, interpretaram e traduziram documentos da história de Joinville, documentos esses na sua maioria redigidos no vernáculo alemão.

O indispensável apoio do governo à Colônia Dona Francisca (1851-1855)

Assim, com objetivo revisionista, este texto apresenta a transcrição do pró-memória que a direção da SCH encaminhou ao governo do Império do Brasil e da carta do príncipe de Joinville ao conselheiro Paulo Barbosa. Para melhor compreensão da importância desses dois manuscritos, a exposição foi feita de maneira contextualizada, sendo este texto organizado em duas seções além desta introdução. Na primeira seção, são apresentados a origem das terras da Dona Francisca e os cálculos da direção da SCH para a colonização de parte dessas terras. Depois, faz-se a transcrição da pró-memória da SCH. A segunda seção demonstra a decisiva intervenção do príncipe de Joinville, que, após o governo brasileiro não oferecer o apoio requerido pela direção da SCH, utilizou da sua influência e de seu parentesco com D. Pedro II para requerer o auxílio financeiro indispensável à manutenção da colônia Dona Francisca. Ao final, no apêndice, apresenta-se a tradução completa da carta do príncipe de Joinville.

A história da colônia Dona Francisca tem início em 1º de maio de 1843, com o casamento da princesa Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II, com o príncipe François de Orléans (Príncipe de Joinville), filho de Luís Filipe, rei da França. Como parte do dote nupcial, os príncipes receberam vinte e cinco léguas quadradas (40 mil hectares) de terras localizadas na região nordeste de Santa Catarina [2]. Com o objetivo de explorar economicamente as terras que constituíam o dote nupcial da princesa Dona Francisca, no início de 1849, o príncipe de Joinville enviou Louis François Léonce Aubé a Hamburgo para negociar parte daquelas vinte e cinco léguas quadradas de terras com um grupo de empresários e políticos hamburgueses interessados em promover e organizar a emigração alemã para o sul do Brasil. Após longa negociação, o príncipe de Joinville cedeu oito das suas vinte e cinco léguas quadradas de terras localizadas na província de Santa Catarina ao empresário e senador de Hamburgo Christian Matthias Schröder, que, em seguida, constituiu a SCH com a finalidade de colonizar e comercializar as terras cedidas pelo príncipe de Joinville (Ficker, 1965).

[2] Art. 4º, § 3º do “Contrato de casamento de S.A.R. o Príncipe de Joinville com S.A.R a Senhora Princesa Dona Francisca Carolina”, celebrado em 22/4/1843. Série Domínio Dº. Francisca. BR SCAHJ CF 12, caixa 1, prateleira 36. “Ofício de Paulo Barbosa a Almeida Torres, Ministro do Império”, 29/11/1844. Museu Imperial. Arquivo Paulo Barbosa, Tomb.: 3126.

É importante observar que, inicialmente, o príncipe de Joinville concedeu à SCH apenas oito das vinte e cinco léguas quadradas de terras que formavam seu patrimônio na província de Santa Catarina, reservando para si o direito de explorar as dezessete léguas restantes. O valor dessas terras, afirmou o príncipe de Joinville, aumentaria “em virtude do crescimento da população e dos escoadouros de mercadorias e vias de comunicação que esta população promoverá” (Joinville, 1855). Com essa perspectiva, o príncipe ainda reservou um terreno de cinco hectares na área urbana e quinhentos hectares de terras no distrito rural da futura colônia Dona Francisca (SCH, 1851; Ficker, 1965).

Em 1851, a SCH fundou a colônia Dona Francisca, que se tornou um dos mais importantes núcleos coloniais de língua alemã do Brasil no século XIX. Pelos cálculos dos dirigentes da SCH, durante o quinquênio 1851-1855, a venda de terras aos colonos e os ganhos com a negociação de algumas edificações e adiantamentos feitos aos imigrantes renderiam 318 mil marcos hamburgueses. Por outro lado, ao longo do período 1851-1855, seriam gastos um total de 243 mil marcos hamburgueses. Assim, a direção da SCH projetava lucrar 150 mil marcos hamburgueses durante os cinco primeiros anos de colonização das terras de Dona Francisca (SCH, 1851). Logo, porém, ficou evidente que as expectativas e os cálculos dos hamburgueses foram excessivamente otimistas (Richter, 1983; Ferreira, 2020).

Preocupados com o futuro da colônia Dona Francisca, a direção da SCH solicitou que seu procurador no Rio de Janeiro, J. C. Nagel, expusesse a preocupante situação da colonização das terras de Dona Francisca ao ministro Visconde de Olinda. Em carta datada de 8 de maio de 1854, Nagel avisou que, sem o auxílio financeiro do governo brasileiro, a SCH não poderia prosseguir com a colonização das terras dos príncipes de Joinville, advertindo que o fracasso da colônia Dona Francisca causaria repercussão negativa na Europa, principalmente nos estados alemães, provocando prejuízos à colonização e modernização do Brasil (Nagel, 1854). Assim, SCH pressionava o governo brasileiro para obter o auxílio financeiro necessário à manutenção de seu empreendimento colonial em Santa Catarina.

A carta de Nagel ao Visconde de Olinda foi a introdução do pedido de auxílio financeiro da SCH ao governo brasileiro. Esse pedido foi fundamentado por um pró-memória assinado por Friedrich Gültzow, diretor gerente da empresa colonizadora. A seguir são apresentadas as transcrições desses dois manuscritos que formam o documento intitulado “Pró-memória para o Exmo. Snr. Visconde de Olinda”, disponível no arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).

Carta de J. C. Nagel, procurador e agente da Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo, ao Visconde de Olinda, datada de 8 de maio de 1854 [3]

Ilm.º e Exmo. Snr. Visconde de Olinda, Conselheiro de Estado e Senador do Império

O abaixo assinado, agente e procurador da Associação fundadora da colônia Dona Francisca, na província de Santa Catharina, tem a honra de remeter a V.ª Ex.ª a cópia fiel do contrato entre SS.AA.RR o Príncipe e Princesa de Joinville e o Snr. Senador Schröder e mais sócios da dita Associação, estabelecida na cidade livre de Hamburgo, a respeito de parte das terras do dito Príncipe em S. Francisco a fim de que V.ª Ex.ª a leia e faça ideia da dita colônia.

Para completar o número de 1.500 colonos que a Associação se obrigou a importar na colônia D. Francisca até o fim do ano de 1855, faltam unicamente 400, e os 1.100 têm sido importados inteiramente à custa da Companhia, sem nenhuma subvenção ou auxílio do Governo, nem mesmo o da passagem de 200 menores por ano, que tão úteis haviam de vir a ser ao Brasil e que pedimos ao Governo Imperial, apoiados por SS.A.A.RR conforme o contrato.

Até o mês de agosto do corrente ano de 1854, a dita Companhia tem de declarar a SS.AA.RR se aceita povoar e utilizar mais 12 léguas quadradas de terras pagando neste caso 192.000 francos, importando em consequência mais 2.500 colonos além daqueles 1.500 que se obrigou a importar, nas primeiras oito léguas que já são cultivadas e utilizadas como é público. Os 2.500 colonos deverão ser importados até o ano de 1860. No caso contrário, isto é, quando a Companhia não se engaje a cumprir esse ano, não lhe resulta disto multa ou pena alguma, mas resultará sem dúvida grande embaraço para a futura colonização, porque na Alemanha se dirá que o Governo não quis proteger a Companhia e que a colonização não pode mediar no país, porque o que se fundou nas terras do Príncipe de Joinville não foi adiante etc. etc. Ora, V.ª Ex.ª sabe que há animosidade na Alemanha contra o Brasil a respeito da colonização. A Companhia, sem auxílio algum do Governo Imperial, tem importado os 1.100 colonos e feito estradas, pontes etc. à sua própria custa, pagando enfim tudo que for preciso na colônia e vai completar o número de 1.500 fazendo ainda maior sacrifício e despesa para vencer tantas dificuldades.

[3] O original se encontra no arquivo do IHGB, Lata 216. Pasta 21.

Mas para poder lutar e vencer as dificuldades que necessariamente terá para a importação dos 2.500 colonos ou mais, precisa que o Governo Imperial lhe dê a mão, que a auxilie e é o que se deve esperar de um Governo tão ilustrado e patriótico.

O pedido que a Companhia fez ao Governo Imperial consta de um requerimento feito ao Governo pelos diretores da dita Companhia, que são pessoas de alto conceito na Europa, em Hamburgo onde residem e mesmo nesta praça.

Em conclusão, queria V.^a Ex.^a desse-me licença para declarar que se o Governo Imperial não auxiliar a Companhia, ela não pode obrigar-se à segunda parte do contrato que fez com SS.AA.RR, e assim perderá muito a futura colonização do país, que, estabelecida completamente a colônia Dona Francisca, se facilitaria muito, havendo seu exemplo ser argumento poderoso para ressalvar emigrantes abastados a procurarem neste belo país residência, que para cá transferissem seus capitais, sua indústria etc. etc. Rogando a V.^a Ex.^a a breve solução desse negócio tão importante para o país, tenho a honra de ser com a mais alta consideração e respeito.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1854

Rua de S. Pedro, nº 58 – 1º andar

De V.^a Ex.^a muito atentiosamente:

J. C. Nagel

Como procurador e agente da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo

Pró-memória da Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo destinada ao governo do Império do Brasil, datada de 20 de outubro de 1853 [4]

Pró-memória para servir de apoio à petição da Sociedade Colonizadora Hamburguesa

Eis aqui uma relação confidencial, franca e exata dos trabalhos da Sociedade Colonizadora de 1849 em D. Francisca, das quantias expendidas por ela e dos resultados da experiência dos primeiros 3 anos da sua gestão.

A Sociedade, pela primeira parte de seu trato com SS.AA.RR o Príncipe e a Senhora Princesa de Joinville, obriga-se a assentar em 8 léguas de terra e no espaço de 5 anos 1.500 colonos. Esta parte do trato está se completando e cumprir-se-á infalivelmente para cujo fim a Sociedade dispõe ainda de 2 anos completos de tempo e de um saldo efetivo de 76.365 marcos hamburgueses faltando remeter somente 417 colonos.

A Sociedade, da sua emissão de 1.500 ações de 200 marcos hamburgueses, conseguiu vender até agora 1.028 ações, as quais pagas as 4 prestações de 25 táleres prussianos produzem 205.600 marcos hamburgueses. A despesa até hoje importa em 129.235. Restando, assim, um saldo de 76.365 marcos hamburgueses.

Além deste haver líquido da Sociedade, possui a mesma em dívidas de colonos, que ainda que empatadas, estão pela maior parte seguradas com hipotecas das terras no valor de Rs. 22.985\$551, e 9 léguas de terras incultas (das quais já se venderam, a troco de ações e a colonos a prazo de 3 anos 11.696 morgen, ou seja, 2.924 hectares), representando pelo preço de 3 táleres prussianos o morgen. [5]

[4] O original se encontra no arquivo do IHGB, lata 216. Pasta 21.

[5] 1 morgen = 2.500 m² ou 0,25 hectares.

57.600 morgen
 11.696 morgen vendidos
 45.904 morgen à venda a 3\$750 o morgen = Rs. 172.140\$000
 Rs. 22.985\$551 [valor
 das hipotecas]
 Rs.195.125\$551

Estas ações oferecem garantias suficientes pela posse e venda aos colonos das terras, que subirão sucessivamente de preço, e pelo atual de 3 táleres (Rs. 3\$750) o morgen de 530 braças quadradas, representam em 21 léguas, ou seja, 134.400 morgen, um cabedal de Rs. 504.000\$000, sendo a despesa com 4.000 colonos Rs. 75\$000, por inteiro Rs. 300.000\$000, e das 12 léguas compradas por 192.000 francos, Rs. 67.200\$000, [totalizando] Rs. 367.200\$000. Deixando de saldo a favor de Rs. 136.800\$000, e [estimando as] dívidas de colonos com passagens, viveres e utensílios em Rs. 20\$000 por cabeça para 4.000 colonos, ou seja, Rs. 80.000\$000 [tem-se]:

A venda das terras e cobrança dos colonos para a qual a Sociedade tem de balde invocado a assistência do Governo Imperial exige tempo e é evidente que o saldo efetivo de 72.965 marcos hamburgueses, único recurso positivo com que ela pode contar, ou seja, Rs. 45.600\$000, só pode chegar, com toda economia, para completar a remessa e estabelecimento dos 417 colonos restantes.

Rs. 136.800\$000

Rs. 80.000\$000

Rs. 236.800\$000

Só com a emissão e venda de outro número, igual ao já emitido, de 1.500 ações, poderá a Sociedade aceitar a segunda parte do contrato com a SS.AA.RR, obrigando-se a pagar 12 léguas de terras com 192.000 francos e a remeter e estabelecer nelas 2.500 colonos, que exigem por junto um desembolso de Rs. 274.700\$000.

Debaixo destas premissas, oferecem-se ao Imperial Governo 1.500 ações da Sociedade.

O Imperial Governo parece dar mais importância à colonização por parceria, e, se a intenção for unicamente preencher a falta de escravos por trabalhadores brancos, é este sem dúvida o meio mais eficaz e mais prontamente produtivo do que a derrubação [sic!] de matos virgens por colonos livres.

Por outro lado, parece mais digno de um Governo esclarecido favorecer a emigração de colonos inteligentes e abastados, daquela classe que da Alemanha afluem anualmente bastantes para Dona Francisca.

Só por meio de tais colonos, que querem ser procurados e convencidos e que só podem afluir às colônias livres, se poderá aperfeiçoar o defeituoso sistema de agricultura, introduzir culturas e sementes novas, povoar terras incultas e dispor a opinião pública da Alemanha a favor da emigração para o Brasil. Que importa comparativamente um tropel de pobres ignorantes jornaleiros, que vão ocupar as senzalas de uma fazenda deserta, ao pé desta gente robusta e enérgica, dignos muitos dos Pioneiros Americanos, que se cria no trabalho duro e constante do mato virgem!

Preferível se torna igualmente a colonização por gente abastada e inteligente por ser a menos dispendiosa.

A Sociedade Colonizadora, tendo embarcado no espaço de 3 anos em 12 navios 1.083 colonos, compostos de gente abastada e dos jornaleiros

necessários para conservar o preço do trabalho diário abaixo de 640 réis, gastou com adiantamento parciais de passagem unicamente 10.856,25 táleres prussianos, ou seja, por cabeça 10 táleres, equivalentes a Rs. 12\$500, e tem ainda ofertas de

260 colonos habilitados para pagar 1/2

350 colonos habilitados para pagar 1/3

486 colonos habilitados para pagar 1/5

da sua passagem, de sorte que poderia embarcar colonos com despesas da quarta parte de que se faz com os de parceria e com ajuda do Imperial Governo espera remeter não só 4.000, mas por cima de 10.000 colonos em 7 anos.

Além dos seus colonos, trabalham constantemente na colônia [Dona Francisca] de 80 até 100 brasileiros livres, com cujos serviços o Diretor e engenheiros da Sociedade se declaram completamente satisfeitos e que vão aprendendo a par dos colonos, sem que nunca tenha havido entre as duas raças a menor desavença.

Dos colonos embarcados para Dona Francisca, 728 pagaram a sua passagem por inteiro e levaram consigo um cabedal efetivo e em créditos de 246.700 táleres prussianos, [valor equivalente a] Rs. 308.375\$000, cujos repartidos pelo número total de 1.083 colonos vem a ser igual a Rs. 284\$000 por cabeça.

A Sociedade Colonizadora gastou propriamente com os colonos, fora da passagem acima em adiantamentos de vives e utensílios na colônia e terras vendida a prazo, somente Rs 7.769\$000 ou Rs. 7\$500 por cabeça dando casa gratuitamente por 3 meses e exigindo que os colonos pagassem os suprimentos pelo trabalho dos seus braços. Deste modo, até se estabelecer em casa própria nas suas terras, cada colono custou a diminuta soma de Rs. 20\$000 de passagem e suprimentos.

A despesa por outro lado com estradas, pontes, demarcações, culturas e edifícios públicos tem sido considerável e andou por Rs. 47.231\$000, ou seja, 43\$600 por cabeça. Com salários ao Diretor, caixa, engenheiros, padres, mestre de escola, médicos, assistentes e oficiais de alfândega gastou-se Rs. 17.250\$000. Com agências, jornais, impressões, caixeiros e escritórios nesta praça (servindo a Direção gratuitamente), Rs. 7.750\$000.

[Tudo somado tem-se a importância de] Rs. 388.375\$000, que farão aumentar o cabedal produtivo da Província de Santa Catharina.

Portanto, a Sociedade tendo empreendido 60 contos em trabalho que propriamente competem ao Governo, como seja estradas, pontes, educação, etc., promoveu a remessa para o Brasil e emprego no mato virgem de perto de 400 contos de réis e de 1.083 colonos com despesa geral de 75\$00 por cabeça, que vem a ser a quinta parte do cabedal que importam ditos colonos no Império, não compreendidos os seus trajas e utensílios.

De todos estes fatos se podem apresentar contas e provas autênticas.

A Sociedade já empreendeu 93 contos, e com 57 contos que lhe restam não pode acudir as obras que mais necessita a colônia, que são:

1. Acabar-se a estrada de carro em terras da colônia que já tem 800 braças até as margens do Pirahy, além de picadas, e que deve atravessar a Serra Geral em direção ao ponente perto da Cachoeira grande (enquanto aquela projetada pelo Snr. Aubé se reúne à estrada antiga na fazenda de Três Barras), seguindo em linha reta para os campos acima da Serra, para onde deve passar e estender-se o influxo de colonos. Até passar a Serra faltarão 2 léguas, cujo trabalho foi orçado em Rs. 15.000\$000
2. Edificar-se um templo protestante de pedra e cal que possa conter 1.000 pessoas, [estimado em] Rs. 12.000\$000
3. Construir-se um hospital com 30 camas e mais arranjos necessários, Rs. 8.000\$000
4. Construir-se 4 escolas em diversos distritos da colônia, que já têm mais de 2 léguas e brevemente terá 4 léguas de fundo, Rs. 5.000\$000

[Somando tudo] Rs. 40.000\$000

Diz o contrato com SS.AA.RR que estes edifícios devem ser construídos “par les soins” da Sociedade, e bem entendido ficou entre as partes contratantes que não havia de ser “à sua custa”. Assim mesmo a Sociedade dispôs inteiramente à sua custa para estes fins de edifícios de taipa, que os colonos acham pouco decoroso. Ofereceu pois a Sociedade para mandar construir edifícios apropriados de pedra e cal conforme orçamento acima, contanto que os colonos contribuíssem a metade das despesas, o que não se tem podido conseguir por não ter o Governo Imperial concedido à colônia instituições municipais de sorte que nem se lhe pode impor posturas, nem coligir a contribuição anual de 2 táleres que devem pagar os colonos conforme o contrato.

Estes edifícios, contudo, são iminentemente necessários e sua construção deve preceder a ratificação da segunda parte do contrato.

Para empreender finalmente a segunda parte do Contrato, a saber:

1. Pagar-se ao Príncipe de Joinville 12 léguas de terras pelo preço de 10 franco o hectare, no total de 192.000 francos, [valor equivalente a] Rs. 67.200\$000.

2. Assentar nela 2.500 colonos se gastará em proporção do empreendido 75\$000 por cabeça, [ou o total de] Rs. 187.500\$000.

3. Empreender metade do custo de igrejas, escolas, hospitais e estrada principal, [orçado em] Rs. 20.000\$000.

[Somando tudo] Rs. 274.700\$000

achando-se esgotado o cofre da Sociedade com a colonização das primeiras 9 léguas, só pode proceder depois de ter disponíveis pelo menos 2/3 partes da quantia acima pela venda de 1.500 ações no valor de 300.000 marcos hamburgueses, ou seja, Rs. 187.500\$000.

Destas ações não se pode dispor na Alemanha, onde tais empresas pouco favor merecem e menos confiança inspiram em consequência do mau sucesso da Companhia Colonizadora do Texas e, ultimamente, daquelas da América Central.

Nesta posição, espera a Sociedade do Imperial Governo os meios necessários para levar adiante a sua empresa, da qual ao Império do Brasil resulta muito maior vantagem que aos Sócios hamburgueses.

Quando se acharem reunidas na colônia 4.000 pessoas e depois de ela ter vingado por espaço de 10 anos e possuir uma estrada capaz para o sertão para poder negociar com o centro do Império e povoá-lo, se Deus quiser até o Paraná, a colônia de D. Francisca poderá subsistir por si só, sem ser um peso ao Imperial Governo, e não deixará de aumentar em população e riqueza todos os anos.

Hamburgo, 20 de outubro de 1853

Friedrich Gültzow

Diretor Gerente

A decisiva intervenção do príncipe de Joinville

Apesar das expectativas quanto aos potenciais resultados da colonização das terras de Dona Francisca e da advertência dos dirigentes da SCH a respeito da repercussão negativa que o fracasso da colônia Dona Francisca teria na Europa, especialmente nos estados alemães, o governo brasileiro, inicialmente, não ofereceu nenhum auxílio financeiro à empresa colonizadora (SCH, 1855). Conforme relata o príncipe de Joinville, em carta dirigida ao conselheiro e mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, sem o auxílio do governo brasileiro, a colônia Dona Francisca estava fadada ao fracasso. [6] Na correspondência, o príncipe demonstra grande preocupação com o futuro da colônia, onde ele havia aplicado expressiva soma de recursos na expectativa de lucrar com a valorização das terras que ainda lhe pertenciam. Escreveu o príncipe de Joinville:

O futuro de minhas propriedades é, em miniatura, o futuro do Brasil. Se a colonização europeia se conduzir nessa direção, o futuro do Brasil estará assegurado. As circunstâncias são favoráveis. [...] É preciso que os que devem recrutar os colonos e transportá-los obtenham nessa operação benefícios imediatos suficientes. Falo intencionalmente imediato. Com efeito, nos tempos normais os negociantes contentavam-se, quando uma transação é segura, com vantagens sucessivas. Assim, a casa de Hamburgo com a qual eu havia contratado a colonização, contentava-se, a princípio, com a remuneração representada por concessões de terras, com as quais ela contava especular e auferir lucros futuros. Hoje em dia, ainda que já exista na colônia um núcleo populacional que confere certo valor às terras que nada valiam, ela se recusa a continuar a transação e continuá-la nas condições em que fora estabelecida. Vejo-me assim ameaçado de ver interrompida a corrente imigratória e, talvez, em consequência declina e padeça o começo de colônia que havíamos formado (JOINVILLE, 1855, *tradução nossa*). [7]

[6] O original, em francês, da carta do príncipe de Joinville ao conselheiro Paulo Barbosa da Silva, em 9/2/1855, está disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial. APB- Tomb. 3133-97. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

[7] A tradução completa da carta do príncipe de Joinville ao conselheiro Paulo Barbosa é apresentada no apêndice deste trabalho.

Temendo os prejuízos que poderiam advir do fracasso da colônia Dona Francisca, o príncipe de Joinville solicitou ao conselheiro Paulo Barbosa que buscasse obter com as autoridades brasileiras os meios para “manter e continuar com a empresa da colonização, no momento ameaçada de naufrágio” (Joinville, 1855). Em resposta ao pedido de Joinville, D. Pedro II comunicou que havia conversado com o ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz e que ele havia se comprometido a ver com os colegas o que se podia fazer (Pedro II, 1855). Pouco tempo depois, em abril de 1855, Manoel Felizardo de Souza e Mello, diretor da Repartição Geral de Terras Públicas, chegou a Dona Francisca com a missão de avaliar as condições da colônia. A 13 de junho de 1855, reconhecendo “que o progresso de Dona Francisca se retardava, e que o mau resultado que dali proviesse tinha de influir poderosamente contra a colonização em geral” (Brasil, 1856, p. 24), o governo brasileiro assinou o primeiro de sucessivos contratos que garantiram o financiamento de grande parte dos investimentos feitos na colônia, bem como do transporte de uma parcela considerável dos imigrantes europeus que desembarcaram na Dona Francisca. Vale notar, somente durante o período 1855-1859, o governo brasileiro investiu cerca de 190 contos de réis na colônia Dona Francisca. Não obstante, a comercialização das terras e a direção da colônia permaneceram sob total controle da SCH (Ferreira, 2019; 2020).

Em conclusão, depois de saber que a direção da SCH fracassou na sua tentativa de obter auxílio financeiro do governo brasileiro para manter a colonização das terras de Dona Francisca, o príncipe de Joinville utilizou da sua influência e de seu parentesco com D. Pedro II para requerer o indispensável apoio do governo brasileiro à colonização e progresso da colônia Dona Francisca. Portanto, não fossem o interesse particular e influência do príncipe de Joinville e o auxílio financeiro do governo, a colônia Dona Francisca poderia ter se tornado uma experiência efêmera ao invés de um dos mais importantes núcleos coloniais de Santa Catarina e do Brasil no século XIX. Esse fato merece ser destacado, pois contradiz a ideia amplamente difundida na historiografia de que o sucesso da colônia Dona Francisca prescindiu de grandes favores do governo brasileiro por ser um empreendimento privado, organizado e dirigido por uma importante sociedade de empresários alemães.

Tradução da carta do príncipe de Joinville ao conselheiro e mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, em 9 de fevereiro de 1855 [8]

Claremont, 9 de fevereiro de 1855

Meu caro Senhor Barbosa:

Soube com alegria que o senhor chegou felizmente ao Rio, onde, estou certo, todo mundo há de ter ficado alegre em revê-lo, sobretudo o Imperador, a quem o senhor prestou tantos serviços e a quem o senhor poderá ainda prestar tantos outros.

Espero que sua saúde não tenha sofrido alterações e que o senhor possa sem dúvida gozar o prazer de viver no meio dos seus e servindo ao seu país.

Eu não me encontro nas mesmas condições, embora não tenha perdido a coragem. Mas se as coisas seguirem o curso normal, alguns anos ainda se passarão até que a França liberte de novo sua sorte do acaso, o que certamente nos reabrirá as portas. Todavia, seja por patriotismo, seja por prudência, prefiro ver o governo atual durar em paz a vê-lo sucumbir em breve em meio às crises que levariam, pela segunda vez, o nome de Napoleão a ser envolvido no atrativo da glória militar.

Mas o objetivo da minha carta não é tratar da França, mas fazer um apelo aos sentimentos de afeição que o senhor sempre demonstrou ter por minha mulher e por mim para que dê sua opinião, não digo sobre nossos interesses, mas os de nossos filhos no Brasil.

Melhor que qualquer outra pessoa, o senhor, que teve uma participação tão grande em meu casamento e a quem tenho por isso tanto reconhecimento, conhece a situação de nossa fortuna no Brasil. Essa fortuna compõe-se de duas partes: as apólices nas quais não devemos nem ousamos tocar, mas cujo dividendo recebemos. Esses dividendos, depois do naufrágio de 1848 e, sobretudo, depois do confisco de nossos bens em 1852, tornaram-se o mais claro de nossos recursos. Contudo, dessas rendas nós reservamos, anualmente, uma quantia de cerca de quinze contos que aplicamos no serviço de colonização das terras que minha mulher possui na Província de Santa Catarina.

Ao colonizar essas terras, mesmo à custa dos atuais sacrifícios, cremos pagar nossa dívida de gratidão com o Brasil, que se revelou generoso a nosso respeito. Ligamos o futuro de nosso patrimônio ao próprio futuro do

[8] Original, em francês, disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial. APB- Tomb. 3133-97. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

país. Se o Brasil prosperar, se a colonização europeia der resultado, se a corrente de imigração europeia tiver ali bom êxito, se a corrente de colonização se orientar para essa região, teremos agido não só como homens de coração, mas também como homens de juízos, e nossos filhos recolherão o fruto de nosso comportamento; nós lhes deixaremos como legado não uma província inculta e improdutiva, mas ricas propriedades de um país povoado.

Até agora veja como procedemos. Firmamos contrato com uma companhia que se comprometeu a transportar uns tantos colonos mediante a concessão de um lote de terras. Meu cálculo era o seguinte: os colonos, com plena propriedade das terras, a povoarão, logo as terras da vizinhança se valorizarão. Este valor aumentará em virtude do crescimento da população, dos escoadouros de mercadorias e via de comunicação que esta população promoverá.

Até o momento, alienamos 8 léguas quadradas de terras, nas quais foram estabelecidos 1.700 colonos. Encontramos no Imperador, nas Câmaras, no governo e nas autoridades brasileiras a mais benévola colaboração. Muitas vantagens de fundos para abrir estradas, estabelecer linhas de vapores para o Rio, etc., etc., nos foram concedidas.

Pois bem, apesar de tudo, não obstante nossos esforços, estamos em vésperas de ver a empresa cessar. É sobre este ponto para o qual chamo a

sua atenção e sobre o qual peço seu conselho. O futuro de minhas propriedades é, em miniatura, o futuro do Brasil. Se a colonização europeia se conduzir nessa direção, o futuro do Brasil estará assegurado. As circunstâncias são favoráveis.

O movimento que levava os alemães, os belgas e os suíços à América tende a cessar, verifica-se neste momento um refluxo da América em relação à Europa. E mais ainda a associação dos know-nothing, de que o senhor já deve ter ouvido falar, é feito exatamente para desencorajar os imigrantes dessa direção. Muitos espíritos se voltarão então para o Brasil, cuja prosperidade crescente, cuja tranquilidade, no meio da agitação mundial, se apresentam sob as cores mais sedutoras.

Mas os homens são crianças. Para que ocorra um grande movimento, é preciso um chefe para assumir o comando, para pôr-se à frente, que por sua vez conduza os demais. Poder-se-ia iniciar o movimento de imigração e sustentá-lo até que esteja bem desenvolvido e possa avançar por si. É preciso que os que recrutam e transportam os colonos obtenham benefícios imediatos e suficientes ao realizarem essas operações. Falo intencionalmente imediato. Com efeito, nos tempos normais, os negociantes contentavam-se, quando uma transação é segura, com vantagens sucessivas. Assim, a casa de Hamburgo, com a qual eu havia contratado

a colonização, contentava-se, a princípio, com a remuneração representada por concessões de terras, com as quais ela contava especular e auferir lucros no futuro. Hoje em dia, ainda que já exista na colônia um núcleo populacional que confere certo valor às terras que nada valiam, ela se recusa a continuar a transação e continuá-la nas condições em que fora estabelecida. Vejo-me assim ameaçado de ver interrompida a corrente imigratória e, talvez, em consequência, declina e padeça o começo de colônia que formamos. É de temer-se que o mesmo ocorra em diversos pontos do Brasil onde se tenta a colonização europeia.

Os armadores e negociantes, alarmados com a situação da Europa, não querem mais lançar-se em operações que não produzam benefícios imediatos. Encontram, além disso, nas possibilidades de uma guerra, oportunidade para especulações extravagantes com resultados que absorvem todas as suas preocupações. Para que se ocupem com a colonização europeia, não vejo senão um meio para qual chamo bem particularmente sua atenção e quero que o senhor me diga se a medida é praticável, possível de se obter, ou que me sugira outra maneira de manter e continuar a empresa da colonização, no momento ameaçada de naufrágio. Refiro-me a um prêmio pecuniário que o governo concederia por cabeça de colono adulto importado da Europa para o Brasil. Em outros tempos, talvez eu pudesse fornecer por mim mesmo esse prêmio, mas os acontecimentos deixaram-me numa situação financeira que não permite tal coisa. Gastando 15 contos por ano faço tudo que posso pela colônia.

A questão está em ver se o governo brasileiro tenciona manter na infância as primeiras tentativas de colonização europeia que iniciaram após a abolição do tráfico de escravos. Creio que o interesse do Brasil exige que o governo faça pelo país o que a Inglaterra faz neste momento pelas colônias da Austrália e da Nova Zelândia. Se isto não for possível, é de temer-se que a corrente de imigração se interrompa. Quanto à nossa colônia, ela se enfraquecerá; temo muito, e o que ali ocorrer, vai se repetir, por mais forte razão, em todas as colônias que existem no Brasil ou que se tentem criar, porque não creio tenham sido fundadas com menos desinteresse que a nossa.

Tenha a bondade de pensar neste assunto para conversa com as pessoas entendidas e que nos inspirem confianças. Dentro em pouco o Sr. Aubé vai procurá-lo. Fi-lo vir à Europa para examinar os meios de conjurar as atuais dificuldades. Ouça-o e dê-me sua opinião.

Encerro, depressa esta carta, temendo ter abusado demais do seu tempo.

Cria sempre em minha velha e grata afeição.

Fr. d'Orléans"

Fontes primárias

BARBOSA DA SILVA, P. **Ofício de Paulo Barbosa a Almeida Torres, Ministro do Império**, 29 de novembro de 1844. Petrópolis/RJ: Museu Imperial. Arquivo Paulo Barbosa, Tomb.: 3126.

BRASIL. Ministério do Império. **Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

GÜLTZON, F. **Pró-memória para servir de apoio à petição da Sociedade Colonizadora Hamburguesa**, 20 de outubro de 1853. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. BR RJHGB. Lata 216, doc. 21.

JOINVILLE, Príncipe de. **Carta do Príncipe de Joinville ao Conselheiro Paulo Barbosa**, 9 de fevereiro de 1855. APB-Tomb. 3133-97. Petrópolis/RJ: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

JOINVILLE, Príncipe de. **Contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Matthias Schröder, 5 de maio de 1849**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

NAGEL, J. C. 1854. **Pró-memória para o Visconde de Olinda**. 8/5/1854. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. BR RJHGB, Lata 216, doc. 21.

SOCIEDADE DE COLONIZAÇÃO DE 1849 EM HAMBURGO (SCH). **Relatórios da direção de 1851 a 1892**. Traduções de Helena R. Richlin. Cópias no AHJ.

Bibliografia

FERREIRA, L. M. da Silva. Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920. São Paulo/SP, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019.

FERREIRA, L. M. da Silva. "Empresários alemães no Sul do Brasil: a trajetória da kolonisations-verein von 1849 in Hamburg (1846-1855)". **História Econômica & História de Empresas**. v. 23, n. 1, p. 165-196, 17 jul. 2020.

FERREIRA, L. M. da Silva. "Dois manuscritos para revisar a história da colônia Dona Francisca (Joinville/SC), um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX". **História Unisinos**. 25 (3): 567-576, Setembro/Dezembro 2021.

FICKER, C. **História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca**. 2ª edição. Joinville, Imp. Ipiranga, 1965.

MILTENBERG, R. J. **Die Deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilischen Provinz Santa Catharina**. Berlin: Fr. Schneider & Comp., 1852.

OBERACKER JR., Carlos H. "Joinville: Fundação Hamburguesa". **Revista de História**, v. 31, nº. 64, 1965.

RICHTER, K. "A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, 1983/1984 3º fase, nº 4: 76-115.

SCHRAMM, E. P. "Die Deutshe Siedlungskolonie Dona Francisca (Brasilien: St. Catharina) Im Rahmen Gleichzeitiger Projekte und Verhandlungen". **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Vol. 1. Hamburg University Press, 1964.

TERNES, A. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

A cidade e seus textos, a cidade como texto: a poesia joinvilense no acervo do AHJ



Clóvis Gruner [*]

Nenhum rosto é tão surrealista quanto
o rosto verdadeiro de uma cidade.
Walter Benjamin

Poeta: procure-o
Hoje devemos ser mais poetas urbanos
Mais urbanos
Mais humanos – vermes romanos
Na praça somos chamados, nas ruas
solicitados.
(...)
Chamar então um poeta
Jamais a polícia ou o interventor
Nem o bombeiro, a rapa, o salva-vidas
O rapaz da esquina, o ladrão, o assassino.
(...)
Comunique-se apenas com os poetas.
Celso Martins

[*] Historiador e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, onde leciona nos cursos de Graduação, Pós-Graduação e no Mestrado Profissional em Ensino de História. Publicou, entre outros, "Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna (Curitiba, séculos XIX e XX)" (Alameda, 2018), "História, economia, política e cultura no século XIX" (Intersaberes, 2019); e, como coorganizador, "História do crime no Paraná" (Casa Editorial, 2022) e "História e imagem: representações de traumas" (Paco Editorial, 2024) . E-mail: clovisgruner@gmail.com

Meu encontro com a literatura joinvilense dos anos de 1970 foi um daqueles prazeres que só sabe quem já provou o sabor do arquivo (FARGE, 2009). Em meados de 2000, já vivendo em Curitiba e mestrando em História pela UFPR, voltei a frequentar semanalmente o AHJ para dar continuidade à pesquisa iniciada em minha monografia de graduação em História pela UNIVILLE, defendida no final de 1997. Inicialmente, a intenção era retomar tema, objeto e alguns problemas daquela investigação, incorporando novas fontes e ampliando o repertório teórico e historiográfico.

Mas à medida que aprofundava a trajetória na pós-graduação e a pesquisa no acervo do AHJ tomava um corpo maior e mais consistente, as coisas foram, paulatinamente, tomando outra configuração. A imprensa local, ironicamente mais farta e, de certa forma, também mais plural, nas décadas de 1970 e 1980 do que nos dias de hoje, seguiu sendo minha fonte privilegiada. Passear pelas páginas dos jornais “A Notícia”, “Folha Catarinense”, “Jornal de Joinville” e “Extra” era uma forma de “captar a cidade em flagrante delito” (Farge, 2009, p. 31): nas crônicas, editoriais e,

especialmente, nas seções policiais, buscava criar uma espécie de *topografia outra* da cidade – e que chamei, a partir de Foucault, de *heterotopias* (Foucault, 2013, p. 19-32) – investigando e mapeando lugares e territórios considerados proibidos e perigosos. Além disso, me interessava captar fragmentos de existências, de personagens subalternizados, infames e tornados marginais no processo de modernização daquele período.

O objetivo, portanto, já não era exatamente o mesmo da pesquisa que iniciei na graduação, em que o problema do trabalho fabril e as resistências e ele, em uma escrita fortemente marcada pela história social, davam o tom. Na dissertação, a intenção passou a ser acompanhar o processo de modernização, e não apenas no que ele era mais visível – a presença do poder público agindo na e sobre a cidade, ampliando ruas e avenidas, construindo praças, mapeando-a e delimitando os espaços de trabalho e de lazer, urbanizando-a, enfim. Mas também, e principalmente, as mudanças provocadas nas sensibilidades e sociabilidades das e dos joinvilenses que o viveram e como essa experiência foi plasmada nas páginas dos periódicos locais

locais. O privilégio concedido às matérias e crônicas policiais, ao mundo do delito e do crime, tinham um objetivo bastante claro: por meio dessas narrativas, pretendia uma leitura a contrapelo da modernidade, seus avessos, fissuras e contradições. [1]

Aprendemos com Octavio Paz que não saímos de uma cidade sem cair em outra, idêntica ainda que distinta. A cidade que surgia dos jornais se parecia com tantas outras: muitas ruas, poucas avenidas, algumas praças, nenhum parque, pontes, um punhado de prédios, hotéis, motéis, bares, restaurantes, casas, dois cinemas, lojas, templos, hospitais, fábricas, muitas fábricas, definiam sua materialidade e volume, desenhavam o espaço e a superfície por onde circulavam as personagens que faziam dela um lugar de sociabilidades, de práticas de interação e oposição.

Mas se o arquivo me revelava uma cidade que se parecia com tantas outras, paradoxalmente, ele também fazia aparecer a diferença, os modos como experiências compartilhadas com outros centros urbanos foram organizadas, vivenciadas e significadas na autoproclamada “Manchester catarinense”. E é nesse intervalo entre a reiteração do mesmo e a novidade, que se situa meu encontro com um conjunto de versos escritos entre meados dos anos de 1970 e começo dos 80. São poemas publicados na revista literária “Cordão” e em edições independentes, financiadas pelos próprios autores.

Nas próximas páginas, falo deles para, entre outras razões, fazer-lhes uma espécie de justiça histórica, além de poética: lida e interpretada em minha dissertação, ainda assim a presença da literatura joinvilense foi tímida, premido que fui, como todos, pelos prazos impostos para a escrita de artigos e trabalhos obrigatórios, relatórios, qualificação e defesa – a tradução do arquivo em escrita, afinal, se funda, primordialmente, no gesto de renunciar (Caimare, 2017, p. 11). Volto a eles, portanto, para lê-los de um modo que não pude fazer há

[1] A dissertação, defendida em junho de 2002, foi publicada no ano seguinte pela editora curitibana “Aos Quatro Ventos” e reeditada em 2018 (Gruner, 2018).

20 anos. Por meio deles, procurarei interrogar não apenas *o que*, mas *como* pensava um grupo de joinvilenses que fez da literatura um meio de interpretar o mundo, seu mundo, conferindo sentidos à sua experiência urbana. Trata-se, portanto, de ler a cidade como uma página, um texto, a partir de palavras que tentaram organizá-la e significá-la.

Se caminhar pela cidade é uma operação que articula apropriação, realização e relações entre lugares, fazendo do caminhante um artífice de novos e inusitados mapas urbanos (Certeau, 1994, p. 183-192), para o historiador esta ambulação tem um sentido algo diverso, porque o que ele persegue não é a cidade que é, mas a que foi, a cidade que um dia houve: ele se move em um universo de símbolos. A escrita da história finge a cidade; uma vez que dá forma a uma ausência, faz aparecer o que já não mais existe, substituindo a perda irreparável pelo discurso que, pretendendo contar o real, o inventa. Inventores de cidades, nem por isso renunciamos inteiramente a pretensão de remetermo-nos a alguma coisa que seja dotada de referencialidade e

que mantenha relações, mesmo que oblíquas, com o real. A Joinville dos versos de o “Cordão” ou dos livros independentes, que provavelmente circulavam de mão em mão, vendidos ou simplesmente distribuídos, sobreviveu nas páginas amareladas daquelas publicações que informam hoje este exercício de imaginação que consistirá, basicamente, em tentar reconstituir fragmentos de sua fugidia realidade, inventando-a.

Em busca de um passado perdido

A literatura não é, sabemos, a única maneira de acessar o passado. Mas sua escrita vertiginosa oferece um meio privilegiado de tentar apreender, ainda que precária e parcialmente, sentimentos contraditórios que nos escapam se procurados em outras fontes. Roland Barthes nos ensinou, sobre a escrita literária, que para uma pluralidade de desejos e de olhares, faz-se necessária uma linguagem igualmente plural. Em texto dedicado a Bataille, Michel Foucault já anotara esta potência transgressora da palavra literária. Para o filósofo

francês, a literatura representa uma possibilidade de escapar dos procedimentos de identificação e normalização do discurso, transgredindo-o justamente onde ele esperava sujeição. A linguagem literária, diz, “transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível” (Foucault, 2009, p. 32). Um incessante trabalho sobre os limites, pode-se afirmar.

Transgressora, mas também essencialmente urbana, boa parte da literatura contemporânea foi não apenas produzida *na*, mas *a partir* da cidade, erigida muitas vezes à condição de personagem, mais que de simples musa ou cenário. Esta relação íntima entre a literatura e a cidade não é casual. Desde a produção e circulação das ideias, textos e livros, é nela que se encontram as condições favoráveis ao fomento das invenções literárias: editoras, livrarias, bibliotecas, museus, revistas, etc... É nela também que os ambientes intelectuais e culturais aparecem como mais propícios ao debate e a criatividade, individual ou coletiva: as universidades, centros de cultura, cinemas, teatros e cafés, entre outros espaços, permitem e estimulam o fluxo constante de ideias, o diálogo entre diferentes línguas e culturas e a ampliação das fronteiras das experiências e experimentos estéticos.

A linguagem poética, em certa medida, radicaliza esse caráter subversivo da literatura. “Incomunicável”, segundo os versos de Drummond, a poesia é “uma arte da linguagem” (Valéry, 1991, p. 208). Seu caráter intransitivo a desobriga, portanto, a estabelecer qualquer referente direto com o real e a realidade: ela trabalha com o impensado e o indizível e produz, pela palavra, um jogo de excitações e emoções, um “estado de encantamento”, uma experiência estética que prescinde de uma dimensão prática e meramente comunicacional (Novaes, 2005, p. 13-14).

Mas isso não significa, por outro lado, que não se possa ler e pensar o mundo pela poesia ou, em outros termos, que a poesia não seja, ela mesma, um modo de pensar e interrogar o mundo. O trabalho poético, alerta Paul Valéry, não dispensa o pensamento pela simples inspiração, mas elabora formas de pensar que desconfiem e tensionam dogmas e lugares comuns (Valéry, 1991, p. 215-217). E não é diferente com a história. O poeta e escritor francês Michel Deguy nos lembrou, provocativamente, que a “poesia é contra ‘a história’, os manuais de história. Contra o discurso, oficial ou pedagógico, que registra, afiança, normaliza ‘a História’”. Mas ele encerra sua provoca-

ção com um importante adendo: a poesia é contra “a história nacionalista, logo falsa, travando o futuro” (Deguy, 2014, p, 17). Se a história e a historiografia, herdeiras do projeto cientificista do século XIX, não raro pretendem a disciplinarização e domesticação do passado, entre outras coisas, reafirmando as fronteiras irredutíveis entre passado, presente e futuro, a poesia se insurge contra esses limites, borrando-os e reivindicando outras formas de habitar o tempo. Nela, a realidade e o segredo, o visível e o invisível não se contradizem, tampouco se excluem, e é nessa capacidade de aproximar elementos contraditórios, e deles criar mundos, que reside um dos paradoxos da linguagem poética.

Publicada entre 1976 e 1979, a revista literária “Cordão” congregou principalmente escritores locais de estilos e tendências diversas, embora tenha publicado colaborações vindas de outros estados. Pelas páginas de suas seis edições, pagas principalmente com o dinheiro dos autores, porque o patrocínio, quando vinha, era insuficiente para financiá-la integralmente, passaram nomes conhecidos do público leitor joinvilense: Alcides Buss, Borges de Garuva, Germano Jacobs, Ives Paz, David Gonçalves, Carlos Adauto Vieira e Eunaldo Verdi, por exemplo. Mas a revista publicou também autores de fama mais efêmera, como Vilmar de Souza, Almir Martins, Jurandir Schmidt e Rita

de Cássia Lenz. Com os livros não é diferente. Dos que localizei, apenas um, “O aprendiz da esperança”, de Apolinário Ternes, datado de 1978, saiu por uma editora local, Meyer, a mesma que na década seguinte lançaria dois de seus trabalhos historiográficos, “História de Joinville: uma abordagem crítica”, de 1981, e “História econômica de Joinville”, de 1986. Outros três, “Vida dura”, de Celso Martins; “Fragmentos da noite”, de Berenice Rocha Zabbot; e “Saindo da escuridão”, de Luiz Alberto Correa, são obras independentes, creditadas como edições do autor. “O aprendiz da esperança” é contemporâneo ao “Cordão”. Os outros datam de 1981 (“Vida dura”), 1982 (“Fragmentos da noite”) e 1984 (“Saindo da escuridão”).

Apesar do ligeiro deslocamento, é bastante razoável filiar estes últimos à produção imediatamente anterior. Penso que revista e livros compartilham, afinal, certa percepção de mundo, uma sensibilidade que traduz o esforço algo angustiado de significar, descrever e organizar uma realidade fugidia, em constante mutação, que fazia ruínas daquilo que há até pouco tempo era familiar e constante. Refiro-me às mudanças que, depois do centenário de Joinville, em 1951, passam a ser rotina, mesmo que por vezes incômoda, para uma boa parte dos habitantes que viveram a cidade nas décadas subsequentes. Modificações provenientes do crescimento populacional (decorrência

da sempre crescente migração em direção às cidades, fenômeno, aliás, nacional), da modernização urbana (investimentos em infraestrutura, construção ou alargamento de ruas e avenidas), ou ainda das mudanças de ordem social e cultural daí decorrentes, tais como a imposição de um ritmo de vida mais intenso e dinâmico, aquilo a que se convencionou chamar, justamente, de modernidade. [2]

Por caminhos contraditórios, a propensão transgressora da literatura aparece em um texto onde o saudosismo disfarça uma imagem conservadora da cidade. Trata-se de uma crônica-poema, “Joinville desjoinvilado”, de Aldo Schmitz (SCHMITZ, 1976), publicado no primeiro número do “Cordão”. Ele inicia falando de uma Joinville que é “espelho quebrado”: “(...) uma Joinville nua, exótica, remota, inundada de tradição, bicicletas, flores, chopp... (...) Uma Joinville germanizada, festiva; bandas, orquestras, chopp, coral de loirinhas: um paraíso”. Referendado o passado, resta saber por que, afinal, Joinville desnaturalizou-se, cobriu sua cobriu sua nudez exótica, expulsou os joinvilenses de seu Éden particular, forçando-os a viver em uma cidade onde eles não se reconhecem, porque aquilo que o espelho reflete é uma imagem cindida, um “eu” feito em pedaços. Se por um lado sua utopia de

cidade, a rigor, nunca existiu, porque sua imagem idealizada é fruto do incômodo que projeta, no passado, ideações que são um ponto de fuga diante do incompreensível presente, seu discurso acusa contradições que aparecerão em outros textos, menos marcados pelo saudosismo. É o caso, por exemplo, da passagem em que se pergunta: “Chopp? Tem. Mas não tanto (como antigamente). O negócio virou patrocínio da Brahma” (Schmitz, 1976). Se a inserção no mercado se tornou, especialmente na segunda metade do século XX, um dos signos incontestáveis da modernidade urbana, Aldo Schmitz nem por isso deixa de acusar nesta transição para a cultura de consumo “uma isca, um sonho *empesadelado*” (Schmitz, 1976. Grifo meu).

O neologismo é significativo: ele delimita a diferença daquilo que a cidade era, e o que a fazia ser Joinville, um paraíso; daquilo que ela se tornou, uma isca que fisga os incautos com a promessa de um sonho que é, por detrás de sua aparência, pesadelo, com suas “fábricas e operários, comércio e ICM (...) prefeitura, cadeia, sinaleiras, agência do INPS, Banco do Brasil, caderneta de poupança, Tupy, Consul, Hansen”. Conservador e rebelde ao mesmo tempo em sua insistente e resignada recusa de uma “Joinville progressada”, a poesia de Schmitz o aproxima de um velho

[2] Sobre esse processo, remeto ao meu próprio trabalho, mencionado anteriormente (Gruner, 2018). Mas é importante registrar que, nos últimos anos, a historiografia local passa por um intenso e positivo processo de renovação, com dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação que problematizam uma leitura canônica, para não dizer “oficial”, do passado joinvilense.

conhecido dos historiadores joinvilenses. Em seu livro “Aprendiz da esperança”, Apolinário Ternes anuncia, já no prefácio, alguns dos motivos de sua poética: “Mais e mais, o homem é vítima de si mesmo. Mais e mais a tecnologia desumaniza o humano. Mais e mais os homens se tornam sozinhos nas multidões que se acotovelam nestes aglomerados de concreto e vidro que chamamos de cidades” (Ternes, 1978).

A perspectiva desencantada, que de certa forma contradiz o título, aparece em boa parte dos poemas do livro. Ora ela acusa a mecanização da vida – como em “Canto e desencanto”, onde se lê: “Na minha terra de operários/ e chaminés, a tecnologia venceu/ os homens.// De ruas estreitas, de chão batido,/ (...) De jardins e cercas de sarrafo, avançou o paralelepípedo, plantando o progresso.// (...) Desapareceu o homem com tempo de-ser-gente,/ desapareceu o homem com tempo para a cidade.// (...) E no passar a limpo restou apenas uma ilusão:/ a de que ainda temos força para conter/ a desumanização, impedir o bloqueio

de concreto-e-vidro,/ como se possível fosse, controlar o que nos fugiu do comando” (Ternes, 1978, p. 67). Em outros poemas, é a industrialização acelerada, a submeter homens e mulheres a “oito horas de suor e lágrimas (...) de tortura e dor”, como no poema “Operários” (Ternes, 1978, p. 39), a face oculta da desumanização que cabe a poesia denunciar.

Especialmente se cotejados com o Ternes historiador, que anos depois faria a apologia da indústria e do empresário, este último descrito como um ser quase divino, dotado de um “magnetismo e de uma força interior bem maior que a maioria dos mortais” (TERNES, 1986, p. 188), os poemas dos anos de 1970 já permitem vislumbrar o conservadorismo que daria o tom aos textos de cunho, por assim dizer, acadêmico. Por outro lado, há nos versos um acento crítico que é também um traço da poesia de Schmitz. Ambos subvertem, melancólica ou ironicamente, alguns dos ícones essenciais à imagem que a cidade forjou de si, para si e para os outros: o chopp que virou patrocínio da Brahma ou a fábrica, reduzida a um lugar de tortura e dor. Seja submetida ao mercado ou à dinâmica da produção fabril mecanizada, a Joinville que emerge dos poemas não é a mesma dos discursos celebrativos e oficiais.

Não por acaso, é quando parece estar à beira da falésia que Aldo Schmitz escapa da queda para encontrar, em meio aos cacos, indícios de que “Joinville ainda é (um pouco) joinvilense” (Schmitz, 1976). Sintomaticamente, os traços de uma ainda possível “joinvilidade”, ele encontrará num processo que, pela escrita, naturaliza artifícios que são, em parte, resultado do próprio “desjoinvilinamento”: “Tem algumas casas de enxaimel, uma porção de praças (...), rua das Palmeiras, museus, Estação Ferroviária, camping...” (Schmitz, 1976). Em outras palavras, ao tomar como naturais símbolos (as casas enxaimel, os museus, etc.) que, entre outras coisas, têm como função preservar uma tradição do esvaziamento de seus sentidos, Schmitz encontra uma possibilidade de reconciliar presente e passado. Curiosa reconciliação, porque retoma, em outros termos, o movimento anterior, o de naturalizar tradições construídas e inventadas (bicicletas, flores, chopp, bandas, etc.), como se elas fossem, desde logo, constitutivas de uma identidade fixa no tempo, e que faz de Joinville, “joinvilense”. Concluído o percurso, Aldo pode, finalmente, voltar a mirar-se no espelho, ainda que os cacos, colados, não disfarçam completamente uma identidade que permanecerá irremediavelmente rompida.

A escrita e as imagens literárias possuem, nesse sentido, distintos compassos: alguns se lançam de volta ao passado, como os poemas de Schmitz ou Ternes. Outros fendem o presente e impulsionam a palavra para o futuro, para a materialidade das lutas nas quais a literatura se insere, das forças com as quais entra em choque. E se, como registrou Raul Antelo acerca das imagens, “já não se debatem formas senão forças” (Antelo, 2008, p. 2), penso que se pode dizer o mesmo da literatura: ela não é apenas forma ou fato, mas um conjunto de forças. E se é preciso devolvê-la ao lugar e ao tempo que a enunciou, é igualmente necessário ler aqueles versos não simplesmente como expressão de uma vontade soberana, a do poeta, ou como mera representação do real. Mas problematizar e perceber suas diferentes significações, apreender os conflitos de que tomou parte. A literatura ocupa um espaço entre a linguagem e o mundo, que Maurice Blanchot chamou justamente de “espaço literário”, de onde se pode apreendê-la e interpretá-la como uma arma de luta, resultado de pressões e violências culturais, sociais, políticas e econômicas, mas também como uma forma de reagir a elas, como um golpe desferido em meio a uma batalha (Blanchot, 2011, p. 27-44).

Poesia a marteladas

É um pouco este o sentido de parte da poesia produzida na passagem da década de 1970 para a de 1980, e não apenas em Joinville. Herdeira das manifestações culturais independentes e alternativas dos anos 60, e do circuito *underground* que transitava ao largo da arte engajada e “popular”, a poesia marginal retém daqueles principalmente três características ou ideias-chave: o anti-tecnicismo, o anti-intelectualismo e a politização do cotidiano. A irreverência tropicalista, em seu flerte explícito com a cultura de massas, especialmente o *rock’n’roll*; o sem número de referências e citações em “O Bandido da Luz Vermelha”, de Rogério Sganzerla, que abolem despudoradamente as fronteiras entre o erudito e o popular, misturando Nouvelle Vague com programas radiofônicos sensacionalistas e história em quadrinhos; a subversão profanadora de Zé do Caixão, que restitui ao uso comum dos homens aquilo que as religiões, especialmente a católica, remeteram a uma esfera separada e sagrada: o imaginário da morte, os muitos mistérios que habitam as dimensões obscuras da existência, as dimensões por vezes aterrorizantes do onírico, os restos de crenças e manifestações religiosas populares pagãs; a escrita que, literária ou jornalística, tentava pela palavra resistir à ilegitimidade e à violência do Estado de exceção

imposto sob o falso nome de “revolução”, tais como as páginas do “Sol”, que nas bancas de revista enchiam seus leitores de notícias, alegria e preguiça. De maneira centrípeta, a produção cultural dos anos 70, e a que me interessa particularmente aqui, a denominada “literatura marginal”, consumiu, misturou e deglutiou isso e um pouco mais, para produzir uma poesia contestadora, libertária e iconoclasta, seja na postura de seus protagonistas, nos temas que privilegiou, em seus aspectos gráficos ou ainda na relação de seus autores com a própria literatura.

Ainda que não de todo desvinculado da geração que no final dos anos 60 reivindicou o heroísmo da condição marginal, os poetas dos anos de 1970 se distanciam daquela perspectiva, no entanto, em pelo menos três aspectos. Primeiro, há o caráter assumidamente alternativo da produção mais especificamente livresca, sempre nas fronteiras do mercado formal e avesso às editoras e distribuidoras comerciais, uma escolha não apenas estética, mas ética e política. Se gerava produtos de cunho mais artesanal, voltados a um público bastante restrito – o que um crítico definiu como “mercadorias romântico-artesanais” –, o fato de que os poetas eram também *produtores* e não apenas *criadores* – e me refiro à acepção algo idealizada, quase mítica, com que vem sendo empregada a palavra

“criador” pelo menos desde o romantismo –, os tornava artífices de sua poesia não apenas no ato da escrita, mas também no de sua produção gráfica e no trabalho de distribuição e circulação dos livros, suporte material da palavra. Contrariando e subvertendo a divisão social do trabalho, fabricada e consolidada pelo capitalismo e que deslizou para o mercado de bens simbólicos, onde uns, os artistas, são responsáveis pela “criação” e outros (editores, diagramadores, gráficos, marqueteiros, livreiros, etc...) pela atividade “técnica”, os poetas marginais se reconheciam em “seu produto ao longo de todo o processo de trabalho” (Pereira, 2005, p. 95).

Esta independência em relação ao mercado explica, ao menos em parte, um segundo traço distintivo entre as duas gerações. Criadores e produtores autônomos, poetas como Cacaso, Chacal, Waly Salomão, Ledusha, Ana Cristina César ou Alice Ruiz, puderam explorar temas antes tabus, lançando luz sobre banalidades cotidianas ou expondo, em seus versos, um “eu” onde vida e literatura se confundem, em que a própria existência é esculpida a partir das escolhas éticas e estéticas da poesia, como nos versos de Cacaso: “Poesia/ eu não te escrevo/ eu te/ vivo/ e viva nós!”. Analisando a presença do que define como “subjetividade onipotente” na produção poética marginal, a crítica Flora Sussekind

assim a define: “Entre Kant e o acaso, fica-se com o segundo. Entre lógica e humor, reflexão e auto-expressão, também” (Sussekind, 1985, p. 69).

Não é estranho, portanto, que desta opção pelo *self* resulte uma imagem de si que é afetada pela consciência da fragilidade, da precariedade e das contradições inerentes a todo indivíduo: afinal, só quem se pensa e sente experimenta o conflito. A autoironia com que muitos poetas se expressam é, assim, elemento fundamental para situar a geração de 70 em relação, por exemplo, a que lhe foi imediatamente anterior. Se nos anos 60 a imagem do marginal está sintetizada na bandeira de Hélio Oiticica e sua já mítica inscrição: “Seja marginal, seja herói”, não há heroísmo na década do desbunde, mas uma espécie de acordo em torno ao próprio desacordo da condição marginal. A marginalidade podia ser um incômodo, mas não, necessariamente, um gesto épico: eles estavam mais próximos de Sísifo que de Ulisses. Falando sobre a poesia e o poeta alguns anos depois, o paranaense Paulo Leminski, também ele um “marginal”, assim define ambos:

Daí essa sina maluca de fazer poesia que é uma coisa que não dá nada pra ninguém. (...) Eu vou dedicar agora quarenta anos da minha vida pra desenvolver uma intimidade com a palavra que, realmente, não vai me dar nada materialmente. A poesia, ela traz consigo esse caráter assim meio de, como é que eu vou dizer? Uma coisa meio masoquista. Você se dedicar dez anos a vender banana, montar uma banca para vender banana ou repolho, você vai ganhar muito mais do que fazendo poesia. A poesia não te dá nada em troca. Chego, às vezes, a suspeitar que os poetas, os verdadeiros poetas, são uma espécie de erro na programação genética. Aquele produto que saiu com falha, assim, entre dez mil sapatos um sapato saiu meio torto. É aquele sapato que tem consciência da linguagem, porque só o torto é que sabe o que é direito. Então, o poeta seria, mais ou menos, um ser dotado de erro, e daí essa tradição de marginalidade, essa tradição, moderna, romântica, do século XIX para cá, do poeta como marginal, do poeta como bandido, do poeta como banido, perseguido, enfim, em condições, digamos, socialmente adversas, negativas (Leminski, 1987, p. 284-285).

Excetuando-se os poemas mais saudosistas de Ternes e Schmitz, mencionados há pouco, os versos produzidos em Joinville no período e publicados no “Cordão” e nos livros independentes, compartilham algumas das características que definem a poesia marginal. Não é demais lembrar que se tratava de uma cidade pequena e provinciana;

localizada no interior de um estado sem muita expressão nacional; com uma estrutura urbana ainda não plenamente desenvolvida; uma comunidade de leitores relativamente pequena e os meios para a produção, circulação e recepção dos bens simbólicos significativamente reduzidos. Periférica, portanto. Essa condição, no entanto, não implica, necessariamente, exclusão ou atraso, mas inclusão e apropriação tardias e problemáticas de determinadas experiências modernizantes (Sarlo, 2010). A literatura joinvilense que analiso é periférica neste sentido. O fundamental é captar por quais meios uma certa sensibilidade moderna se traduz em uma poética que a desdobra e atualiza em contextos e linguagens outros.

Apesar das limitações, alguns autores assumem o desafio de confrontar o tempo presente e de construir um léxico capaz de compreendê-lo em sua inquietante pluralidade. E porque são plurais, as leituras e impressões expressam o medo diante desse mundo “onde é cada um por si e não há Deus” (Lenz, s/d, p. 14). Em outros, é o medo mesmo quem deve ser disfarçado, escondido, para que se entre na “cidade de peito aberto” e se possa “abrir os olhos/ na noite/ e desvendar os presos/ e os seus segredos” (Cardoso, s/d, p. 12). Trata-se, de certo modo, de tentar dizer o indizível, nominar o inominável; de falar de uma cidade de “concreto/ Rua dividida em avenida/ do homem dividido” (Souza, s/d, p. 18).

A atomização, aliás, perpassa uma boa parte dos poemas do período. Num certo sentido, parece que aquelas intenções dos planos urbanísticos, de segmentar e sedimentar a *pólis*, realizaram-se em parte: ao atribuir a cada espaço funções particulares, a própria cidade foi atomizada – e com ela, os laços de sociabilidade. Existem, é verdade, diferentes maneiras de representar essa atomização: ela pode aparecer sob a forma da mecanização da vida (Ternes, 1978, p. 67), da hiper administração do cotidiano (Martins, 1981, s/p), no ritmo louco das fábricas (Ternes, 1978, p. 39), na imagem das multidões que se esbarram apressadamente pelas ruas do centro da cidade (Correa, 1984, p. 28), na ausência de laços de solidariedade no ambiente urbano (Martins, 1981, s/p), etc. Em cada uma dessas imagens está a se falar, em maior ou menor grau, de um cenário que se transforma, no discurso poético, em ruínas. Mesmo quando o referente é, aparentemente, o seu contrário, como no poema de Luiz Alberto Correa, onde à ideia de crescimento, expressa nos primeiros versos, contrapõe-se, cortante, a constatação do desaparecimento do homem, transformado em “restos (...)/ aprisionados no ritmo da produção”: “Repentinamente/ convulsivamente/ a cidade cresceu,/ os edifícios subiram,/ as ruas alargaram/ e o homem sumiu” (Correa, 1984, p. 6-7).

Em outros, é o medo mesmo quem deve ser disfarçado, escondido, para que se entre na “cidade de peito aberto” e se possa “abrir os olhos/ na noite/ e desvendar os presos/ e os seus segredos” (Cardoso, s/d, p. 12). Trata-se, de certo modo, de tentar dizer o indizível, nominar o inominável; de falar de uma cidade de “concreto/ Rua dividida em avenida/ do homem dividido” (Souza, s/d, p. 18).

A atomização, aliás, perpassa uma boa parte dos poemas do período. Num certo sentido, parece que aquelas intenções dos planos urbanísticos, de segmentar e sedimentar o espaço urbano, realizaram-se em parte: ao atribuir a cada espaço funções particulares, a própria cidade foi atomizada – e com ela, os laços de sociabilidade. Existem, é verdade, diferentes maneiras de representar essa atomização: ela pode aparecer sob a forma da mecanização da vida (Ternes, 1978, p. 67), da hiper administração do cotidiano (Martins, 1981, s/p), no ritmo louco das fábricas (Ternes, 1978, p. 39), na imagem das multidões que se esbarram apressadamente pelas ruas do centro da cidade (Correa, 1984, p. 28), na ausência de laços de solidariedade no ambiente urbano (Martins, 1981, s/p), etc. Em cada uma dessas imagens está a se falar, em maior ou menor grau, de um cenário que se transforma, no discurso poético, em ruínas. Mesmo quando o referente é, aparentemente, o seu contrário, como no poema de Luiz Alberto Correa, onde à ideia de crescimento, expressa nos primeiros versos, contrapõe-se, cortante, a constatação

do desaparecimento do homem, transformado em “restos (...)/ aprisionados no ritmo da produção”: “Repentinamente/ convulsivamente/ a cidade cresceu,/ os edifícios subiram,/ as ruas alargaram/ e o homem sumiu” (CORREA, 1984, pp. 6-7).

Atomização, mas também desumanização: ao crescimento da cidade, corresponde o desaparecimento do homem, como se a condição para o progresso fosse o apagamento dos rastros de uma humanidade para sempre perdida. Daí, talvez, a urgência da poesia. Se a modernidade encolheu as possibilidades de preservar e renovar a tradição, e se esse desaparecimento, pela ruptura que opera na possibilidade de acessar, pela linguagem, “as peças do patrimônio humano”, empobreceu a experiência, é preciso elaborar outras formas de narração que permitam refazê-la e ressignificá-la (Benjamin, 1993a, p. 114-119; Benjamin, 1993b, p. 197-221. E é significativo que tenha sido na linguagem poética que esses autores encontraram tanto a possibilidade de falar sobre seu tempo, um tempo de “homens partidos”, no dizer de Drummond, como de intervir e agir sobre o presente. Consciente ou inconscientemente, a literatura representa a possibilidade de resistir e transgredir aqueles discursos que pretendiam a unicidade e a coesão, inclusive a urbana. Em outros termos, é possível afirmar que, a seu modo, ela foi a maneira pela qual alguns joinvilenses tentaram (re)organizar o “real”: a literatura, e no caso em tela, a poesia, é apropriação, invenção, intervenção e reapresentação do mundo. Entre a inquietude e a perplexidade, a

poesia joinvilense recusou as promessas demiúrgicas do progresso, opondo o “*poder-ser ao que é*” (Sevcenko, 1999, p. 19). Uma parte dela o fez trilhando, às avessas, os atalhos da utopia. Outra, reivindicou o devir, desacreditando certezas pelo jogo das impossibilidades. Mas se os versos servem para expressar sentimentos contraditórios frente à modernidade e as tensões que ela provoca, a poesia joinvilense desse período é testemunha também da dimensão traumática das suas transformações e contradições, e da impossibilidade de ler a cidade como um lugar homogêneo e vazio.

Considerações finais

Encerro com alguns breves comentários sobre as fontes literárias que analisei nesse texto. Não pretendo afirmar, acerca da poesia escrita em Joinville nos anos de 1970, uma unidade ou coesão – o que me parece, inclusive, iria de encontro aos propósitos do grupo, bastante diverso em suas trajetórias e orientações poéticas. Por outro lado, trata-se de um percurso, e mesmo de um projeto lírico, que aproximou poetas que se reconheciam em escolhas que eram, em alguns aspectos, comuns – a começar pelo próprio meio por onde circularam seus poemas, uma revista e livros independentes, artesanais, fruto do esforço conjunto, solidário e marginal, quase de guerrilha. Tais escolhas trazem implicações que são, além de estéticas, sociais, técnicas, políticas e

éticas, envolvidas naquilo que Jacques Rancière denominou a “partilha do sensível”:

o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (Rancière, 2009, p. 15).

E das escolhas partilhadas, das mais pertinentes é a que fizeram estes poetas de serem contemporâneos ao seu tempo. Para Giorgio Agamben, o que define nossa contemporaneidade é uma “singular relação com o próprio tempo”. Aderimos a ele, mas ao mesmo tempo dele tomamos distância, porque aqueles “que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. (...) Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (Agamben, 2009, p. 59).

Os leitores de Benjamin certamente reconhecerão nesta imagem outra, a do “anjo da história”, impelido a avançar para a frente, impulsionado pelo progresso, enquanto vê acumularam-se atrás de si as ruínas que forjam o passado. E se o trabalho do poeta é perceber no presente “não as luzes, mas o escuro”, o do historiador é chafurdar nos escombros, nas ruínas do passado, para delas fazer surgir o que é raro, o acontecimento. É ao partilhar a busca pela diferença, no passado e no presente – e em passados atualizados no presente – que história e poesia se encontram; e nesta partilha talvez possamos nós, historiadoras e historiadores, aspirar a uma concepção poética da história.

Fontes

CARDOSO, Tanussi. Poema r(l)ouco. **Revista Cordão**, n. 6, Joinville, s/d.

CORREA, Luiz Alberto. **Saindo da escuridão**. Joinville: Ed. do autor, 1984.

LENZ, Rita de Cássia. **Pela parte que me toca**. Revista Cordão, n. 4, Joinville, s/d.

MARTINS, Celso. **Vida dura**. Joinville: Ed. do autor, 1981.

SCHMITZ, Aldo. **Joinville desjoinvilado**. Revista Cordão, n. 1, Joinville, s/d.

SOUZA, Vilmar de. **Poema da Avenida JK**. Revista Cordão, n. 3, Joinville, s/d.

TERNES, Apolinário. **Aprendiz da esperança**. Joinville: Meyer, 1978. p. 39

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: **Argos**, 2009.

ANTELO, Raul. As imagens como força. **Crítica Cultura**, volume 3, número 2, jul./dez. 2008.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In.: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993a. (Obras escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In.: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993b. (Obras escolhidas, v. 1).

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CAIMARI, Lila. **La vida en el archivo**: goces, tedios y desvios en el oficio de la historia. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEGUY, Michel. História, poesia; ritmo?. **Remate de Males**, v. 34, n. 1, p. 9-20, 2014.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Prefácio à transgressão. In.: Estética: literatura e pintura, música e cinema (**Ditos & Escritos III**). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NOVAES, Adauto. Pensar o mundo. In.: NOVAES, Adauto (org.). **Poetas que pensaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas**: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Prismas, 2018.

LEMINSKI, Paulo. Poesia: a paixão da linguagem. In: NOVAES, Adauto (org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. A hora e a vez dos anos 70 – literatura e cultura no Brasil. In.: SEVCENKO, Nicolau et al. **Anos 70: trajetórias**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

O “misterioso” álbum 3. 1. 8. 36. 7: descrição e identificação de uma fonte histórica sobre a Segunda Guerra Mundial[*]



Wilson de Oliveira Neto [**]

Introdução

Embora os objetivos deste capítulo sejam descrever e identificar uma conhecida, porém um tanto misteriosa, fonte histórica acerca da Segunda Guerra Mundial sob a guarda do Arquivo Histórico de Joinville – AHJ, o autor gostaria de iniciar este texto com um depoimento sobre sua relação com essa instituição tão importante para a salvaguarda do patrimônio documental do município de Joinville.

[*] Originalmente, publicado na de Tese de Oliveira Neto (2020).

[**] Professor e pesquisador na Universidade da Região de Joinville – Univille. Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ. Historiador especializado em História Militar com ênfase na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Durante a Graduação em História (Univille, 1999 – 2002), foi estagiário no Arquivo Histórico de Joinville – AHJ. E-mail: wilson.o@univille.br.

O historiador brasileiro Fernando Antônio Novais, em uma entrevista concedida para o livro **Conversa com historiadores brasileiros** (Moraes e Rego, 2002), afirmou que a História não é bem uma ciência, mas um saber. Um saber, prossegue o historiador, bastante antigo e anterior ao surgimento da própria ciência. Outro historiador, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2019) entende o trabalho dos historiadores como tecelões (ou artesãos) do tempo, já que, para o autor, a História encontra-se em um espaço singular entre a ciência e a arte.

Uma forma antiga de saber, cujo domínio pelo tecelão do tempo envolve, entre outras coisas, uma grande dose de afetividade. Especialmente, quando assuntos, fontes e instituições se misturam com a própria trajetória do artesão no campo da História.

É o caso do autor deste capítulo. Seu primeiro contato com o AHJ ocorreu em 1999, durante uma visita técnica à instituição, motivada pela disciplina de Introdução dos Estudos Históricos, na época, sob a responsabilidade da Dra Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. A partir do ano seguinte, por meio da Iniciação Científica e do estágio, frequentar o AHJ se tornou parte da sua rotina diária. Na época, o

“arquivo”, como carinhosamente a instituição também é conhecida entre o público da História, estava sob a direção do professor Afonso Imhof, sendo um período de grande aprendizado pelo autor, de parcerias e, principalmente, de amizades duradouras.

Participar das comemorações acerca do cinquentenário do AHJ é uma honra e uma oportunidade para tornar pública a importância do “arquivo” para a trajetória do autor como historiador, como um artesão do tempo, tal como definiu Albuquerque Jr. (2019).

Entre 2016 e 2019, o autor cursou o Doutorado, sendo seu objeto de estudos um impressionante álbum de material fotojornalístico sobre a Segunda Guerra Mundial, sob a guarda do AHJ, sendo identificado pelo código “3.1.8.36.7”. Apesar de conhecido entre os servidores da instituição, não há muitas informações sobre sua procedência e características internas e externas. O objetivo deste capítulo é compartilhar com o público parte dos resultados obtidos com a pesquisa intitulada **O “misterioso” álbum 3.1.8.36.7: fotografia e história no contexto da Segunda Guerra Mundial**, defendida em maio de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da ECO/UFRJ, bem no começo da pandemia da COVID-19, um tempo de angústia, incerteza e isolamento social.

1. Aspectos externos do álbum

3.1.8.36.7

No AHJ, o álbum 3.1.8.36.7 é conhecido como o “álbum de fotografias da Segunda Guerra”. Preservado no acervo da instituição, ele pode ser solicitado facilmente por qualquer pessoa que deseja consultá-lo. Basta somente ir ao balcão de atendimento e solicitá-lo. Após um curto espaço de tempo, um funcionário o traz dentro de uma grande caixa retangular azul, que lembra a enorme caixa de camisa, confeccionada em papel com potencial hidrogeniônico (pH) neutro.

A única informação a seu respeito é uma etiqueta de identificação retangular, fixada sobre o canto inferior direito da tampa da própria caixa, sobre a qual foram manuscritas com lápis informações para sua localização no organograma do acervo do AHJ, além de dados que permitem uma breve descrição do álbum.

Em sua discussão sobre o conceito de documento histórico, Jacques Le Goff (1996) ensina que um documento não existe naturalmente. O autor prossegue e explica que aquilo que os historiadores e demais estudiosos da história consideram “documento” é o resultado de uma operação de seleção de imagens e textos escritos de diversos tipos e origens, considerados, por instituições e pessoas, relevantes para a preservação de uma determinada memória ou para possíveis investigações sobre um determinado recorte do passado. Ainda em Le Goff (1996), essa operação de escolha, de seleção não é desprovida de intencionalidade e vai ao encontro de conceitos e contextos vigentes no momento em que ela ocorre.

Segundo Marialva Carlos Barbosa (2007), baseada nos trabalhos do filósofo Paul Ricoeur (1913 – 2005), as formas de narrativas são meios pelos quais é possível definir uma espécie de “lugar no mundo”. Para a autora, narrar é uma forma de estar no mundo e de compreendê-lo. Um álbum de fotografias pode ser considerado como uma forma de narrativa, que tem como fio condutor as imagens visuais. No caso do álbum em estudo neste trabalho, é possível que, ao confeccioná-lo,

seu proprietário original tenha procurado organizar suas memórias e suas referências sobre o mundo ao seu redor, à sua época, agitado pela Segunda Guerra Mundial. Contudo, ao ser doado para o AHJ, o álbum 3.1.8.36.7 sofreu um processo de ressignificação, sendo transformado em fonte histórica, em documento, cuja preservação e acesso público permitem aos interessados um meio de problematizar e investigar o passado, através da história.

A etiqueta de identificação preenchida e fixada sobre a tampa retangular azul lembra o pesquisador acerca do status de fonte histórica conferida ao álbum que, não se sabe quando, nem como, ocorreu. Nela, o álbum 3.1.8.36.7 deixou de ser um item pessoal, mas parte de uma coleção de documentos históricos, uma “coleção iconográfica”, cujo dossiê pode revelar dados históricos e permitir possíveis narrativas e interpretações sobre temas como panoramas de “cidades da Europa, Brasil, SC, Joinville, durante o período da Segunda Guerra Mundial, com soldados armados em trincheiras em barcos, em exercícios e outros cenários” (figura 1).

Figura 1: etiqueta de identificação do álbum 3.1.8.36.7

ARQUIVO HISTÓRICO

COLEÇÃO MEMÓRIA ICONOGRÁFICA
SÉRIE: ÁLBUM FOTOGRÁFICO

Subsérie: Guerra / Revolução

Dossiê: Segunda Guerra Mundial - 3.1.8.36.7

Descrição/Conteúdo: [Panorama de cidades da Europa, Brasil, SC e Joinville, durante o período da Segunda Guerra Mundial, com soldados armados em trincheira, em barcos, em exercícios e outros cenários]

Citação: [Segunda Guerra Mundial. [Entre 1940 e 1945] 1. pb, 37,0 x 55,0 x 5,5 cm. Álbum fotográfico: 440 fotos.]

Prat.: 133 Emb.: Nº Álbum: 3.1.8.36.7 (1a 440) Qtde. Foto: 440

Cód.: BR SC AHJ MIC AFO GRE SGM Inv.: 4987

Doador: sem identificação

Obs.: Há fotos que estão perdendo a emulsão

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Após ser retirado de sua caixa, o álbum chama a atenção pelas suas dimensões, pelo seu estado de conservação, pela quantidade e variedade de fotografias reunidas. Ele tem 55 centímetros de comprimento por 37 de altura, além de 5,5 centímetros de espessura e, provavelmente, mais de cinco quilos de peso. Algo completamente diferente dos álbuns de outrora, comercializados em estúdios e demais lojas de materiais fotográficos. Pelas suas características, é certo que ele foi confeccionado sob encomenda, provavelmente, em uma oficina de encadernação. Porém, isso é difícil de afirmar, pois não há nele carimbo, etiqueta ou marca que indique a empresa onde foi produzido, o que até permite inferir que tenha sido confeccionado pelo proprietário original. Dentro dessa linha de raciocínio, também é possível supor que tenha sido ele um profissional da área de “artes gráficas”.

Como é possível observar na figura a seguir, trata-se de um álbum reforçado nas extremidades da capa e da contracapa, além da lombada, dentro da qual as folhas, feitas com papel cartão pardo, são presas com parafusos de metal. Arquivistas, colecionadores e demais estudiosos que manuseiam álbuns, a exemplo dos álbuns de fotografias antigos, sabem que capas e contracapas reforçadas, que

permitem uma boa fixação das folhas internas, são essenciais, pois um álbum não deve ser guardado na posição horizontal, mas na vertical. Afinal, na posição horizontal, o peso de uma folha sobre a outra tende a danificar o material acondicionado em seu interior, a exemplo de fotografias e selos postais.

Figura 2: aspecto da capa do álbum 3.1.8.36.7



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

De uma forma geral, tanto o álbum quanto as fotografias nele acondicionadas estão em bom estado de conservação. Há desgastes decorrentes da ação do tempo e do manuseio ao longo de sua existência, mesmo após sua doação ao AHJ. Contudo, segundo alerta sua etiqueta de identificação, “há fotos que estão perdendo a emulsão”. Ou seja, devido ao manuseio do álbum, as fotografias que foram fixadas próximas à lombada estão marcadas e rasgando, devido ao estresse provocado pela mecânica de virar as páginas do próprio álbum, além do seu acondicionamento no acervo do AHJ, provavelmente, na posição horizontal, provocar atrito entre as páginas e as superfícies emulsionadas das fotografias, especialmente entre as fotografias acerca dos esforços de guerra dos aliados e do eixo, fornecidas à época, pela imprensa internacional. O grau de desgaste é variado, indo de pequenas falhas nas extremidades das fotografias fixadas sobre as folhas do álbum até fotografias que perderam praticamente toda sua emulsão, conforme é possível ver na figura 3. Nela, foi retratada uma das páginas do álbum, sobre a qual foram fixadas cinco fotografias de imprensa, das quais, quatro são claramente relacionadas ao esforço de guerra alemão na Europa

Oriental. Dessas, duas estão quase apagadas, devido ao atrito com a folha anterior. Ainda na figura 3, a única fotografia que não apresenta desgaste é a imagem em que foram retratados os poços de petróleo localizados no distrito de Kuçovë, na Albânia. O nome “Kucova” é a germanização do topônimo original, algo muito comum nas fotografias fornecidas pelas agências de notícias ligadas ao governo alemão da época. A fotografia foi revelada em papel brilhante e sua emulsão está em ótimo estado de conservação.

Figura 3: exemplo de página do álbum em que há fotografias danificadas por atrito e que estão perdendo sua emulsão.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Uma forma encontrada pela equipe do AHJ em estabilizar esse processo e preservar as fotografias que ainda não foram afetadas foi intercalar as folhas do álbum com folhas de papel alcalino fino.

2. Aspectos internos

O álbum 3.1.8.36.7 é formado por uma coleção de 440 fotografias. Desse total, 300 imagens são alusivas à Segunda Guerra Mundial; 140 não foram identificadas ou estão relacionadas a outros assuntos, muitos dos quais ligados ao município de Joinville e, provavelmente, à vida pessoal do sujeito que confeccionou o próprio álbum, conforme é possível ver no exemplo a seguir, na figura 4.

Figura 4: página 30 do álbum 3.1.8.36.7



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Na figura anterior é possível ver uma das páginas do álbum. Nela, foram fixadas cinco fotografias, das quais três relacionadas aos esforços de guerra aliado e alemão. Da esquerda para a direita: militares britânicos, provavelmente, no teatro de operações do Norte da África; três aviadores alemães discutindo os aspectos de um combate aéreo; parte do bombordo da proa de uma embarcação militar alemã. É certo que todas essas fotografias foram fornecidas por agências de notícias aliadas e do eixo. Arrisca-se afirmar que a imagem dos efetivos britânicos foi enviada pela agência British News Service, cuja sucursal brasileira, à época, estava localizada na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco. Já as outras duas fotografias, pela agência RDV.

Porém, na mesma figura, chama atenção a fotografia panorâmica feita pelo estúdio de Fritz Hofmann, um importante fotógrafo local, cujos trabalhos confundem-se com a história de Joinville. Ela é formada por duas fotografias que mostram o interior da antiga Cervejaria Catharinense, em particular, seus tanques dentro dos quais eram preparadas suas célebres cervejas. O local aparece impecavelmente

limpo e com sua manutenção em dia. No canto inferior esquerdo da imagem, um mestre cervejeiro avalia a qualidade do líquido em fase de produção. As origens da Cervejaria Catharinense estão situadas no fim do século XIX, quando da inauguração da Cervejaria Tiede, em janeiro de 1889. Durante a década de 1950, a empresa foi vendida para a Companhia Antártica, a quem pertenceu até sua desativação, no começo deste século. Desde sua inauguração, as instalações das cervejarias Tiede, Catharinense e Antártica estiveram localizadas no mesmo endereço, a Rua 15 de Novembro (antiga Mittelweg) (Dias, 2019).

Ainda sobre as fotografias não relacionadas à Segunda Guerra Mundial, vale acrescentar que elas foram distribuídas ao longo de todo o álbum e estão fixadas ao lado de imagens sobre batalhas, cidades bombardeadas, peças de artilharia, líderes aliados, entre outros assuntos tematizados pelas fotografias de guerra fornecidas pelas agências de notícias vinculadas aos países beligerantes. Não há legendas ou anotações escritas que esclareçam seus respectivos assuntos e suas localizações no tempo e no espaço, embora, no caso de muitas imagens sobre Joinville e Santa Catarina, os lugares e as personagens retratados permitam uma fácil identificação.

É o que mostra a figura 5, na qual aparece à página 3 do álbum. Nela, veem-se afixadas quatro fotografias grandes. Da esquerda para a direita, em sentido horário: uma vista panorâmica do antigo porto fluvial do Bucarein, localizado próximo ao Centro de Joinville, onde hoje estão localizados o atual mercado público municipal e as antigas instalações do Moinho Joinville; um oficial alemão junto a uma peça de artilharia; três soldados ingleses, com seus uniformes novos, posando com submetralhadoras; o então interventor estadual Nereu de Oliveira Ramos (1888 – 1958) durante um discurso.

São poucas as fotografias fixadas no álbum que possuem alguma informação escrita. Dessas, apenas as imagens de guerra fornecidas por agências de notícias estão acompanhadas por dados escritos, seja por suas próprias etiquetas fixadas ao seu lado ou por legendas produzidas pela própria equipe do AHJ a partir de etiquetas originais que, no manuseio do próprio álbum, foram se perdendo. Nesse sentido, a identificação e a descrição das fotografias são um trabalho de erudição que depende de saberes que vão além do próprio álbum e que dependem das circunstâncias em que as próprias imagens foram produzidas e colocadas em circulação. Mesmo sendo

consideradas fontes históricas, originalmente, as fotografias de guerra distribuídas pelas agências de notícias aliadas e do eixo tinham um uso original de meios de propaganda de guerra, cuja dimensão de retórica exige que seu estudioso vá além dos seus aspectos visíveis.

Figura 5: página 3 do álbum 3.1.8.36.7



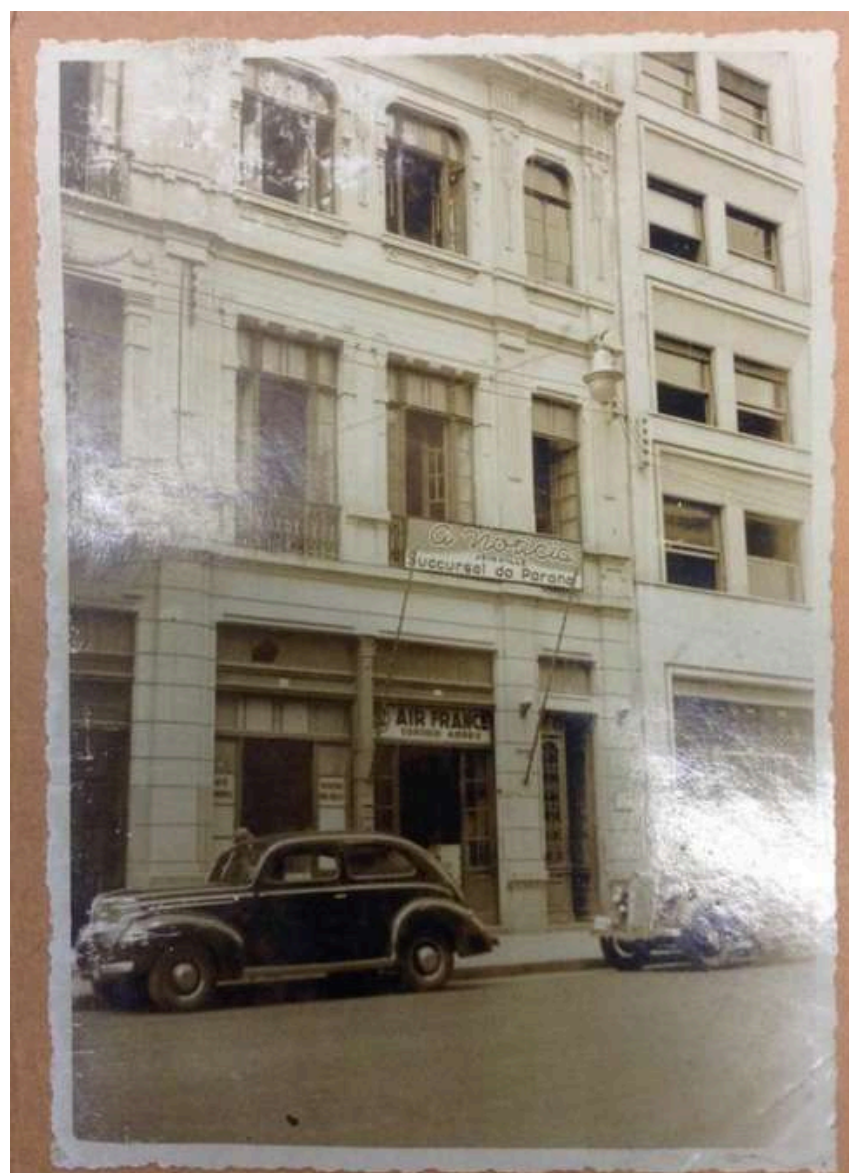
Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Além do município de Joinville, outros lugares foram identificados, entre os quais as cidades de Curitiba e de Porto União, situadas, respectivamente, nos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na figura 6, é possível ver uma fotografia feita em Curitiba. Nela, aparece com destaque a fachada de um edifício construído em arquitetura eclética, predominante no Brasil entre meados do século XIX e o início dos novecentos. No térreo, um escritório da empresa aérea Air France, que oferecia, segundo informa a respectiva placa de identificação, serviços de “correio aéreo”. Já no primeiro andar, também através de outro letreiro, é anunciado o funcionamento da sucursal paranaense do jornal “A Notícia”, cuja redação está localizada, desde sua fundação, em 1923, na cidade de Joinville. Atualmente, o “AN”, como o jornal é localmente conhecido, pertence ao grupo NSC Comunicação. Porém, seu fundador e primeiro proprietário foi o jornalista Aurino Soares (1895 – 1943), que nasceu na cidade de Palmas, no Paraná, porém radicado em Joinville a partir de meados de 1921. Em sua narrativa sobre o jornal “A Notícia”, o historiador e jornalista Apolinário Ternes (1983) situa a primeira fase do periódico entre os anos de 1923 e 1944. É possível que a fotografia exibida na figura 6 seja de algum ano situado nesse período, pois, entre 1944 e 1946, o “AN” teve sua circulação interrompida, em decorrência do falecimento do seu fundador.

Contudo, a localização da fotografia exibida na figura 6 pode ser melhorada se levarmos em consideração o período de funcionamento da Air France no Brasil, durante a primeira metade do século passado. Segundo o filatelista Ângelo Zioni (1995), em seu trabalho sobre a história do serviço postal aéreo no Brasil, as atividades da Sociedade Anônima Air France foram autorizadas pelo governo brasileiro em 1934. Contudo, de acordo com esse autor, suas atividades foram encerradas no país, em 1940, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, sendo retomadas somente a partir de 1946. Portanto, a partir das informações coletadas em Zioni (1995), é possível conjecturar que esse registro fotográfico tenha sido feito entre 1934 e 1940. Ou, se levarmos em consideração o reinício das atividades do AN, em 1946.

Figura 6: sucursal paranaense do jornal "A Notícia"



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

As fotografias situadas em Porto União foram feitas em 9 de janeiro de 1938 pelo estúdio fotográfico denominado Foto Miguel, conforme é possível ler nos cantos inferiores direitos das imagens. Aliás, elas são, provavelmente, “foto-postais”. Contudo, na mesma página em que elas foram fixadas, há vinte e três pequenas fotografias, a maioria relacionada ao tema “aviação civil”, em que seu protagonista está celebrando seu primeiro voo individual. Pois, conforme é possível ver na figura 7, nas fotografias aparece um jovem vestindo ceroulas entre, provavelmente, amigos e familiares, recebendo um banho de óleo queimado, que faz parte de uma tradição entre os aviadores, segundo a qual todo aviador que faz seu primeiro voo solo deve recebê-lo. Instrutores, pilotos e demais pessoas ligadas à aviação costumam explicar as origens desse costume. Trata-se de uma espécie de “trote”, cuja origem nasce da anedota, segunda a qual Alberto Santos Dumont (1873 – 1932) teria sofrido um incidente, em que um dos motores de um de seus aviões teria estourado e encharcando o rosto do pioneiro da aviação com óleo (RITUAL..., 2019).

Além da página 103, também há um retrato desse ou de outro “trote” na página 113, em que um jovem com o corpo encharcado de óleo queimado aparece em frente a um estúdio fotográfico, “Foto Juca”, em um local não identificado.

Figura 7: página 103 do álbum 3.1.8.36.7



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Nesse conjunto de 140 imagens cujos temas não estão relacionados à Segunda Guerra Mundial, há também uma grande quantidade de cartões e foto-postais, a exemplo do que ocorre na página 15, onde, entre fotografias que retrataram operações militares alemães, vê-se o pátio do antigo 13º Batalhão de Caçadores (atual 62º Batalhão de Infantaria, em Joinville), dois caminhões equipados com motores movidos a “gasogênio”, nome dado ao equipamento que, através da queima de combustível sólido, produz gás combustível que movimenta motores de combustão interna, e um projeto de uma residência. Há também uma estampa, possivelmente um cartão postal de propaganda para arrecadação de fundos, ilustrada com o desenho de um “futuro” novo prédio da Catedral Diocesana de Joinville. O primeiro templo que abrigou a Catedral de Joinville remonta a segunda metade do século XIX. Porém, a ideia de erguer uma nova edificação é de 1933, sendo neste mesmo ano, instalada uma comissão para encaminhar as tarefas necessárias para o projeto e sua construção. Ela encerrou suas atividades em 1938. Porém, o desenho que ilustra a estampa não tem relação alguma com o projeto que resultou na atual Catedral Diocesana de Joinville, cujo projeto e construção são do fim da década de 1950, quando da nomeação de Dom Gregório Warmeling (1918 – 1997) como Bispo da Diocese de Joinville. O edifício que abriga a atual Catedral Diocesana de Joinville foi inaugurado em 5 de julho de 1977. Porém, suas últimas obras foram completadas somente 24 de dezembro de 2005, quando da inauguração do seu Campanário (Catedral..., 2019).

Referências

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de Teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CATEDRAL SÃO FRANCISCO XAVIER. Histórico. < <http://www.catedraljoinville.com.br/a-catedral/historico>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- COLEÇÃO Memória Iconográfica; série álbum fotográfico 3.1.8.36.7 – AHJ.
- DIAS, Maria Cristina. Conheça a história da famosa Cia. Sulina Antártica. **ND+**. < <https://ndonline.com.br/entretenimento/conheca-a-historia-da-famosa-cia-sulina-antartica/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (O Homem e a História).
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- OLIVEIRA NETO, Wilson de. **O “misterioso” álbum 3.1.8.36.7**: fotografia e história no contexto da Segunda Guerra Mundial. 2020. 236 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultural, UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.
- RITUAL com banho de óleo une o presente e o passado. **Folha de Londrina**. < <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/ritual-com-banho-de-oleo-une-o-presente-e-passado-512525.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- TERNES, Apolinário. **História do jornal A Notícia**. Joinville: A Notícia, 1983.
- ZIONI, Ângelo. Da história do serviço postal aéreo do Brasil. **Associação Filatélica de Santa Catarina**: boletim informativo, Florianópolis, n. 42, p. 9 – 70, jun. 1995.

Educação patrimonial



Colégio dos Santos Anjos

No dia 24 de março de 2026, 14 alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio dos Santos Anjos visitaram o AHJ. O objetivo da visita foi conhecer o AHJ e seu espaço expositivo.

A turma, acompanhada pela Profª Sara Simas, foi atendida pelo coordenador Dilney Fermino Cunha, pela historiadora Arselle de Andrade da Fontoura, pelo arquiteto e urbanista Marcus Vinícius Ramos Filho e pelos assistentes culturais Gabriel Vinícius Sicuro e Cymara Scremin Schwartz Sell.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Colégio dos Santos Anjos

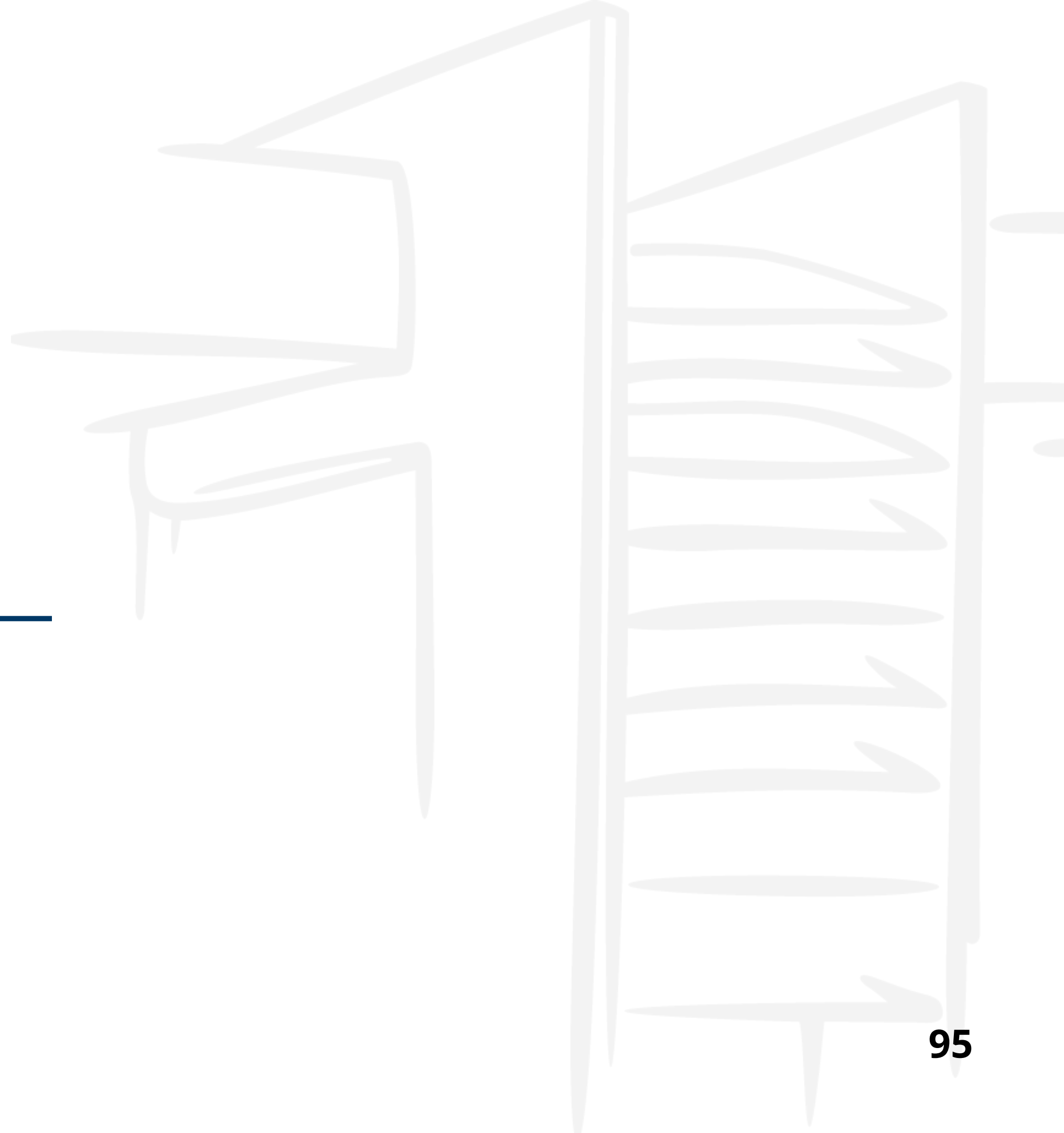
No dia 1º de abril de 2026, 5 alunos do Ensino Médio do Colégio dos Santos Anjos visitaram o AHJ para uma pesquisa sobre a história da imprensa em Joinville.

A turma foi atendida pela especialista cultural Giane Maria de Souza. As professoras Amanda Ponciano e Jamile Marinho explicaram que a visita faz parte de um projeto de pesquisa que ocorre no contraturno dos alunos.

Os alunos conheceram a hemeroteca do AHJ e ficaram encantados com as possibilidades de pesquisa da instituição.



Difusão cultural



Exposição “Aniversários de Joinville: O que celebramos?”

No momento em que são celebrados os 175 anos de nossa cidade, o Arquivo Histórico de Joinville busca em seu acervo documentos textuais, fotografias e objetos que registram como aconteceram as comemorações dos aniversários da cidade em outros momentos.

Com a seleção de documentos desta exposição, somos convidados a pensar sobre a construção da memória e da história de Joinville. Os aniversários aqui registrados (o Cinquentenário, em 1901, os 75 anos, em 1926, o Centenário, em 1951, os 125 anos, em 1976, e o Sesquicentenário, em 2001) foram escolhidos por que, de algum modo, serviram para reafirmar uma história que se pretendia construir sobre a cidade. A cada fração de século, suas elites políticas e culturais lideravam grandes festejos nos quais buscavam reafirmar uma história com data de início bem definida, protagonistas muito bem determinados e com lições e valores que a sociedade deveria aprender e repetir.

As grandes celebrações de uma sociedade, suas datas cívicas e seus festejos, são momentos privilegiados para que as memórias de seus cidadãos sejam evocadas, mas também, construídas. Como afirma o historiador Pierre Nora, a memória é a vida, está em permanente evolução, aberta à influência da lembrança e do esquecimento e vulnerável a usos e manipulações. O sociólogo Michael Pollak chama de “enquadramento da memória” essas tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre grupos diferentes, usar da referência ao passado para manter a coesão de grupos e das instituições que os compõem.

Com essa perspectiva em mente, os visitantes podem procurar quais são os pontos que permaneceram os mesmos e o que se transformou nas comemorações sobre o aniversário da cidade. Quem está presente e quem fica de fora? O que é lembrado e o que é esquecido? E além disso, somos chamados à refletir sobre a história que está sendo contada neste momento, da qual somos testemunhas e responsáveis. Cabe a nós fazê-la representar sua pluralidade, seus conflitos, apagamentos e contradições, evitando assim a repetição de uma história única.



Aniversários de Joinville: O que celebramos?

Apresenta-se os registros da abertura da Exposição Aniversários de Joinville: O que celebramos?. O evento ocorreu no dia 20 de março, data alusiva ao aniversário do AHJ, mas se propôs a refletir os aniversários da cidade - dia 9 de março.

Na ocasião ocorreu uma roda de conversa com o diretor do curta **1951** Ebner Gonçalves. A exposição, segundo o coordenador do AHJ, Dilney Fermino da Cunha é "provocativa sobre os usos da memória e do passado a partir dos eventos comemorativos."

A exposição pode ser conferida neste semestre, no AHJ, das 8h às 18h.
Entrada gratuita.



Visitas guiadas na programação do Convescote no Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Convescote
edição 175 anos de Joinville

29/3 - domingo - das 10h às 18h

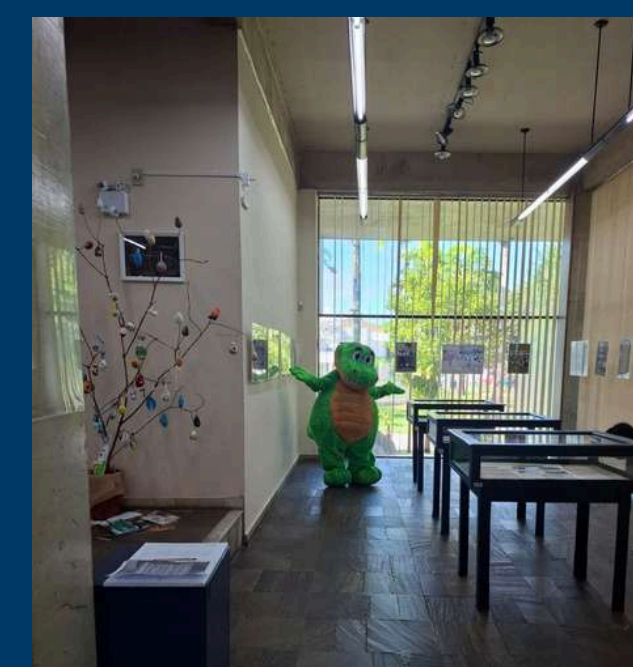
Arquivo Histórico de Joinville
R. Hermann A. Lepper, 650

Museu Arqueológico de Sambaqui
R. Dona Francisca, 600

Casa da Cultura Fausto Rocha Jr
R. Dona Francisca, 800

INSTITUTO DE HISTÓRIA DE JOINVILLE
AAMS
Casa da Cultura
PREFEITURA DE JOINVILLE
ESPORTE
MEIO AMBIENTE
CULTURA E TURISMO

Jacaré Fritz visita o AHJ dentro da programação de divulgação do Convescote



Difusão cultural



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

No Convescote do AHJ, os profissionais entraram no clima da páscoa!



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Difusão cultural

Convescote
edição 175 anos de Joinville

29/3 - domingo - das 10h às 18h

Arquivo Histórico de Joinville
R. Hermann A. Lepper, 650

Museu Arqueológico de Sambaqui
R. Dona Francisca, 600

Casa da Cultura Fausto Rocha Jr
R. Dona Francisca, 800

Logos: Prefeitura de Joinville, AAMS, Casa da Cultura, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Turismo, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural.

Visitas técnicas no AHJ



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Difusão cultural

O AHJ recebeu, no dia 31 de março de 2026, a visita técnica do Padre Fábio Almeida, doutorando e Gabriel Borges, historiador mestrando do Programa de Pós-Graduação de Patrimônio Cultural pela Univille.

Os visitantes são responsáveis pela criação do Memorial da Arquidiocese de Joinville, e vieram conhecer o AHJ e trocar ideias para uma parceria técnica para a organização do espaço e do acervo da instituição.



Estatística dos atendimentos no AHJ



Atendimentos em janeiro 2026



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL
JANEIRO DE 2026

Atendimento presencial	36
Atendimento por e-mail	42
Atendimento formulário	14
Atendimento de grupos escolar e universitário	0
Atendimento visita guiada	0
Eventos e atividades culturais	13

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Fotos	33
Projetos	4
Mapas	0



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

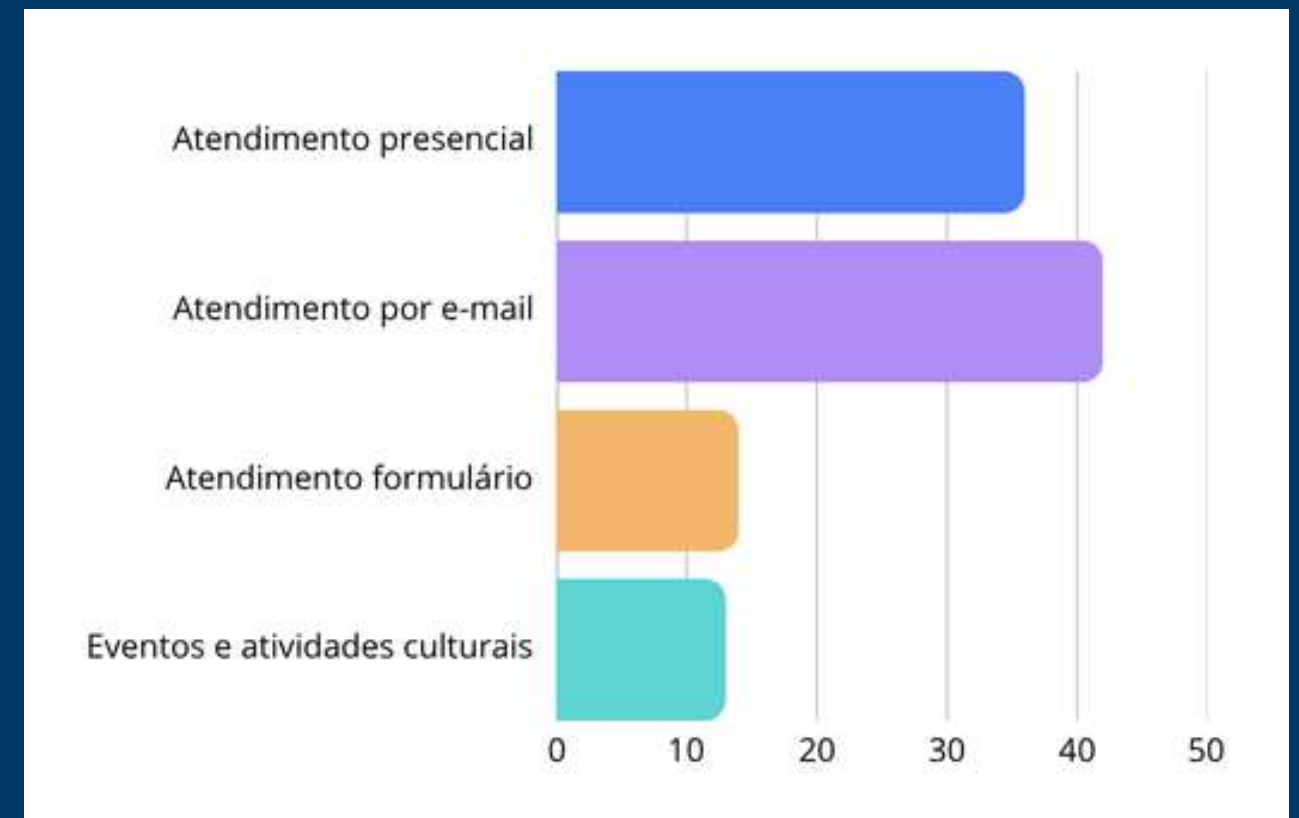
Relatório de documentos pesquisados

1 de jan. de 2025 - 31 de jan. de 2026

3 principais - Data de Pesquisa / Quantidade	jan. de 2025
1ª pesquisa - tipo de documento	1.275
Cartões (Edução)	635
Cartões (Tombado Documental)	107
Fotografias	17
Funções (Cartões com Documentos)	11
Documentos	6
Mapas e Planos	4
Letras da Biblioteca de Apoio	4
Funções Privadas (Cartões com Documentos)	3
Respostas Arquivadas	2
Letras do Arquivo	2
Planos de Família	2
Cartões (Edução com Documentos)	2
Títulos de Eleitor	1
Microfiches (Edução)	1
Total geral	2.061

Elaborado por: Gabriel Vinicius Sicuro - Mat. 48260

Estatística dos atendimentos no AHJ



Legenda

- Atendimento presencial - 36
- Atendimento por e-mail - 42
- Atendimento formulário - 14
- Eventos e atividades culturais - 13

Atendimentos em fevereiro 2026



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL
FEVEREIRO DE 2026

Atendimento presencial	51
Atendimento por e-mail	56
Atendimento formulário	13
Atendimento de grupos escolar e universitário	0
Atendimento visita guiada	0
Eventos e atividades culturais	0

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Fotos	121
Projetos	25
Mapas	1



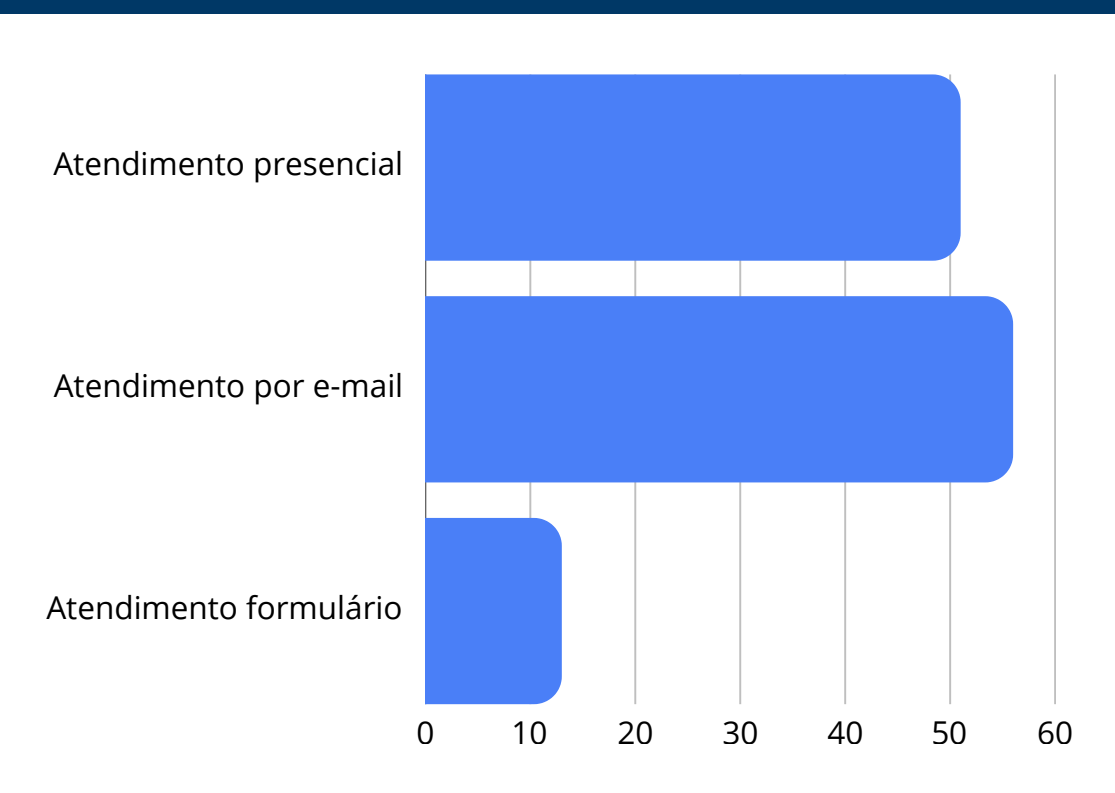
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

Relatório de documentos pesquisados 1 de fev de 2026 - 21 de fev de 2026

3 principais - Data de Pesquisa / Quantidade	Ver ver 2026
17 principais - Tipo de Documento	
Capangas temáticas (cronológicas)	2.162
Cartas (1849/50)	2.141
Fotografias	475
Revistas	259
Letras e Decretos (Cartões e Jornal do Munic)	60
Fundo Privado (Carta com Documentos)	18
Mapas e Planos	12
Atas de Comissão em Matéria	10
Letras de Habilitação de Apoio	7
Letras de Ingressos	6
Projetos Arquitetônicos	5
Declarações e Atas do Poder Executivo	5
Fundo Privado (Carta com Documentos)	5
Documentação 825A	2
Letras de Obitos	1
Total geral	8.164

Elaborado por: Gabriel Vinicius Sicuro - Mat. 48260

Estatística dos atendimentos no AHJ



Legenda

- Atendimento presencial - 51
- Atendimento por e-mail - 56
- Atendimento formulário - 13



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL MARÇO DE 2026

Atendimento presencial	63
Atendimento por e-mail	63
Atendimento formulário	13
Atendimento de grupos escolar e universitário	14
Atendimento visita guiada	30
Eventos e atividades culturais	95

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Fotos	83
Projetos	16
Mapas	38

Arquivo Histórico de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 650 - 89221-005
 Contato: (47) 3422-2154
 www.joinville.sc.gov.br



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

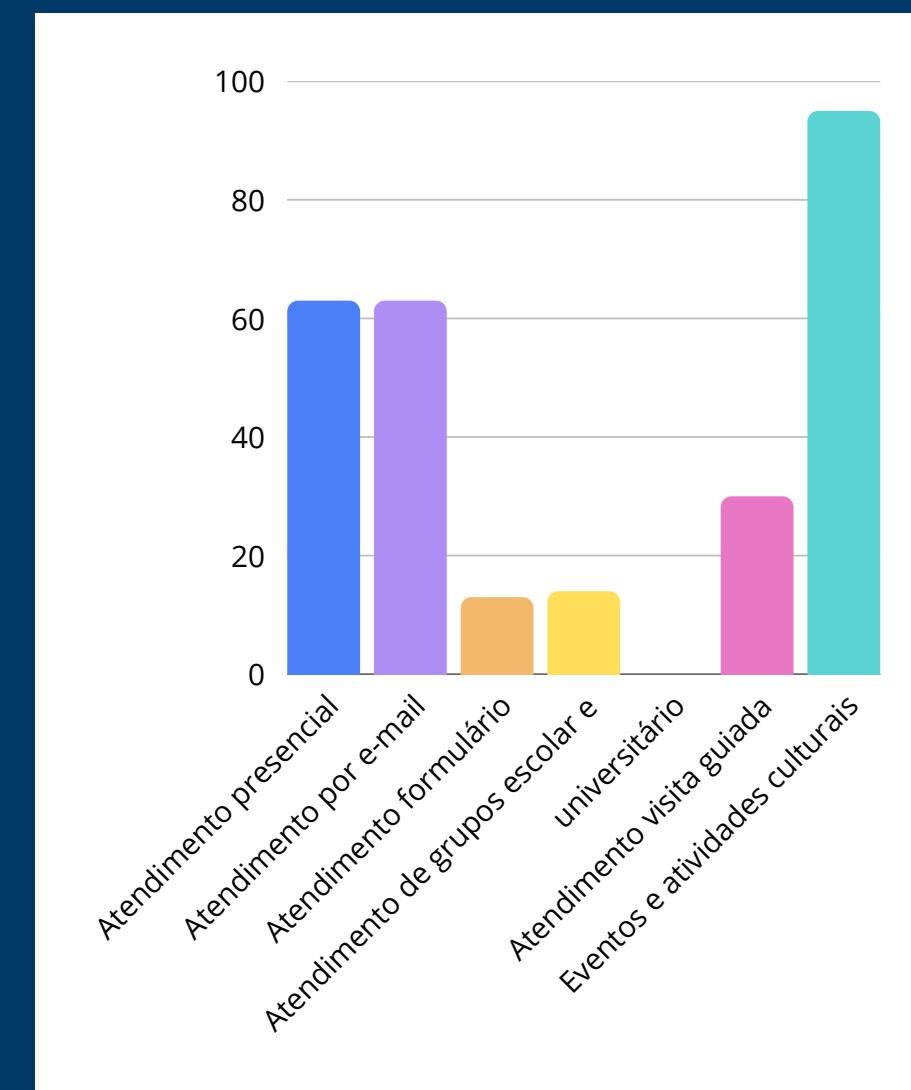
Relatório de documentos pesquisados 1 de mar. de 2026 - 31 de mar. de 2026

3 principais - Data da Pesquisa / Quantidade	
17 principais - Tipo de Documento	
Títulos de Eleitor	7.512
Jornais (Edições)	1.900
Cirurgias (Tombada) (documentos)	1.632
Títulos de Terra (Fundos Domínio Terra Franciscas)	1.036
Leis e Decretos (Constituinte e Jornal do Munic...	150
Mapas e Planas	69
Fotografias	40
Livros da Biblioteca de Apoio	23
Fundos Públicos (Cada com Documento)	17
Leitos de Imigrantes	15
Fundos Privados (Casa com Documentos)	8
Projetos Arqueológicos	6
Pastas de Famílias	5
Processos Judiciais da Vara Cível (Inventários e...	2
Períodos	2
Total geral:	12.824

Elaborado por: Gabriel Vinicius Sicuro – Mat. 48260

Arquivo Histórico de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 650 - 89221-005
 Contato: (47) 3422-2154
 www.joinville.sc.gov.br

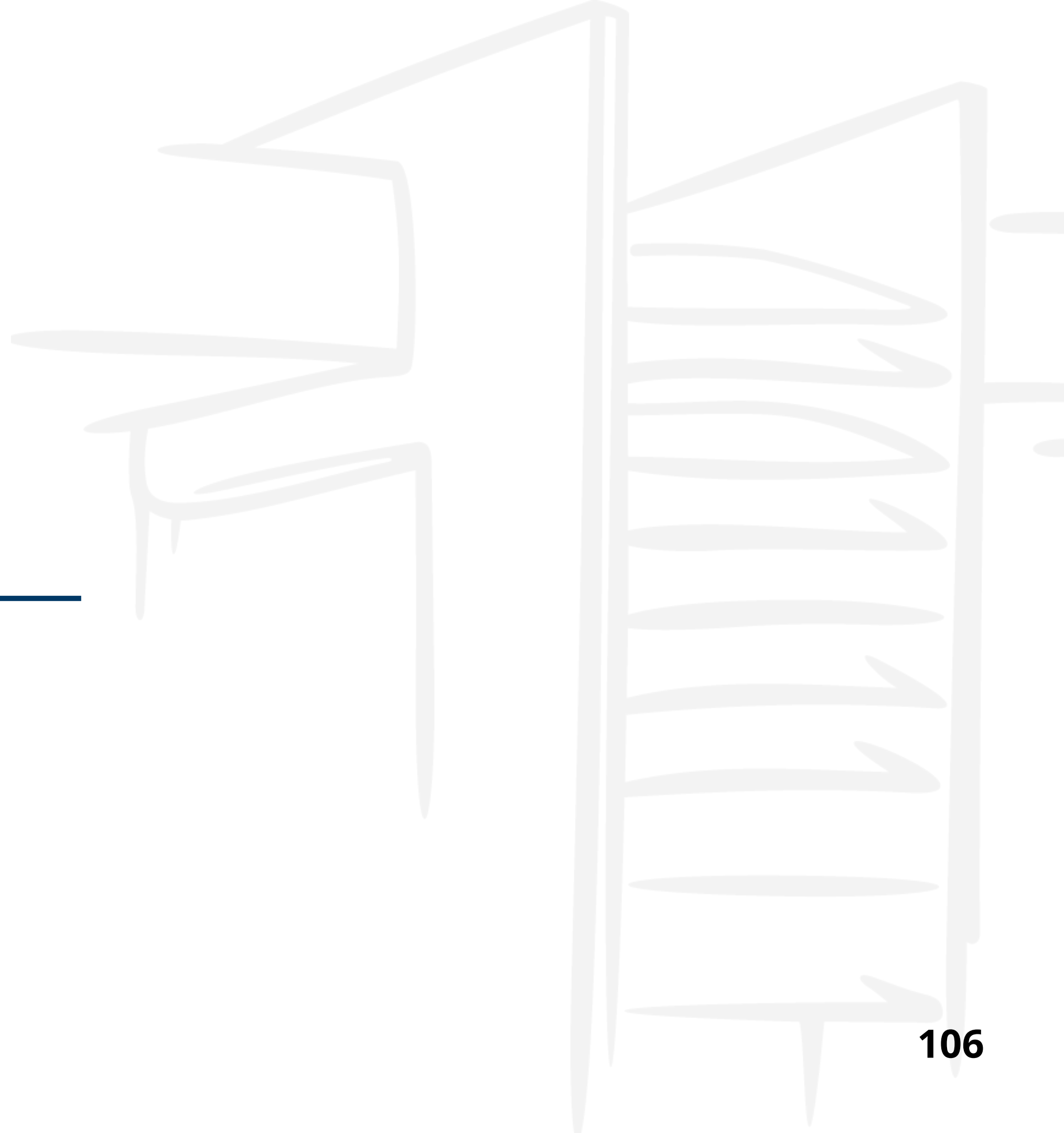
Estatística dos atendimentos no AHJ



Legenda

- Atendimento presencial - 63
- Atendimento por e-mail - 63
- Atendimento formulário - 13
- Atendimento de grupos escolar e universitário - 14
- Atendimento visita guiada - 30
- Eventos e atividades culturais - 95

Por dentro do acervo



Para refletir

A fotografia registra um desfile emblemático no Cinquentenário de Joinville, na Rua Princesa Isabel.

Qual o papel das mulheres em celebrações públicas?

A indumentária escolhida para o desfile condizia com o contexto histórico e cultural do início do século 20?

Existe, ainda hoje, uma diferenciação das roupas de trabalho e de passeio?

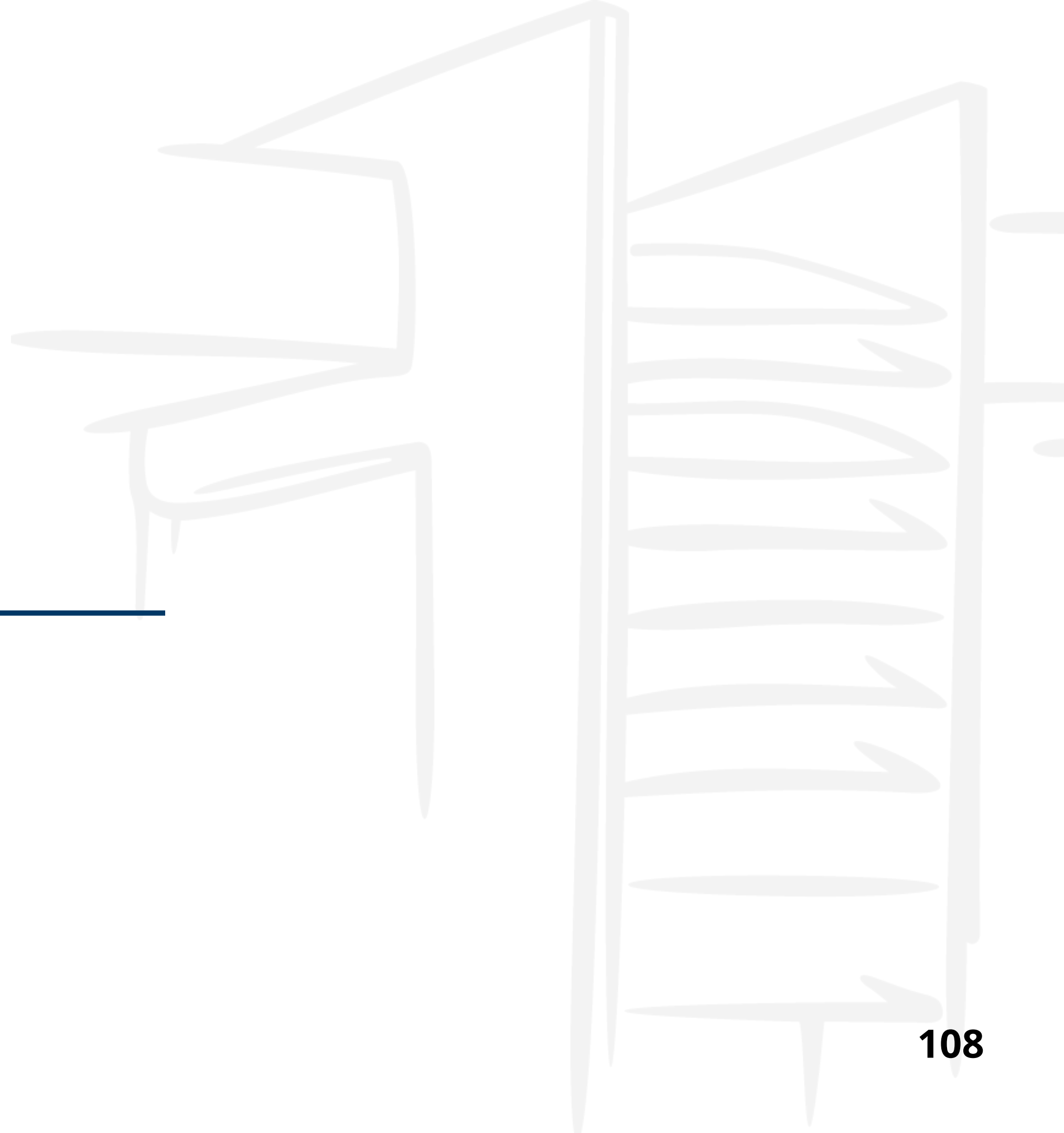
Qual o papel da bicicleta na emancipação feminina? Será que as mulheres ficavam confortáveis para pedalar com saias longas?

Como as mulheres são tratadas em comemorações públicas, na atualidade? Onde elas atuam e como participam de eventos públicos?



Fonte: Sobre o documento: Bicicleta. [Senhoras joinvilenses desfilando em bicicletas na ocasião das festas do cinquentenário de Joinville].
Rua Princesa Isabel. nº inventário 7194

Aconteceu em Joinville



Para refletir!

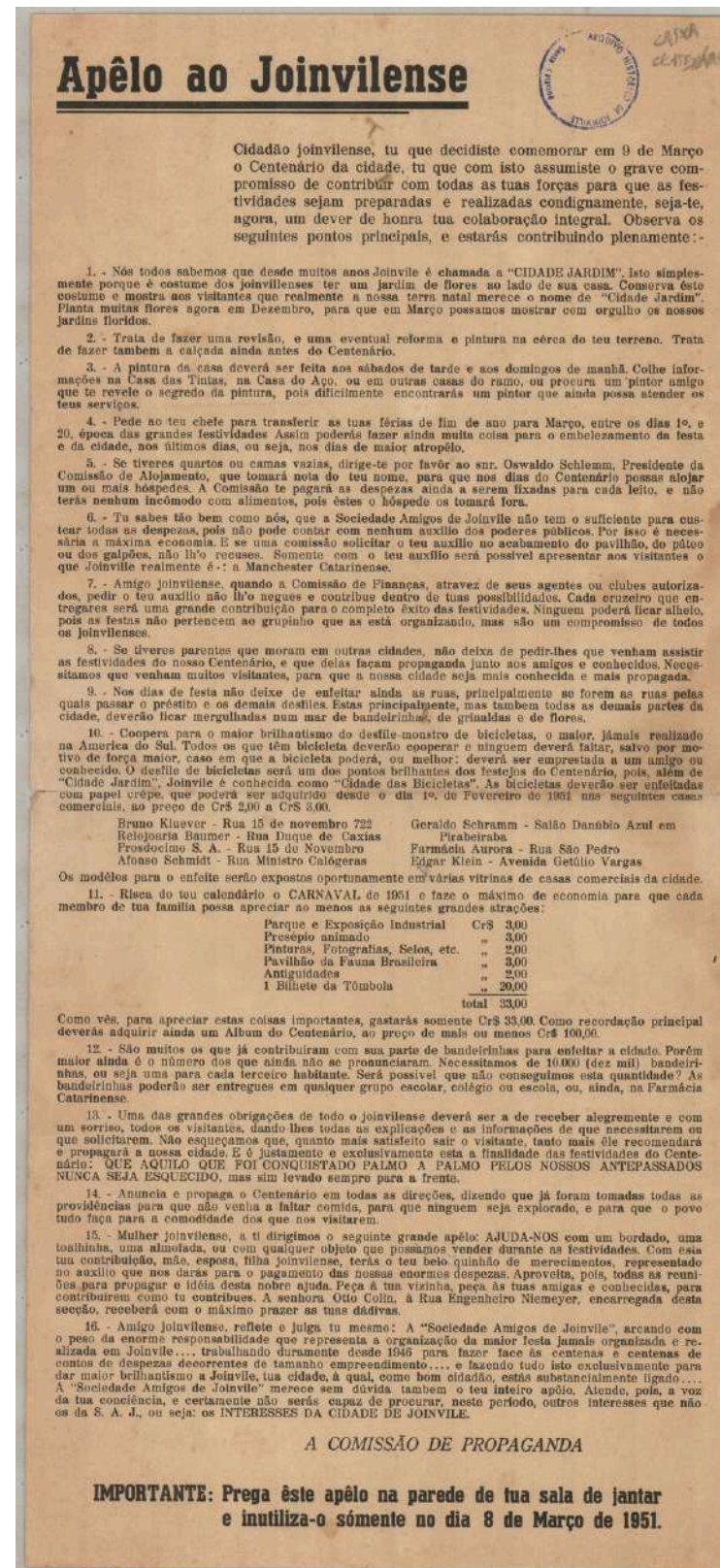
A Sociedade Amigos de Joinville (SAJ) organizou o Centenário de Joinville em 1951.

Em uma carta aberta para a população de Joinville, a SAJ apelou para que o joinvilense participasse de todas atividades do Centenário.

Destaca-se entre os apelos e as recomendações publicadas, o número 11, em que a SAJ recomenda que o joinvilense riscasse o Carnaval do seu calendário para uma dedicação exclusiva às festividades do Centenário.

Você observa outras recomendações controversas neste apelo público?

Nos dias de hoje, existem apelos públicos que convocam a população para comemorações públicas?



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Expediente

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville
Vol. XIX, nº 35
Janeiro, fevereiro, março de 2026

ISSN 14133434

Prefeitura de Joinville

Rejane Gambin
Prefeita

Secretaria de Cultura e Turismo

Guilherme Augusto Gassenferth
Secretário de Cultura e Turismo

Gizela Michalichen
Diretora de Cultura

Leonardo Venske
Gerente de Patrimônio e Museus

Arquivo Histórico de Joinville

Dilney Fermino Cunha
Coordenador

Corpo funcional

Amauri de Oliveira Prado
Ana Rita Uliano da Silva
Arselle de Andrade da Fontoura
Bruna Luiza Nunes
Cymara Scremin Schwartz Sell
Ednilson Nilton Cestrem
Elisangela da Silva
Fernanda Pirog Oçoski
Francisco Severino dos Santos
Gerson Luiz Santana
Gabriel Vinicius Sicuro
Giane Maria de Souza
James Souto da Silva
Janice Garcia
Marcus Vinícius Ramos Filho
Marinês Balin
Manuela Schramm
Nelson Berndt
Nathália Cristina Lehm
Rodrigo Boçoen

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville

Organização, coordenação, editoração e diagramação do boletim

Giane Maria de Souza

Revisão do Boletim

Cymara Scremin Schwartz Sell
Fernanda Pirog Oçoski
Giane Maria de Souza

Endereço do AHJ

Avenida Hermann A. Lepper, 650, Saguão
CEP: 89221-005

Telefones: (47) 3422-2154 ou (47) 3422-2329
E-mail: arquivohistorico@joinville.sc.gov.br

Aceitamos críticas, sugestões e envio de propostas, matérias e artigos. Participe!